

DRAFT

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA - SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA EM NOVE DE MAIO DE DOIS MIL E DEZASSETE.** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E QUARENTA** -----

----- Aos primeiros nove dias do mês de maio de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale) -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva) -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fábio Martins de Sousa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luis Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luis Lucas Lopes, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça,

DRAFT

Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Jorge Manuel Jacinto Marques, Rosa Lourenço, Ana Paula da Silva Viseu, Susana Maria da Costa Guimarães, José Vitor dos Reis, João Miguel Estrompa de Almeida, Nuno Nabais Santos, Igor Boal Roçadas, Maria João Bernardino Correia, João Gomes Boavida, Luis Manuel Inês Cavaco, Francisco Alves da Silva Ramos, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, João Diogo Santos Moura, Gabriel Baptista Fernandes, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves e Paulo Moreira.-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luis Duarte Albuquerque Carreira. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Patrocínia Rodrigues Vale César.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia.-----

----- Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- Sofia Cordeiro (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Patrocínia César (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputado Municipal João Boavida. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Cavaco.-----

DRAFT

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Vitor Reis. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves. -----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes. -----

----- José Alberto Franco (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Almeida. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Nabais dos Santos. -----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Igor Boal Roçadas. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Jorge Máximo e Catarina Albergaria. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, António Prôa, João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhores Deputados, vamos começar o mais rapidamente possível, temos prazos a cumprir, vamos começar a nossa Reunião. -----

----- Pedia para se sentarem porque nós temos que começar a Reunião brevemente porque temos prazos para cumprir hoje. -----

----- Vou dando algumas notícias enquanto as pessoas não se sentam todas para começarmos os nossos Trabalhos. -----

----- Senhores Deputados, em primeiro lugar informar-vos que recebemos da UCCLA uma Moção que foi aprovada na última Assembleia da UCCLA, que reúne os países que têm relações com Portugal, relacionados com a expressão portuguesa e esta Moção é no sentido de dizer a todos os membros da Assembleia Municipal, agradecer a todos os membros da Assembleia Municipal, como também à Câmara e ao Secretário-geral da Câmara a cedência à Casa da América Latina e à UCCLA a cedência do edifício da Avenida da Índia, portanto, está feita a informação e a UCCLA pediu para transmitir a todos os Senhores Deputados o seu agradecimento. ----

----- A segunda informação que tenho que dar é que o nosso colega Senhor Deputado José Manuel Moreno pediu a suspensão temporária do Mandato até 12 de junho e é

DRAFT

substituído pelo seu substituto legal na Junta de Freguesia, que é o Senhor Secretário Luís Lucas Lopes, que trem estado aqui presente nas sessões e, portanto, assume nos termos da Lei o lugar do Senhor Deputado José Moreno. -----

----- A última informação, nas Propostas 183, 184, 185 e 186 que estavam no último aditamento da Reunião de hoje, a Câmara vem pedir o seu adiamento porque foram destetadas algumas incongruências e a Câmara vem pedir o adiamento para retificar as propostas e as mandar certinhas para a Assembleia Municipal. Nós temos feito agora uma verificação sistemática das propostas todas e, portanto a 1ª. e a 5ª. Comissões, no geral, identificam as gralhas principais, depois ainda temos uma verificação feita pelos serviços, mas aqui a Câmara pediu mesmo para retirar as propostas para ratificar em Câmara as versões corretas. -----

----- Sendo assim iríamos começar a nossa Ordem de Trabalhos.” -----

----- **PONTO 1. APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS ADIANTE IDENTIFICADAS (1,5 X GRELHA BASE – 51 MINUTOS):** -----

----- **PONTO 1.1 PROPOSTA 1/PAM/2017 - TAXA MUNICIPAL DE PROTECCÃO CIVIL - RESPOSTA À NOTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIMENTO;** -----

----- **PONTO 1.2 PROPOSTA 1/BE/2017 - DECLARAÇÃO DE INVALIDADE DAS NORMAS RELATIVAS À TAXA MUNICIPAL DE PROTECCÃO CIVIL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO.**-----

----- (A Proposta nº 1/PAM/2017 fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- (A Proposta nº 1/BE/2017 fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos começar a nossa Ordem de Trabalhos, pelo primeiro Ponto, e tenho uma explicação a dar à Assembleia sobre ele e é a seguinte.-----

----- Como sabem, o Senhor Provedor de Justiça requereu ao Tribunal Constitucional a verificação da fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade da Taxa Municipal de Proteção Civil com os argumentos que apresentou e, na sequência desse pedido do Provedor de Justiça, a Assembleia Municipal foi notificada através da minha pessoa para responder, querendo, ao Tribunal Constitucional sobre esta matéria. -----

----- Eu entendi que devia, naturalmente, pedir apoio ao departamento Jurídico da Câmara, uma vez que o GAAM não tem propriamente um Departamento Jurídico com capacidade para responder a este tipo de questões, o Departamento Jurídico preparou uma pronúncia para se poder responder. A interpretação do Departamento Jurídico era que eu não carecia de uma deliberação da Assembleia Municipal para remeter esta resposta mas eu tive uma interpretação diferente que quero partilhar convosco e, baseada no entendimento da jurista do meu Gabinete, é que a notificação é-me dirigida porque eu sou a Presidente do Órgão, mas o que está posto em causa é uma

DRAFT

decisão do Órgão, portanto o Órgão tem que confirmar a resposta ao Tribunal Constitucional e por isso agendámos esta matéria para hoje. -----

----- Sobre o mesmo assunto, tinha dado entrada um Proposta do Bloco de Esquerda em sentido exatamente oposto a esta e a Proposta do Bloco de Esquerda, o compromisso era que seria discutida Juntamente com a resposta que a Assembleia quisesse dar ai Tribunal Constitucional, e é isso que temos agendado neste primeiro Ponto. -----

----- Este Ponto da Ordem de Trabalhos está incluído antes do PAOD, e eu tenho que explicar isso, porque o último dia para responder ao Tribunal Constitucional é hoje mesmo. Ainda pensei convocar a Assembleia Municipal para ontem, 2ª feira, mas podia provocar dificuldade às vossas vidas organizadas, portanto, o que eu vos peço é que sejamos rigorosos com os tempos para podermos ser úteis nesta matéria e tomarmos uma decisão em tempo de ela poder ser enviada hoje mesmo ao Tribunal Constitucional, caso seja essa a decisão da Assembleia Municipal.-----

----- Posto isto, iremos dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos sobre esta matéria. É uma matéria que envolve a Assembleia Municipal, não envolve a Câmara, portanto é nosso entendimento que sobre esta matéria, uma vez que a notificação foi dirigida à Assembleia, é com este Órgão a responsabilidade de lhe dar resposta, portanto, em princípio, a resposta tem que ser dada por nós e, portanto, não vou pedir nenhuma apresentação de nada à Câmara. -----

----- Limito-me a dizer-vos que a Proposta que têm do lado da Mesa, neste caso meu, do lado da Presidente da Assembleia, que fui eu que fui notificada, é uma Proposta no sentido de pedir autorização à Assembleia Municipal para responder à notificação do Tribunal Constitucional com uma pronúncia que é feita através dos argumentos enviados pelo Departamento Jurídico.-----

----- Portanto eu não vou pedir que votem estes argumentos, eu vou pedir apenas se me autorizam, ou não, a resposta ao Tribunal Constitucional. -----

----- Portanto era isto que eu vos queria transmitir e, posto isto, estamos em condições de ouvir as intervenções dos Senhores Deputados inscritos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores e Senhoras Vereadores únicos que aqui estão, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. -----

----- Em Sessão de Câmara de 10 de dezembro de 2014, o Partido Socialista e os dois Vereadores Independentes, aprovaram a Taxa Municipal de Proteção Civil contra o voto de todas as outras forças políticas. -----

----- Invocou, então o PSD a inconstitucionalidade da Lei, afirmando não se tratar de uma opção política, mas apenas de uma clara violação da Constituição Portuguesa. Nenhuma maioria, seja ela qual for, tem poderes para deliberar contra a Constituição. -

----- A 16 de dezembro de 2014, as mesmas forças e o Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações, vieram viabilizar, na Assembleia Municipal, a esta Proposta, com a abstenção do PAN e o voto contra de todas as outras forças políticas. -

DRAFT

----- Na sequência da onda de indignação que se foi avolumando, o Bloco de Esquerda, a 15 de julho de 2015, veio propor a inviabilidade dos artigos que subjazem à Taxa Municipal de Proteção Civil. Precisamente as mesmas forças que tinham viabilizado esta Taxa votaram contra esta proposta, entretanto, a Associação Lisbonense de Proprietários instaurou uma ação administrativa especial contra o município de Lisboa no sentido de ser declarada a ilegalidade da TPC. -----

----- Foram dando entrada vários processos de impugnação judicial contra a referida Taxa, estado a aguardar sentença. -----

----- Como disse Adriano Correia de Oliveira ‘há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não’, e o Senhor Provedor de Justiça vem agora solicitar junto do Tribunal Constitucional o pedido de apreciação e declaração de inconstitucionalidade dos seis artigos que suportam a Taxa Municipal de Proteção Civil. -----

----- Vem o Parecer do Senhor Provedor de Justiça afirmar, a 31 de março de 2017, aquilo que tinha sido invocado em 2014 pelo PSD, a saber, e cito: ‘a perplexidade do esquema de tributação que muito dificilmente estará em harmonia com o que estabelece a Constituição Portuguesa, a criação de uma dupla tributação, deparando-se com uma situação de intolerável desproporção entre aquilo que a autarquia cobra e as prestações que ela garante na atividade em questão. O TMPC é um verdadeiro imposto e a sua criação está sujeita à reserva da Lei formal.’ -----

----- De acordo e, com coerência, o Partido Socialista, naturalmente, não autoriza a Senhora Presidente a dar resposta ao Tribunal Constitucional mas, também, porque em resposta a estas considerações do Senhor Provedor de Justiça, existe uma resposta, que é uma cacofonia que me abstenho de adjetivar. -----

----- Admitindo, por bondade, que em dezembro de 2014, os eleitos do PS independente poderiam ter alguma dúvida, decorridos quase três anos que se decorreu com convicção e sofrimento, um caminho que chegou a esta Proposta do Senhor Provedor de Justiça, a persistência nesta Taxa só pode indicar má fé e é totalmente inadmissível. -----

----- A Câmara arrecadou nos seus cofres 21 milhões de euros que extorquiou aos lisboetas como complemento de um IMI que o Senhor Presidente proclama, em alto e bom som, ser baixo. -----

----- A AML não pode, pois, secundar esta proposta. Embora com um atraso de 3 anos, deve corrigir o mal que foi feito. -----

----- Se estamos, efetivamente, ao serviço dos lisboetas, é tempo de acabarmos com isto.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, tenho que fazer uma pequena correção na sua intervenção, o verso que citou não é do Adriano Correia de Oliveira, é do Manuel Alegre. É cantado pelo Adriano Correia de Oliveira mas é do Manuel Alegre. Desculpe-me lá, é uma questão de rigor. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- A Taxa Municipal de Proteção Civil faz parte da taxação excessiva do Município de Lisboa. Se é verdade que ele resulta da substituição legal de outras taxas que já existiam, ela assenta num princípio do utilizador/pagador em que cobre a totalidade, o sobre cobre a totalidade dos custos dos serviços prestados, coisa com que o PCP está contra. -----

----- Na verdade, nós não somos contra o poder da Assembleia, da Senhora Presidente responder, mas somos contra esta resposta. Por isso, iremos votar contra a Proposta 1/PAM/2017 e iremos votar a favor a Proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda.---

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, caros Vereadores, caros Deputados Municipais.-----

----- Deixar aqui a nossa posição sobre a Taxa Municipal de Proteção Civil desde a sua criação em abstrato e que é esta. -----

----- Nós continuamos a considerar que não se trata de uma Taxa Municipal de Proteção Civil, porque não tem caráter sinalagmático, ou seja, não tem nenhum serviço associado que o munícipe utilize, ou não, conforme a sua decisão, embora o Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município a refira, tal como nos artigos 58º e 67º, e em sede de fundamentação económica e financeira da Taxa Municipal de Proteção Civil, mas sim de um imposto o qual representa o pagamento ao Estado de uma prestação co ativa definitiva, unilateralmente estabelecida por Lei a favor de uma entidade, incumbida da prossecução de uma função pública para a realização de fins públicos sem caráter de sansão. -----

----- Para o efeito, importa ter em conta os pressupostos dos tributos do conceito de imposto e do conceito de Taxa, e o conceito de imposto assenta naquilo que a Taxa Municipal de Proteção Civil representa, portanto, trata-se de um imposto, e sendo um imposto, é matéria da competência da Assembleia da República ou do Governo. -----

----- Em conclusão, definindo-se a Taxa Municipal de Proteção Civil em Lisboa, como verdadeiro imposto, esta não podia ter sido criada pela Autarquia deste modo, e a Proposta de declaração de invalidade das normas do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município vinga. -----

----- Nesse sentido, a interpretação do Senhor Provedor de Justiça é clara e vai ao encontro da fundamentação apresentada pelo CDS aquando da discussão e votação da Proposta 742/2014. -----

----- Para nós é claro, a Taxa Municipal de Proteção Civil é um imposto encapotado e, consecutivamente, inconstitucional. Além disso é uma receita, mais uma ‘taxinha’ que a Câmara não necessita, tendo em conta que, constantemente, tanto nesta casa como na comunicação social, nos afirma que as Contas estão saudáveis e as finanças recuperadas, um esbulho fiscal sobre os lisboetas.-----

DRAFT

----- É imperioso que a Assembleia Municipal responda e se pronuncie, nos termos da Lei, ao Tribunal Constitucional. Contudo, não concordamos com o teor da resposta fundamentada pelo Departamento Jurídico da Câmara e, nesse sentido, iremos votar contra. -----

----- Quanto ao documento apresentado pelo Bloco de Esquerda e que sintetiza aquilo que têm sido a nossa fundamentação sobre esta matéria da Taxa Municipal de Proteção Civil, iremos votar favoravelmente. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público presente.-----

----- O Bloco de esquerda, atempadamente, na Assembleia Municipal de Lisboa de 7 de julho de 2015, apresentou uma Proposta de declaração de inviabilidade dos artigos 58 a 67 do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa que criam e regulamentam a Taxa Municipal de Proteção Civil. -----

----- No entanto, decorrente da aprovação, em Câmara, por maioria, em reunião de 10 de dezembro de 2014, aprovou a Proposta 742, criando a Taxa Municipal de Proteção Civil, submetendo a Proposta à Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Naturalmente, dizemos nós, não no sentido material da Lei, a Assembleia Municipal por deliberação tomada por maioria, na reunião de 16 de dezembro de 2014, aprovou a Proposta 742, criando a tal Taxa Municipal de Proteção Civil. -----

----- Assumimos, então, que a referida Taxa constitui materialmente um imposto, matéria de reserva de Lei de competência legislativa reservada da Assembleia da República. Argumento jurídico-constitucional em que se fundamenta, agora, para todos os efeitos legais e práticos, o requerimento do Provedor de Justiça numa argumentação semelhante à Proposta por nós, então, apresentada em 2015 conforme requerimento publicado. Mas, uma vez mais, o rolo compressor político desta Assembleia se pretende sobrepor ao legal e ao constitucionalmente aceite. -----

----- À opção pela aplicação de uma taxa com contornos de ilegalidade é tanto mais estranha e inaceitável quanto o Presidente da Câmara de Lisboa faz gala de ter as taxas de IMI mais baixas, face ao legalmente admissível, quando, na verdade, esconde materialmente um IMI mais elevado sob a capa de Taxa Municipal de Proteção Civil. -

----- A nosso ver, a Assembleia Municipal deve responder pela inconstitucionalidade das normas constantes do nº 1 e 2 do artigo 59º e nº 1 e 2 do artigo 60º, da primeira parte do artigo 61º, bem como, conseqüentemente, e nos artigos 1º e 2º, artigo 63º, nº1 de 64º, todos os do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa. -----

----- Mas, mais do que uma adesão à argumentação do pedido do Provedor de Justiça, deve a Assembleia Municipal declarar, ela própria, a inviabilidade das referidas normas, pondo termo a este processo, sob pena que uma legitimação de uma taxa desta natureza, sem caráter sinalagmático e de prestações de serviços gerais, abriria uma ‘Caixa de Pandora’ legitimando taxas desta natureza, por serviços gerais, não

DRAFT

podem à luz da Constituição, não devem ser suportadas por taxas mas sim por impostos. -----

----- Consideramos, portanto a declaração de inviabilidade assegura o dever do Município de Lisboa em devolver os valores indevidamente recebidos, evitando que possa, o Município de Lisboa, ser isentado de tal devolução ao abrigo do artigo 282º, nº4 da Constituição da República, beneficiando de uma violação da Constituição para a qual os seu órgão foram deliberadamente e reiteradamente avisados. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal deve deliberar, ao abrigo do artigo 144º, nº1, do Código de Processo Administrativo, declarar a inviabilidade das normas constantes que criam e regulamentam a Taxa Municipal de Proteção Civil. -----

----- A declaração de inviabilidade produz efeitos desde esta data à emissão do regulamento, nos termos do artigo 144º, nº3 do Código de Processo Administrativo. ---

----- Ao abrigo do artigo 144º, nº3 do Código de Processo Administrativo, declarar que não deve haver efeitos repristinatórios para as normas cuja inviabilidade se declara serem inotórias e remeter a presente Proposta como resposta à notificação do Tribunal Constitucional nos autos de fiscalização abstrata que correm os seus termos do Processo 281/2017. Disse. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Margarida Saavedra pediu o direito de resposta, portanto, se faz favor. Não sei exatamente resposta a quê, mas vamos ver.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhora Presidente, uma resposta à sua intervenção. Porque, em bom rigor, eu disse que o poeta disse e ele, de facto, cantou. Eu sei muito bem que o Manuel Alegre o escreveu, mas o verbo que eu empreguei foi disse e quem cantou foi o Adriano Correia de Oliveira, portanto, se estamos a falar de rigor, o português é rigoroso. E era para rejeitar a sua intervenção. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, é sempre útil sermos retificados.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Caríssima Presidente, Secretárias, Vereadores, caríssimos e caríssimas Deputados Municipais, público presente. -----

----- Sem retificações, começaria por um cantautor, ‘Liberdade’ de Sérgio Godinho: ‘vimos com o peso do passado e da semente’ e é, de facto o que está aqui em causa, e não vamos falar nisso, já explanámos. -----

----- A nossa permanente concordância, ainda a concordância com a justeza desta medida em termos sociais. -----

----- Relativamente à matéria em apreço, votaremos, naturalmente, que sim, autorizando a Presidente da Assembleia Municipal, naturalmente, apoiada no estudo

DRAFT

jurídico, que é disso que se trata, em responder ao Tribunal Constitucional e, dizer o que para nós é evidente.-----

----- O Tribunal Constitucional é soberano e o que ele decidir será, naturalmente, acatado. Não nos cabe a nós decidir o que é ou não constitucional.-----

----- Outra coisa é o parecer ideológico e, de facto, o Sérgio Godinho tinha razão, não há liberdade sem uma série de coisas. Vivemos, de facto, com esse peso do passado, mas também, felizmente, da semente que é sempre positiva. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, Mesa, Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, caros Deputados, restantes presentes.-----

----- Em relação ao Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, o Partido da Terra pretende fazer as seguintes considerações:-----

----- Como é do conhecimento de todos, o Partido da Terra sempre se manifestou contra a criação da TMPC, aprovada sobre a Proposta 742/CM/2014, por considerar que a mesma era inconstitucional dado que viola, entre outras normas, o princípio da igualdade perante outros cidadãos. Um sector que deve ser o estado a responder.-----

----- Em nosso entender, esta taxa não é uma verdadeira taxa, como alega a fundamentação da resposta do Município de Lisboa ao Tribunal Constitucional, no âmbito do Processo 281/2017. É na fiscalização sucessiva, anexo 5 a P001 da Presidente da Assembleia Municipal 2016. Mas sim um imposto encoberto, sem qualquer fundamento a não ser corrigir a receita.-----

----- Perante estes factos, pese embora a Proposta 1/PAM/2017 vir apenas autorizar o envio da resposta ao Tribunal Constitucional, o Partido da Terra não a poderá acompanhar favoravelmente porque a sua fundamentação não reflete a posição de todas as forças políticas com representação nesta Assembleia, em especial as votaram contra a taxa em apreciação.-----

----- Por fim, reiterar que, obviamente, votaremos favoravelmente à Proposta do Bloco de Esquerda. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Sobre esta matéria o Grupo Municipal do Partido Socialista considera que o debate sobre a Taxa Municipal de Proteção Civil foi feito na devida altura, mantém tudo aquilo que disse quando dos vários debates que tivemos aqui, mantém que esta taxa tem um serviço associado, que é um serviço de excelência que temos em Lisboa ao nível da Segurança, da Proteção Civil, que tem um Regulamento de taxas e preços que define muito bem os motivos que essa Taxa tem.-----

----- Há uma nota que tenho que aqui também deixar face ao conjunto de intervenções que ouvimos aqui, é que por muitas voltas e mais voltas que alguns Deputados Municipais podem dar, não conseguem inverter a realidade. E a realidade é que, somando todos os impostos municipais, todas as taxas existentes para o Município de Lisboa, Lisboa tem um quadro fiscal do mais competitivo e do mais baixo existente

DRAFT

no nosso país, sem comparação com nenhuma Cidade do nosso país e, mesmo se quisermos fazer o próprio exercício de somar a Taxa Municipal de Proteção Civil de IMI aos 0,0375% da Taxa Municipal de Proteção Civil, mesmo se fizermos esse próprio exercício, que também é académico, que eu discordo, que não deve ser assim, mas mesmo se fizermos o exercício académico, a percentagem é a segunda mais baixa da Grande Lisboa, só Vila Franca de Xira pode dizer que tem melhor do que Lisboa. --

---- Gostava de ouvir o discurso de alguns Deputados Municipais e as palmas de alguns Deputados Municipais pudessem dar em algumas Assembleias Municipais, por exemplo, Mafra que vota uma Taxa de IMI de 0,5% ou então Cascais que vota uma Taxa de IMI de 0,4% superior àquilo que Lisboa paga e, como tal, mesmo fazendo a comparação, Lisboa consegue ser muito mais competitiva. -----

---- Mas voltando aqui à questão que a Proposta traz, o Partido Socialista separa, claramente, a discussão política que temos aqui nesta casa, daquilo que é a discussão jurídico-legal e por isso mesmo vamos votar a Proposta que a Senhora Presidente apresenta. Por coerência vamos votar contra a Proposta que o Bloco de esquerda apresenta. -----

---- Consideramos que a resposta tem uma Parecer de um conjunto de serviços jurídicos da Câmara Municipal de Lisboa muito bom, muito exaustivo, e que vamos, obviamente, aguardar de uma forma serena aquilo que o Tribunal Constitucional pode dizer sobre esta Taxa Municipal de Proteção Civil, recordando o Partido Socialista que já não é a primeira vez que o Tribunal Constitucional analisa taxas, nomeadamente, recordo que, em relação à TRIU, aconteceu também isso e dando sempre razão ao Município de Lisboa e que, como tal, estamos convictos que a decisão encontrada quanto à Taxa Municipal de Proteção Civil foi boa para se conseguir um serviço de Proteção Civil e Segurança que defenda quem mora, quem trabalha e quem tem bens imóveis na Cidade de Lisboa. Muito obrigado.” -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Senhores Deputados, não tendo mais Senhores Deputados inscritos, vamos pôr à votação, conforme eu anunciei. -----

---- Nós vamos votar em primeiro lugar, a Proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, no sentido da declaração de invalidade das normas relativas à Taxa Municipal de Proteção Civil no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, é a Proposta que vamos pôr à votação em primeiro lugar. -----

---- Consoante o resultado desta votação, logo veremos se a outra proposta subsiste ou não. -----

---- Portanto eu vou pôr à votação Proposta 1/BE/2017, declaração de invalidade das normas relativas à Taxa Municipal de Proteção Civil. -----

---- Voto da **Proposta nº 1/BE/2017** – ‘Declaração de invalidade das normas relativas à Taxa Municipal de Proteção Civil’. A Proposta 1/BE2017 foi **rejeitada** com os votos contra do PS, PNP e 6IND, abstenções do PAN, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV e MPT. -----

DRAFT

----- A Proposta não tendo maioria, sendo assim, subsiste a minha Proposta, a Proposta 1/PAM/2017, ‘Reposta à notificação do Tribunal Constitucional’ que é acompanhada pelos anexos, nomeadamente o anexo 5, que tem a argumentação toda da pronúncia a enviar ao Tribunal Constitucional, e eu vou pôr à votação a Proposta 1/PAM/2017. -----

----- Voto da **Proposta nº 1/PAM/2017** – ‘Declaração de invalidade das normas relativas à Taxa Municipal de Proteção Civil’. A Proposta 1/PAM/2017 foi **aprovada por maioria** com os votos contra do PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV e MPT, abstenções do PAN, votos a favor do PS, PNPN e 6IND. -----

----- A Proposta foi aprovada por maioria, e eu peço, desde já, que me autorizem a retirar o excerto da ata em minuta deste Ponto para poder remeter . . . -----

----- Certo! Mas na ata em minuta não precisamos de enviar as Declarações de Voto porque eu também quero apresentar uma Declaração de Voto que ainda não tenho pronta, portanto fica registado que o Senhor Deputado apresenta a Declaração de Voto, ficará na ata integral, como é evidente. . . -----

----- Oh Senhor Deputado, certamente, mas criamos aqui uma situação de desigualdade com os outros Senhores Deputados, mas eu não tenho nenhuma dificuldade em anexar esse ponto, se alguém objetar. -----

----- Pergunto se alguém objeta de se anexe esta Declaração de Voto à resposta? Objeta o Partido Socialista. Nesse caso ela tem que ser anexa à ata em completo que eu vou mandar tirar imediatamente. -----

----- Senhores Deputados, o mais simples é eu pedir aos serviços da Assembleia que deem prioridade ao registo magnético deste ponto da Ordem de Trabalhos, prioridade em termos integral discussão deste Ponto da Ordem de Trabalhos, com as Declaração de Voto que houver, e assim que esteja pronto trago aqui à votação e enviamos e pedimos ao Tribunal Constitucional que junte ao processo, a ata na íntegra. -----

----- Penso que é o melhor que temos a fazer. De qualquer maneira isto ficou gravado, tudo registado no site da Assembleia Municipal. -----

----- Senhor Deputado? Fazer uma Declaração de Voto oral? Com certeza, ficará na ata, mas não na ata em minuta.” -----

----- **O Grupo Municipal do PAN** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- *“Muito obrigado Senhora Presidente, o PAN nesta situação mantém dúvidas quanto à constitucionalidade, ou não, aliás vê-se pelas opiniões diversas, que isto é um assunto que não é claro.* -----

----- *No entanto quero reafirmar que os serviços que, em termos teóricos, são afirmados pela Câmara Municipal e que serão prestados contra a Taxa que está a ser cobrada, esses serviços são efetivamente necessários e, portanto, nós não podemos afirmar a constitucionalidade, ou não, mas sabemos afirmar que esta Taxa, ou imposto, ou o que quer que seja, são necessários para o bem da Cidade.* -----

----- *Não queremos fazer política com esta situação. No entanto, quer-me parecer que em contrapartida da taxa, deveria também ser fornecido um maior apoio às forças de proteção do que aquele que está a ser prestado, nós sabemos que existem deficiências*

DRAFT

ao nível da prontidão dos sapadores, existem zonas vermelhas e zonas de prontidão superiores aos valores recomendados, que já deviam ter sido supridas, sobretudo quando existe a disponibilização de uma taxa destas. -----

----- Portanto, reconhecemos que existe justificação para a taxa, pelo menos do ponto de vista da necessidade real, temos dúvidas quanto à constitucionalidade e, por isso, nos abstivemos quer numa quer na outra proposta. Muito obrigado.”-----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Os deputados municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda, declaram votar contra a proposta em epígrafe, considerando que:-----

----- (i) Por razões semelhantes às expressas no Douo requerimento do Excelentíssimo Senhor Provedor de Justiça, a que se responde em sede de fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade das normas aí indicadas, votou contra a deliberação que aprovou as normas que instituíram a Taxa Municipal de Proteção Civil;-----

----- (ii) Ainda com os mesmos fundamentos referidos em (i), os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda propuseram, a 7 de Julho de 2015 uma “Proposta de Declaração de invalidade dos artigos 58.º a 67.º do Regulamento Geral de Taxas, Preços e outras receitas do Município de Lisboa, que criam e regulamentam a Taxa Municipal de Proteção Civil” Proposta 001/BE/2015, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais;-----

----- (iii) Tal proposta viria a ser discutida e votada na reunião de 13 de Outubro de 2015 desta Assembleia Municipal, sendo rejeitada com os votos contra do Grupo Municipal do PS, Deputados Municipais Independentes e do Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações e a abstenção do Deputado Municipal eleito pelo PAN;-----

----- (iv) A proposta visava não apenas repor a legalidade, como também evitar um pagamento ilegal, que poderia colocar sérios problemas orçamentais com uma eventual devolução futura dos valores indevidamente recebidos pelo Município de Lisboa;-----

----- (v) Após a notificação, pelo Tribunal Constitucional, para o exercício do contraditório por esta Assembleia Municipal no âmbito do processo de fiscalização sucessiva de constitucionalidade de tais normas, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda voltou a apresentar a esta Assembleia, a 10 de Abril de 2017, a Proposta 001/BE/2017 cuja discussão e votação ocorre em simultâneo com a proposta em epígrafe;-----

----- (vi) A Proposta 001/BE/2017, aderindo ainda aos argumentos contidos no Douo requerimento do Exmo Senhor Provedor de Justiça, a que se responde em sede de fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade das normas aí indicadas veio propor à Assembleia Municipal de Lisboa que deliberasse:-----

----- ‘I - Ao abrigo do artigo 144.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo, declarar a invalidade das normas constantes dos n.os 1 e 2 do artigo 59.º, dos n.os 1 e 2 do artigo 60.º e da primeira parte do artigo 61.º, bem como, consequencialmente,

DRAFT

dos n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º, e do n.º 1 do artigo 64.º, todos do Regulamento Geral de Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Lisboa tal como resulta da republicação efetuada pelo Aviso n.º 2926/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, de 4 de Março de 2016, que criam e regulamentam a Taxa Municipal de Proteção Civil, por violação do artigo 103.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, do artigo 165.º, n.º 1, alínea i) da Constituição da República Portuguesa.

----- II - A declaração de invalidade produz efeitos desde a data de emissão do regulamento, nos termos do artigo 144.º, n.º 3 do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- III – Ao abrigo do artigo 144.º, n.º 3 do Código do Procedimento Administrativo declarar não haver efeito repristinatório por as normas cuja invalidade se declara serem inovatórias.-----

----- IV – Remeter a presente proposta como resposta à notificação do Tribunal Constitucional nos autos de Fiscalização Abstracta (Sucessiva) que correm os seus termos sob o Processo n.º 281/2017, ao abrigo do artigo 54.º da Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, aprovada pela Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro.”-----

----- (i) A Proposta 001/BE/2017 é assim antagónica e incompatível com a proposta em epígrafe, sendo que esta mais não é que uma alternativa à Proposta 001/BE/2017;

----- (ii) Por outro lado, tendo em conta que o Município de Lisboa foi já confrontado no âmbito dos seus próprios órgãos, por 3 vezes, conforme supra referido em (i), (ii) e (v) com a inconstitucionalidade das normas em causa, importa que esta realidade seja levada ao conhecimento do Tribunal Constitucional, até para que funde a recusa da fixação mais restrita dos efeitos de uma eventual declaração de inconstitucionalidade das normas impugnadas conforme possibilidade prevista no artigo 282.º, n.º 4 da Constituição da República Portuguesa, obrigando assim à restituição das quantias indevidamente pagas.-----

---- Mais requerem que, em caso de aprovação da Proposta 001/PAM/2017, a presente declaração de voto, a Proposta 001/BE/2015 e a Proposta 001/BE/2017 sejam remetidas Juntamente com a resposta ao Tribunal Constitucional assim se assegurando o maior contraditório.”-----

*----- **O Grupo Municipal do Partido Ecologista os Verdes** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----*

----- “Declaração de voto sobre as Propostas n.ºs 1/PAM/2017 e 1/BE/2017 - Taxa Municipal de Proteção Civil, na Assembleia Municipal de Lisboa de 9 de Maio de 2017.-----

-----Relativamente à questão que se nos colocou neste ponto da ordem de Trabalhos sobre a resposta dar em nome da Assembleia Municipal relativamente à constitucionalidade ou não da Taxa Municipal de Proteção Civil, “Os Verdes” compreendem obviamente que a Proteção Civil precisa de investimento, mas não concordamos que seja da forma contemplada através desta taxa. Não devem ser os municípios a ser chamados a contribuir para algo que se enquadra nas competências e obrigações da Câmara Municipal.-----

DRAFT

----- *A Proteção Civil é uma das funções gerais do Estado, não devendo por isso ser financiada por taxas pagas pelos munícipes.*-----

----- *Por isso mesmo, sobre a natureza política da Taxa de Proteção Civil, desde o início Os Verdes mostraram-se contra a criação desta taxa que, além do mais, veio aumentar as despesas dos lisboetas pois mais não é que a mudança de nome da Taxa de Conservação e Manutenção de Esgotos.*-----

----- *Sobre o facto de ser ou não inconstitucional, importa referir que na primeira discussão que se fez na Assembleia sobre esta matéria, Os Verdes alertaram para a possibilidade de estarmos perante uma taxa que poderia não ser constitucional.*-----

----- *Na altura, e perante a polémica que se criou, deveria a Câmara ter procedido à clarificação da situação, pois mesmo que não fosse inconstitucional, seria no mínimo questionável. Mas houve quem defendesse que não valeria a pena estar a lançar o caos e a dificultar a gestão Municipal.*-----

----- *A discussão na sessão de hoje, apenas veio confirmar que se adiou algo que se podia ter esclarecido logo no momento. Agora, podemos estar perante alguns fundamentos que nos indiquem não se tratar efetivamente de uma taxa, mas, sim, de um imposto.*-----

----- *Desta taxa não resulta qualquer serviço, direta ou individualmente, prestado a quem está sujeito ao pagamento desta taxa, um requisito necessário para a criação legítima de taxas. O serviço público em causa é prestado a todos os que frequentam o concelho de Lisboa, e não apenas aos proprietários dos prédios visados, motivo pelo qual poderá estar em causa a relação de bilateralidade que deveria existir entre a Taxa em causa e os benefícios que proporciona.*-----

----- *Ou seja, se partirmos do princípio que uma taxa deve ter uma contraprestação direta prestada ao cidadão, esta taxa não seria uma taxa, porque isso não se verifica.*-----

----- *Assim, não estaria na competência do Município a criação de um imposto, que apresenta um âmbito e uma natureza semelhantes ao IMI e que apenas incide sobre alguns dos munícipes.*-----

----- *Perante esta dúvida, caberá ao Tribunal Constitucional pronunciar-se face ao pedido de fiscalização do Provedor de Justiça de algumas normas do Regulamento Geral de Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Lisboa, referentes à Taxa Municipal de Proteção Civil.*-----

----- *Na presença destas dúvidas e reservas, Os Verdes votaram contra a resposta preparada pelo Departamento Jurídico da CML e proposta pela Mesa da AML (Proposta nº 1/PAM/2017).*-----

----- *Pelo Grupo Municipal “Os Verdes”, Cláudia Madeira e Sobreda Antunes.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Apenas informar os Senhores Deputados que mandei acrescentar um ofício para enviar ao Tribunal Constitucional que protestamos Juntar a transcrição integral da sessão com as Declarações de Voto respetivas, para que isso fique a constar desde já no processo.*-----

DRAFT

----- Senhores Deputados posto isto, terminámos este Ponto da Ordem de Trabalhos e agradeço a celeridade com que ele foi tratado para podermos dar resposta em tempo útil e vamos passar agora ao PAOD.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- A Senhora Presidente da Assembleia, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pedia à Senhora 2ª Secretária que faça uma leitura sucinta do Expediente que deu entrada.”-----

----- A Senhora 2ª. Secretária, Deputada Municipal Rosa Maria de Carvalho, no uso da palavra, leu o Expediente:-----

----- “ Resumo do Expediente. Da Assembleia da República tivemos do Grupo Parlamentar do PCP um Projeto de Resolução e uma pergunta ao Governo sobre a rejeição do acordo assinado com os trabalhadores pela administração da Transtejo e Soflusa.-----

----- Do Grupo Parlamentar do PEV tivemos a informação que já houve resposta às perguntas dirigidas ao Governo, tanto do Ministério da Administração Interna da Saúde da Educação. Sobre a pergunta ao Governo através do Ministério do Ambiente sobre o percursos alternativos na Linha Azul do Metropolitano de Lisboa, também essa pergunta ainda não houve resposta, houve uma comunicação da data de agendamento para discussão do Projeto-Lei número 486/13ª- 2ª.-----

----- Tivemos também da Missão Diplomática da Palestina o envio de uma cópia sobre o artigo publicado no New York Times do líder palestino.-----

----- Da Câmara Municipal de Lisboa, da Divisão de Apoio à Gestão para a Promoção da Mobilidade para conhecimento da Assembleia veio sobre o estacionamento de duração limitada, sobre a implementação das zonas de estacionamento de duração limitada nas Freguesias Santa Clara, Beato e Marvila.-----

----- Da Provedora Municipal dos Animais veio dar conhecimento sobre a recusa de transporte de animais de companhia por parte da Carris.-----

----- Da Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal de Loures dá-nos conta dos editais deste ano até à presente data. Da Assembleia Municipal de Sesimbra também de edital, referente a sessão extraordinária.-----

----- Juntas de Freguesia, informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas que foi entregue nesta Assembleia, que foi entregue na Assembleia da República uma Petição intitulada Petição pela Instalação de uma Esquadra da PSP na área da Freguesia das Avenidas Novas na Área Metropolitana de Lisboa, foi-nos dada informação sobre os Editais e os respetivos anexos sobre o Relatório e Contas de Gerência de 2016 e a aplicação de resultados transitados do exercício 2016 e é a 3ª modificação ao Orçamento 2017 e mais algumas informações anexas dos despachos. --

----- A União das Cidades de Capitais da Língua Portuguesa, UCCLA, foi-nos dado conhecimento de uma carta enviada pelo seu Secretário-geral relativa à inauguração da 1ª exposição na sua nova sede denominada Conexões Afro Ibero-Americanas.-----

----- Das Associações do Fórum Cidadania Lisboa foi-nos dado conhecimento dos diversos *emails* dirigidos ao gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado a solicitar

DRAFT

à Câmara que intime o Banco de Portugal a fazer obras de recuperação do teto da Tabacaria Mónica, também esclarecimentos sobre a obra no caminho pedonal junto ao antigo Laboratório de Medicina Veterinária e o seu protesto pela aprovação da obra de demolição total do prédio de Lisboa Entre Séculos sito na Avenida Visconde Valmor.

----- Da Associação dos Inquilinos Lisbonenses deu conhecimento da nota enviada à comunicação social no seguimento do programa Prós e Contras transmitidos pela RTP no passado dia 3 de Abril. -----

---- Dos munícipes, o Município João Barreta envia os seus comentários relativos à aprovação do Regime de Reconhecimento e Proteção de Lojas Históricas num artigo com o título “Lojas Históricas, fumo branco, já se avistará. É tudo. Muito Obrigada.”

----- **INTERVENÇÕES DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES PARA APRESENTAÇÃO DE VOTOS, MOCÇÕES E RECOMENDAÇÕES (GRELHA B – MÁXIMO 60M)** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora 2ª. Secretária e vamos então agora às intervenções sobre os documentos que temos para apreciação no PAOD de hoje. -----

----- Houve aqui uma referência no Expediente a questões relacionadas com o Metropolitano e eu queria informar todos os Senhores Deputados que a requerimento do Bloco de Esquerda nós vamos ter na próxima a reunião um Debate Específico sobre a Expansão da Rede do Metro. -----

----- Vamos agora fazer os convites necessários que terá algumas pessoas convidadas externas, nomeadamente um representante da Administração do Metro, um representante da Comissão de Trabalhadores e 1 ou 2 especialistas de mobilidade e depois será debatido com a Câmara e com os Deputados a matéria em apreço e, portanto, chamava a vossa atenção porque o assunto está na Ordem do Dia e vai ser discutido na próxima semana. -----

---- Vamos prosseguir então com as inscrições e tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton, do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente de Mesa da Assembleia Municipal e restantes Membros, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e restantes Vereadores, caras e caros Deputados Municipais, Trabalhadores, Público e Comunicação Social aqui presente. -----

----- Dirijo-me a vós para a apresentação das Recomendações que propus representam de forma transversal uma preocupação com o modelo de funcionamento da Cidade, seja do ponto de vista da relação dos serviços com os cidadãos, seja do ponto de vista das soluções que temos o dever de lhes apresentar enquanto gestores da Cidade. -----

----- Quero começar com a questão central é estratégica para a Cidade de Lisboa, a expansão da rede de Metropolitano de Lisboa. Aqui quero dizer e quero dirigir-me ao Senhor Presidente dizendo-lhe que, com tantos comunicados e “recomunicados”...” ---

DRAFT

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “ Oh Senhores Deputados, peço desculpa, está um colega a falar e estão a perturbar a sala! Faz favor Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “ Com tantos comunicados e “recomunicados”, sinal que não se alerta para a falta de uma visão estruturada para a Cidade de Lisboa, a intervenção que tinha preparado para hoje chegou a estar ao nível dos comunicados Ministério do Ambiente, já teve várias versões. -----

----- Escrevi esta Recomendação com o intuito de procurar sensibilizar o Senhor Presidente da Câmara para a definição de prioridades para expansão do Metropolitano de Lisboa, e como já o tinha ouvido nesta Assembleia, falar das suas prioridades, tema sobre o qual o voltei a ouvir esta segunda-feira entendo que o meu contributo para o Presidente da Câmara tem que começar por isso mesmo, a definição de prioridades, a definição no dicionário sobre prioridades, porque já percebi que isso para ele pode ser parte do problema! -----

----- Senhor Presidente, a maioria dos dicionários coincidem na seguinte definição: prioridade é primazia de tempo, de ordem ou categoria, na impossibilidade física, financeira ou temporal de ocorrências em simultâneo. Ora, significa que não sendo financeira e tecnicamente possível fazer a expansão em vários sentidos e em simultâneo, algo que o Senhor Presidente está sempre a dizer que preferia, ou seja, expandir a linha por todos os lados e mais alguns, temos de escolher prioridades e prioridades aqui significa escolher uma e não todas ao mesmo tempo, porque recordam a definição de prioridades. -----

----- Por isso o sentido da Recomendação agora apresentada é o de sensibilizar o Senhor Presidente para a perfeita inutilidade enquanto prioridade para a Cidade da expansão proposta há 6 meses atrás, a ligação Rato/Cais do Sodré, inútil enquanto prioridade para a Cidade por 2 motivos: primeiro porque não representa alternativa que contribua para a redução do número de viaturas que entram na Cidade de Lisboa, 3 importantes Eixos de entrada na Cidade (Marginal, A5 e Ponte Sobre o Tejo) vão continuar a despejar carros vindos de fora da Cidade sem qualquer acesso a este meio de escoamento de massas, contrariando até a própria estratégia que a Câmara Municipal de Lisboa anunciou, que era segurar alternativas a 400 mil viaturas que entram diariamente em Lisboa; segundo porque não assegura nova solução para uma importante parte da Cidade de Lisboa que continua sem oferta deste importante meio de transporte, Campo de Ourique, Estrela, Alcântara, Ajuda e Belém, 6 Freguesias, cerca de 100 mil habitantes e um território que representam quase um terço da Cidade continuam desligados do mais importante meios de transporte. Em suma: um desastre!

----- E aqui regresso ao início da minha intervenção para dizer que, quando tive conhecimento do primeiro comunicado do Ministério do Ambiente quase rasguei este discurso para escrever outro a dar-lhe os parabéns, por aparentemente, Vossa Excelência ter conseguido convencer o anterior Presidente da Câmara, o Senhor

DRAFT

Ministro do Ambiente que a expansão da Linha Vermelha enquanto prioridade era de longe mais útil para a Cidade de Lisboa. Mas foi aí que a coisa começou a derrapar, primeiro tinham anunciado um modelo na sexta-feira de manhã, na sexta à tarde voltavam corrigir para um outro que dizia “anunciamos depois, mas não vai ser o que anunciámos de manhã” e por fim ontem, segunda, veio a solução final que agora à primeira e à qual juntamos mais duas estações, que iremos um dia destes fazer, talvez.

----- Senhor Presidente, se este avanço e recuo não lhe é prova suficiente que eles pouco ou nada percebem disto e devem ser os Autarcas de Lisboa explicar, então não sei para que mais evidência é preciso o Presidente da Câmara para tomar as rédeas deste processo. -----

----- Senhor Presidente, esta não é uma prioridade da esquerda ou da direita, esta é uma prioridade da Cidade, defender os superiores interesses da Cidade de Lisboa, não é uma questão de cores partidárias, eu próprio faço agora cerca de 2 anos estávamos, aliás, em plena pré-campanha eleitoral para as legislativas e aqui publicamente defendi que a Carris deveria ser integrada na Gestão Camarária, não era essa a posição do Governo da minha cor, mas entendi que era a melhor solução para os lisboetas, curiosamente era a solução que o Presidente da Câmara também defendia, eu tive essa coragem na altura e acho que o Senhor também deve ter a coragem hoje em defesa dos lisboetas que não tendo eleito para Presidente de Câmara não deixam de atualmente depositarem si, semelhantes expectativas. -----

----- Espero que a sua resposta não seja antes esta solução que nenhuma solução de investimento como era de outro Governo! É que se for então temos dois problemas, por um lado já é mau o facto de ninguém ter percebido muito bem como é que tudo isto se vai pagar, juntando-se a indefinição estratégica em definição do modelo de financiamento, por outro lado, Senhor Presidente, para governar a Mui Nobre e Sempre Leal, Cidade de Lisboa é preciso ter ambição! Uma ambição que a histórica numa Cidade devastada por guerras, pestes, terramotos e maremotos, uma missão de elevar Lisboa ao topo dos padrões mundiais, uma ambição que tem que existir um Presidente de Junta, num Deputado Municipal, num Vereador e não pode mesmo faltar ao líder do 2º Governo do País, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. ----

----- Senhor Presidente, ainda vamos a tempo, por favor, intervenha para corrigir e preste um bom serviço à Cidade e à própria estratégia que o Senhor quer implementar. Senhor Presidente, adie esta decisão e permita que a reflexão que se vai fazer aqui em sede de Assembleia Municipal ainda possa ter uma participação consequente, faça isso e aqui estarei a prestar as justas “Hosanas” à intervenção de Vossa Excelência! ----

----- É que não tenha dúvidas do seguinte, é preferível investir uns meses numa reflexão e melhoramento das propostas do que persistir nesta péssima opção que vai atrasar em mais de uma década a modernização da mobilidade na Cidade de Lisboa. ---

----- Quero também falar aqui de um conjunto de outras Moções, nomeadamente, a questão mais, de que eu diria de maior e de mais elementar justiça, várias centenas de residentes da Freguesia da Estrela aderiram ao modelo da EMEL e subscreveram um serviço anual, ora acontece que essa subscrição é válida apenas por um ano e foi feita de acordo com as instruções da própria EMEL em março deste ano e só em finais de

DRAFT

maio e que poderão dela usufruir já não bastava estarem a despejar nas ruas da Estrela sem prévia, requalificação e arrepio do que foi feito em muitas outras ruas da Cidade parquímetros que estavam destinados ao lixo, não junte a injustiça de fazer a Estrela a comunidade da Estrela pagar por um serviço que não está a usufruir. -----

----- Eu diria que é da mais elementar justiça e seriedade para com estas centenas de famílias da Freguesia é, aliás, a tão elementar justiça que proponho alterar a redação desta Recomendação por forma a ser estendida a todos os residentes da Cidade de Lisboa que estejam sujeitos à mesma situação.-----

----- Por fim, quero também dar uma última palavra relativamente à questão das intervenções na Cidade de Lisboa. Se por um lado estamos todos de acordo que a requalificação dos prédios urbanísticos da Cidade de Lisboa é fundamental para mais e melhor Cidade, por outro, não podemos esquecer trazer mais gente para habitar edifícios devolutos que foram alvo, e bem, de requalificação não pode ser feito em prejuízo dos que já cá habitam. -----

----- Assim, é fundamental poder existir um parecer a ser dado pelas Juntas de Freguesia quanto à simultaneidade de obras numa determinada rua, a renovação da Cidade não pode ocorrer castigando os que sempre que a viveram investiram, por isso, é da mais elementar justiça aqui também que possam ser as Autarquias Locais a ter uma opinião e a ter uma posição final sobre o número de obras ocorrer em simultâneo nas ruas das suas Freguesias, muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigada também Senhor Deputado, como todos verificámos o Senhor Presidente ainda cá não está, o Senhor Deputado dirigiu a palavra Senhor Presidente que não está neste momento em condições para responder, pela simples razão de estar ausente, mas não perdemos pela demora, porque certamente o Senhor Presidente vai ter conhecimento da sua intervenção e nós temos para a semana como eu acabei de anunciar um Debate Específico sobre esta precisa matéria e, naturalmente Senhores Deputados contarão que aqui o meu papel vai ser insistir junto da Câmara para que oiça o que a Assembleia tem a dizer sobre esta matéria, antes de tomar decisões definitivas, e portanto, assim procuraremos fazer e não será certamente por uma semana que isso poderá ser prejudicial. Vamos ver! -----

----- A outra questão que eu queria suscitar que o Senhor Deputado apresentou um certo número de Moções que não são Moções são no fundo Recomendações, porque se dirigem à Câmara Municipal e são desafios para que é que a Câmara Municipal resolva um certo número de problemas e eu tenho aqui uma questão que queria colocar que é: estas Moções foram apresentadas por si como Presidente da Junta e o papel da Junta, são Recomendações individuais do Senhor Deputado Luís Newton ou são Recomendações do PSD? Eu gostaria de esclarecer isto, o Senhor pode apresentar individualmente, não tem problema nenhum, mas como vêm em papel timbrado da Junta eu gostaria de esclarecer qual é o qual é a situação. É certamente um documento seu ou é um documento do Grupo Municipal? É só para não ficarem dúvidas, porque foi-me aqui suscitada a questão e, portanto, eu tinha que esclarecer, tudo bem,

DRAFT

também era essa a minha interpretação e assim as nomeei como tal, mas convém que as coisas fiquem esclarecidas. -----

----- Eu creio que depois na altura da votação terá que ser corrigida a redação e eu pedia para o Senhor Deputado Luís Newton fazer chegar aqui, ou vir à Mesa para esclarecer isso comigo, porque a redação tem que ser adaptada à circunstância de serem Recomendações.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, eu começaria a intervenção do PAOD para apresentar os documentos hoje aqui apresentados, passando a redundância, pelo CDS, o primeiro uma Moção que nos traz a problemática que existe nos vários Serviços Públicos de Atendimento e grande parte deles não têm instalações sanitárias, nós temos recebido várias queixas por parte de cidadãos sobre esta matéria e designadamente sobre Serviços Públicos no Concelho de Lisboa. -----

---- Exemplo disso são, por exemplo, as Repartições de Finanças na Rua Rodrigo da Fonseca e a 11ª Repartição de Finanças ou do 11º Bairro Fiscal no Lumiar, são Repartições que não têm casas de banho e, portanto, o CDS considera esta situação inadmissível para pessoas que muitas vezes tem um tempo de espera nestes Serviços Públicos de 30, 40, 50 minutos, mas nem que fossem 10 ou 2 minutos, é totalmente inconcebível que não haja instalações sanitárias de acesso livre e público e, portanto, tendo em conta esta realidade apresentamos aqui esta Moção para que a Assembleia Municipal proponha ao Governo que efetue esse levantamento de todos os Serviços Públicos do Estado e que se faça a devida adequação e construção de sanitários. -----

----- Depois apresentamos uma Recomendação sobre a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, que foi reinaugurado e reaberto no dia 18 de abril e na sequência de duas Propostas do CDS na Câmara, quais foram essas propostas? Uma delas foi para que o nome do Pavilhão se mantivessem Carlos Lopes e não houvesse nenhuma afetação a nenhum *namings* comercial e, portanto, essa proposta foi aprovada e a segunda também aprovada, é que tendo em conta aquele que é um dos maiores Atletas Nacionais e Internacionais, e que dá nome ao Pavilhão Carlos Lopes que houvesse um espaço de uma exposição permanente com o seu acervo. -----

----- A verdade é que esta Proposta também foi aprovada e no dia da inauguração foi também inaugurada esta exposição permanente, mas existe muito mais acervo do Atleta Carlos Lopes que se encontra guardado na sua casa, mais propriamente uma garagem, com formas pouco dignas de conservação e de preservação e, portanto, era esse apelo que nós aqui queremos trazer, já trouxemos há 2 meses ao Senhor Presidente de Câmara na Sessão de Perguntas à Câmara e, portanto, não tivemos resposta na altura, mas parece-nos a nós que é de elementar justiça quer para Lisboa e para Portugal que se presta homenagem a um dos maiores referenciais desportivos e, portanto, nessa medida propomos aqui que a totalidade do acervo fique em exposição permanente, mas de forma dinâmica e de acesso público para todos. -----

----- Incluímos também um novo ponto deliberativo na nossa Recomendação e que solicita que a Câmara envie esforços, obviamente, em estreita articulação com o

DRAFT

Carlos Lopes, para que se garanta a conservação e a preservação e inventariação do seu acervo. -----

----- Sobre os outros textos aqui apresentados, começaria pelo voto P S sobre a Escola Básica Maria Barroso, obviamente saudar o Executivo pela abertura de mais um estabelecimento de ensino, neste caso na rede do 1º Ciclo e principalmente, porque se trata do casco histórico onde havia uma grande falha em termos de equipamentos escolares, obviamente, também pela homenagem que é feita a Maria Barroso enquanto personalidade deste nosso País. -----

----- Esta matéria também nos traz aqui uma outra questão que nós temos levantado e que tem sido, até porque propostas CDS, e têm sido aqui aprovadas por unanimidade, a atribuição topónimos a determinadas figuras e a Câmara vai-nos sempre dizendo que não existem espaços disponíveis, ora, só em menos de um ano já assistimos aqui, através da Câmara, à atribuição de topónimos ou de nomes de grandes figuras, evidentemente de concordarmos ou não, mas concordamos, quer a Mariano Gago quer a Maria Barroso e, portanto, há vários nomes com ficando 5, 7, 10 e 15 anos na Comissão de Toponímia e a Câmara não possa encontrar uma solução para esta situação e, portanto, é o que a Câmara devia refletir.-----

----- Depois relativamente a outros textos a Moção número 2 dos Independentes sobre o Prémio Espinosa. Nós no CDS acarinhámos todas as iniciativas que visam reparar o erro histórico que resultou na expulsão dos judeus no século XVII, pelo que subscrevemos a proposta dos Deputados Independentes em relação a este ato simbólico proposto para o Panteão Nacional e um ato efetivo que é a criação do Prémio Espinosa e, portanto, já falámos com a Bancada dos Independentes e iremos subscrever esta mesma Moção. -----

----- Sobre as Recomendações do PSD, as duas sobre obras quer de privados, quer em simultâneo, dizer que o CDS concorda obviamente, cada vez que acaba uma obra começa outra, isto não é forma de lidar nem gerir o espaço público, isto o conflituava com as intervenções previstas nas Juntas...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “ O Senhor Deputado está no fim do tempo, mas faz o favor de concluir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra concluiu a sua intervenção:-----

----- “Só um minuto para terminar, penso que matérias importantes e, portanto, também conflituam com a livre circulação de pessoas e viaturas e, portanto, dizer que aqui tem que haver maior envolvimento e informação entre os privados, a Câmara e as Juntas de Freguesia e que é algo que a Reforma não conseguiu resolver.-----

----- Depois sobre a prorrogação dos dísticos da EMEL na Estrela, o PSD tem toda a razão sobre esta problemática, existe uma total, uma total ausência de planeamento por parte da EMEL e, portanto, o que se pretende aqui é que a EMEL seja amiga dos lisboetas e não que seja vista como um bicho papão como inimigo dos lisboetas! Eu apenas fazia aqui uma sugestão de alteração, em vez dos dísticos serem válidos por um ano fazia por um ano e por 3 meses, para quê? Para não termos não temos todas as

DRAFT

peças que vivem na Estrela a irem no mesmo dia, no dia do fim da validade deslocar-se aos serviços da EMEL, como sabemos hoje em dia tem um tempo de espera de 60 minutos, em média, nomeadamente na Loja do Campo Grande e, portanto, que eles pudessem ter um período de validade de um ano mais 3 meses, que coincidissem com a data de atribuição.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “ O MPT cedeu-lhe tempo Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra concluiu a sua intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, mas acho que são matérias importantes que hoje aqui estão a ser discutidas. -----

----- Relativamente à proposta do PSD sobre a expansão do Metro de Lisboa percebemos finalmente que o que este Governo tem as prioridades trocadas, quando tínhamos António Costa à frente da presidência da Câmara e dizia que era inadmissível que a Carris viesse a Lisboa sem que não fosse acompanhado pelo Metro e afinal vimos que António Costa, Primeiro-Ministro, fez exatamente o contrário, transferiu a Carris para Lisboa e deixou Metro no Governo e, portanto, parece-nos que aqui que a nível de mobilidade há que priorizar a melhoria dos transportes coletivos. -----

----- Nós temos assistido obras muito bonitas na Cidade, algumas delas necessárias, mas que têm criado o caos no interior da Cidade, em particular para quem vive em Lisboa e precisa se deslocar dentro da Cidade, estamos a falar de quem trabalha e de quem vive em Lisboa e tem visto a sua vida a diminuir a qualidade de vida drasticamente. -----

----- Sobre a o anúncio que entretanto voltou atrás e que vai para a frente e não sabemos muito bem como é que foi, mas de 4 estações que passou para 2 mais uma vez se percebe quais são as prioridades trocadas, o Governo prefere fechar a malha circular entre o Rato e o Cais Sodré sem expandir a linha de Metro para o Ocidente e que, aliás, até vai contra as propostas que o Vereador Manuel Salgado e o Senhor Presidente de Câmara, quer o eleito, quer o substituto, têm apresentado, eu relembro bem os Planos de Urbanização de Alcântara e os Planos de Pormenor das Amoreiras que assentavam em determinadas premissas de mobilidade, nomeadamente a abertura de estações de Metro a curto prazo e o que vemos é que o espaço público e viário vai ser consistentemente e consecutivamente alterado e Metro nem vê-lo! Nem melhoria dos transportes coletivos e, portanto, temos aqui mais uma vez a prova de que as prioridades estão todas trocadas. -----

----- Relativamente à Recomendação do PEV da linha telefónica da Polícia Municipal, obviamente e é uma matéria premente, ela deve ser gratuita é uma linha de emergência, iremos votar favoravelmente. -----

----- Por fim, por fim não, relativamente à Recomendação do Bloco, eu não sei se ainda tenho tempo, tenho, relativamente à Recomendação do Bloco da celebração do Dia Internacional Contra a Homofobia, Lesbo fobia e Transfobia, o CDS preferia ver

DRAFT

o Bloco a propor ações de informação e sensibilização, mais do que um é um mero ato simbólico, já tivemos esta discussão no ano passado e, portanto, o que era preciso era termos medidas concretas, nós votamos a favor, obviamente, embora achemos que este ato é pouco pobrezinho, parecem as obras do nosso Presidente da Câmara, do Medina, são mais bonitas mas não resolvem metade dos problemas da nossa Cidade e, portanto, esperávamos que o Bloco, que o empenho as suas causas fosse mais profundo e não se limitasse a içar uma bandeira pois como muito bem afirmam a violência e o preconceito quanto à diversidade sexual continuam presentes na nossa sociedade. -----

----- Relativamente à Proposta também do Bloco sobre o combate à precariedade laboral, concordo com as premissas todas apresentadas, se bem que acho que o ponto 3 conflitua com o ponto 1 e 2, ou seja, o levantamento que é previsto nos pontos 1 e 2, os princípios de levantamento e identificação das situações pelo setor empresarial local e pelas Autarquias faz todo o sentido, para acabarmos com estas situações de precariedade, mas passou ponto 3 diz para haver uma decisão imediata e, portanto, isto não faz muito sentido. -----

----- Sobre o Dia da Terra não concordamos com um dos pontos da parte deliberativa mas, obviamente, vamos votar a favoravelmente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Agora é que eu lhe pedia para concluir Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, concluiu a sua intervenção: -----

----- “E agora vou concluir Senhora Presidente. Peço imensa desculpa, mas relembrar também, porque é importante e não tivemos tempo presente a um Voto, estamos hoje relembrado e 22 de Abril que é o Dia da Terra, mas também relembramos hoje, que hoje dia 9 de Maio é o Dia da Europa, que é assinalado porque se comemora o aniversário da Declaração Schuman, que foi baseada, como sabem, numa ideia lançada por Jean Monnet de uma Europa solidária, pelo fomento do desenvolvimento económico e social e que zele pouco equilíbrio ambiental regional e há que lembrar estes princípios, quantos temos constantes ataques àquilo que é o Projeto Europeu. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, hoje gozou de uma grande tolerância da Mesa, mas que o CDS também dá tempo aos outros, hoje foi o dia das compensações, vamos prosseguir.” -----

----- **A senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a concluiu a sua intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Público presente. -----

----- O Bloco de Esquerda apresentou hoje 3 documentos que refletem temas da maior importância para a Cidade de Lisboa. Quanto à Moção relativamente à tarifa social da

DRAFT

água, o objetivo da mesma vai ao encontro de uma preocupação que tem existido fazer cumprir o acesso a determinados bens considerados universais. A água é um desses bens, tendo sido considerado pela ONU em 2010, o direito à água e ao saneamento como um direito humano, é assim considerado, pois o acesso a água potável é condição essencial para o pleno gozo da vida, no entanto, muitos sítios não é essa a prática e o impedimento no acesso de tantos e tantos à água decorre de opções economicistas. -----

----- Lembramos que também a ONU, já em 2002, reconheceu o direito à água e afirmou que o direito humano à mesma prevê que todos tenham água suficiente, segura, fisicamente acessível e a preços razoáveis, proibindo toda e qualquer forma de discriminação no acesso à mesma, designadamente quanto aos estratos mais vulneráveis das populações. -----

----- Os Estados e as Autoridades Locais devem esse espírito promover o acesso aos níveis mínimos essenciais do direito à água assegurando as medidas necessárias ao nível de políticas de preço adequadas com tarifas *Low cost* ou até mesmo gratuitas. ----

----- Lembramos também que foi aprovada no Orçamento do Estado para 2017 uma autorização legislativa no âmbito da tarifa social para o fornecimento de serviços de águas criando um regime de atribuição da tarifa social pelo Município competente e a aplicar a clientes finais. Assim que existindo já em Lisboa, uma tarifa social da água disponibilizada pela EPAL a proposta do Bloco de Esquerda é que esta passe a ter um mecanismo automático à semelhança do que já sucede com a energia, isto porque no espírito de fazer todos os esforços para que todos e todas tenham acesso à água, sem obstáculos económicos ou outros, é essencial que seja retirada a carga burocrática que está associada e seja colmatada a falta de informação, muitas vezes existente. -----

----- Deve então ser manifestada esta mesma posição ao Ministério do Ambiente para que seja acelerado o processo legislativo de autorização já referida por forma a prever a aplicação deste regime ao abastecimento domiciliário de água em Lisboa considerando a situação peculiar do Município de Lisboa e da EPAL. -----

---- O Bloco de Esquerda apresenta também uma Recomendação para que seja concretizada esta estratégia de combate à precariedade laboral ainda agora referida, é um tema que tem que ter que tem estado no centro do debate político no nosso país, mas também sabemos que a nível Local ainda há muito por fazer, por um lado a importância de um acordo para o combate à precariedade que foi materializado na resolução do Conselho de Ministros de fevereiro deste ano e agora concretizada para a publicação, com a publicação da Portaria nº. 150/2017, é fulcral não apenas para reconhecer o problema que foi aumentando nos últimos anos, mas, acima de tudo foi uma das poucas vezes em que se chegou a uma solução concreta, no entanto e contrariamente ao que o Bloco de Esquerda tem defendido as Autarquias Locais e os seus trabalhadores não serão abrangidos. Esta diferença de tratamento não é aceitável e diminui os direitos dos trabalhadores, por isso recomendamos que seja feito um levantamento dos vínculos precários do Município e Setor Empresarial Local, bem como após esse levantamento possa ser adotado um mecanismo regulamentado com base na Portaria número 150/2017 para a regularização das situações encontradas. -----

DRAFT

----- É da maior justiça que os Municípios tenham esta preocupação e acompanhem o combate à precariedade de âmbito nacional, recordamos que já em março de 2017 foi aprovada por maioria nesta Assembleia Municipal, uma Recomendação do Bloco de Esquerda que defendia exatamente a integração dos trabalhadores precários no Município, logo, este é apenas um passo para concretizar aquilo que já foi aprovado por maioria nesta Assembleia Municipal. -----

----- Para terminar o Bloco de Esquerda apresenta hoje também uma Recomendação para que a Câmara Municipal se associa a celebração do Dia Internacional Contra a Homofobia, Lesbo fobia e Transfobia, hasteando durante o dia 17 de maio a bandeira multicolor, símbolo do movimento LGBT, na varanda dos Paços do Concelho. -----

----- Apesar dos muitos avanços têm sido já alcançado nos últimos anos, sabemos e condenamos a discriminação que ainda existe no nosso País, nomeadamente no acesso ao trabalho, mas também por esse mundo fora e não é possível deixar passar em claro os atropelos aos direitos humanos que se vivem em alguns países e a dia 17 é mais um dia para demonstrar a solidariedade para com estas pessoas, mas também a para lembrar o empenho necessário na alteração de mentalidades, mas, acima de tudo na criação de políticas que combatem a perseguição e o preconceito não se o nível Nacional, mas também a nível Local.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Nabais (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Em nome dos Cidadãos Independentes quero dizer que sobre a Recomendação número 8/140 do Bloco de Esquerda, os Cidadãos Independentes que estando de acordo com o combate à precariedade tentou já junto Bloco de Esquerda encontrar uma redação mais feliz para os pontos em questão, não tendo sido possível encontrar essa nova redação teremos que votar contra esse ponto e a favor dos pontos restantes, lamentamos. -----

----- Quanto à Recomendação 7/140 a que tem que ver com o alargamento da rede do Metropolitano, já ter já foi acordado organizar um debate alargado, como a Senhora Presidente já anunciou sobre este tema, para uma reunião a agendar em breve e, portanto, parece-me extemporânea esta Recomendação e portanto sugerimos ao PSD que retire esta Proposta, senão os Cidadãos Independentes serão também forçados a votar contra. -----

----- Quanto à Proposta de criação do Prémio de Espinosa que nós Cidadãos por Lisboa tínhamos apresentado na reunião anterior, gostava de reforçar a ideia inicial lembrando o seguinte, que me parece relevante, é que a tempo segundo nós de resgatarmos para o nosso património atual a herança desses judeus alentejanos, refugiados Países Baixos no Século XVII, o refugiado Bento Espinosa é hoje em todo o mundo, o emblema do a verdade social e político que designamos por multidão e a partir materialismo panteísta, recordo que Espinosa opôs-se à ideia de propriedade privada ou pública, a experiência do uso, do uso daquilo que é de todos e do que é comum e fez desses comum a materialização de uma ideia de comunidade que não é

DRAFT

fundada nem na experiência do comércio, nem na experiência da comunicação e nada de mais comum do que o património material e imaterial de uma Cidade! É nesse sentido que os Cidadãos por Lisboa vêm apresentar esta Proposta de criação de um Prémio com o nome de Espinosa, seria atribuída anualmente a uma figura independentemente da sua nacionalidade, que se tivesse destacado na criação de formas alternativas de economia, tanto na esfera prática como o domínio do pensamento político e ético.-----

----- Em Portugal há uma longa tradição de atribuição de prémios a figuras que se singularizam pela sua atividade nas artes nas ciência ou simplesmente na sua vida cívica, mas até hoje não foi criado nenhum prémio no domínio do pensamento político ou do pensamento ético, neste caso, então seria um prémio que reconhecer os contributos para compreender e minorar os horrores da vida dos milhares e milhares de refugiados que todos os anos agravam a iniquidade dos nossos mapas geopolíticos, portanto, para nós Espinosa é claramente o símbolo do refugiado europeu e que nós Portugueses que produzimos ao obrigar os pais a Espinosa a fugir de Portugal e a encontrar refúgio nos Países Baixos no século XVII, portanto, cabe a Portugal resgatar este primeiro refugiado e nesse sentido criaríamos o Prémio Espinosa e em paralelo, seria também interessante propomos à Assembleia da República que fosse construído no Panteão um cenotáfio, nós chamámo-lhe “túmulo vazio”, mas a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso corrigiu-nos, é um cenotáfio, se bem que cenotáfio em Grego quer dizer túmulo vazio, portanto, criar um cenotáfio em nome de Espinosa no Panteão Nacional, para assim honrarmos simbolicamente, não apenas um dos maiores pensadores de todos os tempos, que só não nasceu em Portugal, cujos pais foram daqui expulsos pela Inquisição, mas também a afirmação a partir de Lisboa do carácter universal da forma “refugiado”, portanto, propomos mandar a Mesa da Assembleia para que presente em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa e o Pelouro da Cultura, quer a criação do Prémios Espinosa quer a criação deste cenotáfio Espinosa no Panteão Nacional. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Público em geral e Imprensa. -----

----- Hoje serei extremamente breve, uma vez que não temos nenhuma Moção própria para apresentar, no entanto, reconhecemos que existem a inúmeras Moções e Recomendações de grande valor e às quais queremos dar as nossas saudações e que iremos genericamente votar favoravelmente.-----

----- Começando pela última que foi aqui falada relativamente Espinosa, sem dúvida que é importante aquilo que está a ser proposto.-----

----- Queria também associar-me à Recomendação de certa forma que é feita pelo Senhor Deputado Luís Newton relativamente à questão do Metropolitano uma vez que é uma zona, são zonas as zonas que estão em branco, de Metropolitano neste momento ainda, dentro da zona consolidada de Lisboa, são das zonas mais castigadas

DRAFT

pela falta de estacionamento e se, como nos disse a Câmara é suposto que gradualmente vamos passando de uma mobilidade individual para uma modalidade coletiva, zonas como estas e como Campo de Ourique, etc., são sem dúvida zonas que terão que ser acedidas pelo Metropolitano, custa-me a crer que tenhamos que esperar mais umas décadas para que a estas zonas, que não são da zona Ocidental, mas, de certa forma ainda são do Centro de Lisboa, continuem mais umas décadas sem Metropolitano, portanto, obviamente que iremos votar favoravelmente e secundamos o pedido de que isto seja repensado, embora estejamos a favor da Linha Verde Circular que nos parece uma ideia fantástica, de 3 em 3 minutos ter Metropolitano, mas a bem da mobilidade em toda esta zona Central de Lisboa acreditamos que seria uma obra prioritária fazer as 2 estações que neste momento não estão a ser consideradas. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- “Os Verdes” apresentam hoje três documentos.-----

----- Uma primeira recomendação sobre o Dia da Terra, como forma de o Município criar a consciencialização sobre os impactos da pegada ecológica no Planeta e, conseqüentemente, alterar comportamentos e políticas para que não se comprometam as gerações futuras.-----

----- Parece ser consensual, entre todos nós, que a Terra nos fornece os recursos essenciais à nossa sobrevivência e que estes devem, por isso mesmo, ser geridos de forma equilibrada e sustentável.-----

----- Mas Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer em termos de sustentabilidade, pelo que, perante situações ambientais inaceitáveis e contraditórias com o caminho que deve ser seguido, casos da prospeção de petróleo e da Central Nuclear de Almaraz, “Os Verdes” consideram que é tempo de se passar das palavras aos atos, devendo a Câmara assumir como prioridade a adoção de práticas ambientais sustentáveis, pela avaliação da sua pegada ecológica, apelando ao Governo para que cancele os contratos de prospeção e exploração de hidrocarbonetos em território nacional e para que assuma uma posição firme contra a construção do armazém para resíduos nucleares, pugnando pelo encerramento da central nuclear de Almaraz.-----

----- A segunda recomendação que trazemos propõe que a Câmara disponibilize, para o contacto com a Polícia Municipal, um número de telefone da rede nacional, como acontecia anteriormente, por ser gratuito para a grande maioria dos munícipes, ou que opte mesmo por um número gratuito para todos.-----

----- Esta proposta surge no seguimento de denúncias que nos chegaram, porque houve uma alteração do número de telefone da Polícia Municipal para uma Linha Azul, o que representa custos para os munícipes que utilizem este serviço.-----

----- Hoje em dia, a maioria dos munícipes tem acesso, de forma gratuita, às chamadas para números nacionais, o que incluía o antigo número. Mas esta alteração efetuada não traz nenhuma vantagem, nem é necessária. Propomos, por isso, que se diligencie

DRAFT

para que se regresse a um número de telefone mais acessível. Será uma medida sem grandes dificuldades, e que, concretizando-se, representará um benefício imediato para todos os cidadãos.-----

----- Por último, apresentamos uma moção sobre a Venda de imóveis do Centro Hospitalar de Lisboa Central.-----

----- No fim de Março, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças realizou um leilão de um lote de 12 prédios detidos por este Centro Hospitalar, que se localizavam na zona histórica de Lisboa.-----

----- Ao longo dos anos e apesar da importância do Centro Hospitalar de Lisboa Central, o investimento foi sempre adiado com o argumento de que um novo hospital viria a ser construído. Para “Os Verdes”, a futura construção deste hospital nunca poderá servir para justificar o desinvestimento nem o encerramento de unidades hospitalares. A verdade é que, neste momento, não existe nem investimento nas unidades do atual Centro Hospitalar, nem novo hospital.-----

----- Para “Os Verdes” é fundamental que haja renovação de equipamentos de saúde, através do Orçamento de Estado, em vez de se proceder à alienação avulsa de imóveis. Consideramos também importante que o Governo informe os órgãos do Município de Lisboa relativamente a projetos de investimentos ou de alienação de equipamentos de saúde que venham a ocorrer na cidade.-----

----- Assim, propomos que seja reforçada a cooperação entre a Administração Central e o Município de Lisboa, que seja apresentada periodicamente ao Município uma listagem com os imóveis ou fogos disponíveis do Estado, para consulta prévia e exercício do direito de preferência pela Câmara, para que, sempre que possível, seja dada prioridade à reabilitação para habitação a custos acessíveis e controlados, de futuros imóveis a alienar, em Lisboa, pela Administração Central, em detrimento da mera especulação imobiliária, isto sem nunca esquecer o equilíbrio e a compatibilização com o comércio já existente e que deve ser mantido, a fim de evitar a precipitação da Câmara como a que hoje os munícipes enfrentam na Rua de São Lázaro.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “ Senhores Deputados, eu creio que é a última intervenção, de inscrição, não sei se a Câmara também quer intervir. A seguir teremos então um momento de votações e depois entraremos na discussão das Contas e da Revisão Orçamental.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Relativamente à Moção nº. 1 do Bloco de Esquerda e à atribuição automática da tarifa social de água em Lisboa, o Partido Socialista votará favoravelmente este documento sendo certo porém, que gostaríamos de deixar aqui dois alertas, um dos quais já referido pela Senhora Deputada Municipal, quando aqui fez a sua apresentação, é que, de facto, Lisboa tem uma situação particular no País, não é concedente , mas por outro lado também referem-se no texto a vossa na vossa Moção,

DRAFT

e há que ter em conta aquilo que é a posição da Comissão Nacional de Proteção de Dados relativamente a esta matéria, mas o Partido Socialista votará favoravelmente. ---

----- Relativamente à Moção nº. 4 do Partido Ecologista “Os Verdes” e acerca deste documento da venda de imóveis do Centro Hospitalar de Lisboa Central estávamos agora, agora mesmo a ouvir a Senhora Deputada Cláudia Madeira e o Partido Socialista abster-se-á neste documento, e Senhora Deputada, eu preparava-me para vir aqui dizer que o PEV e finalmente faz-se uma referência a que a Câmara Municipal exerceu o direito de preferência na aquisição de um lote a e que, portanto, a congratular o PEV finalmente faz uma referência a que a Câmara Municipal exerceu o direito de preferência na aquisição de um lote e, portanto, a congratular-se o PEV por ter reconhecido e ter acabado com as referências à especulação imobiliária, às negociatas, mas a Senhora Deputada não resistiu e na apresentação do documento teve que fazê-lo.-----

----- Bem, não resiste também a dizer-lhe Senhora Deputada que o número 2 do documento que nos apresenta é impossível ao Município garantir que lhe seja apresentada uma lista de imóveis, ou fogos do Estado, que possa servir para efeitos de habitação ou de aquisição ou seja lá do que for, porque se é uma de imóveis que não pertence ao Município, o Município não pode garantir que essa lista lhe seja apresentada.-----

----- Relativamente ainda a outro documento apresentado pelo PEV, a Recomendação nº. 10, Senhora Presidente, gostaríamos de pedir para que acerca do Dia da Terra que gostaríamos de pedir a votação por pontos. Em concreto, os pontos 1 e 4 a 6 e em separado dos pontos 2 e 3.-----

----- Relativamente à Recomendação número 4 do PSD, as obras por entidades privadas, nós votaremos contra e votaremos contra por uma razão simples, é que a comunicação das intervenções à Câmara Municipal e conseqüentemente às Juntas de Freguesia nos prazos que o PSD aqui nos falou é algo que hoje em dia já sucede. Só que o que também sucede, Senhores Deputados e o Deputado Luís Newton, que agora não consigo vislumbrar, o que acontece também é que efetivamente muitas vezes estas obras de terceiros não começam quando as obras são licenciadas e para além de não começarem imediatamente, após o momento de licenciamento da obra, para além não começarem nessa altura, muitas vezes, elas nem sequer chegou a começar e, portanto, não se vislumbra que seja benéfico ou favorável ou, enfim, razoável que nós venhamos a impor seja o que for e a aprovar este documento e, por isso, naturalmente, votaremos contra.-----

----- Relativamente às considerações que teceu sobre o Metropolitano e sobre as opções da Câmara, como a Senhora Presidente da Assembleia nos anunciou, teremos um debate próprio e, portanto, seria um erro colossal da minha parte fazer qualquer comentário acerca daquilo que o Senhor Deputado aqui disse e, portanto, limitar-nos-emos a falar para a semana no momento oportuno.-----

----- Ainda relativamente à Recomendação número 13 do PSD acerca de Lisboa Cidade Sem Lixo aí o PS votará a favor, mas com a nota de que qualquer alteração que venha a suceder no âmbito da limpeza urbana, nós, nomeadamente em termos de

DRAFT

alteração de horários, alterações tenham a ver com os trabalhadores, o Partido Socialista, naturalmente defende que devam ser ouvidos os Sindicatos, que é algo que para nós é fundamental que possa suceder. -----

----- Por outro lado e para terminar, a Recomendação número 8 do Bloco de Esquerda, pela concretização em Lisboa de uma estratégia de combate à precariedade laboral, nós gostaríamos de nesta Recomendação, Senhora Presidente, pedir para que o ponto número 3 fosse votado separadamente, relativamente aos outros pontos, para não suscitar qualquer dúvida votaremos favoravelmente, mas gostaríamos de dizer que que a impossibilidade da contratação durante vários anos por imposições do Estado Central, como aliás, é referido no documento que aqui nos é apresentado pelo Senhor Deputado Ricardo Robles, a Lei 7-A/2016 que prevê o estabelecimento da Estratégia Nacional de Combate à Precariedade, a Lei 42/2016 que desenha os traços gerais dessa estratégia, a resolução do Conselho de Ministros 32/2017 que define o programa de regularização extraordinária do vínculo de precários da Administração Pública, a Portaria 150 de 2017, enfim, um conjunto de medidas legislativas deste Governo, do Governo do Partido Socialista, aliado às medidas que em 2009, o Executivo Municipal do Partido Socialista, que regularizou a situação de 900 trabalhadores precários no Município de Lisboa só muito lhe posso dizer Senhor Deputado, Senhores Deputados do Bloco de Esquerda, bem-vindos à luta da regularização dos trabalhadores precários na Cidade de Lisboa! Sejam bem-vindos, o Partido Socialista congratula o Bloco de Esquerda por esta situação e, de facto, não vale a pena quererem vestir a pele que é uma pele há muito já vestida pelo Partido Socialista e os trabalhadores também o reconhecem e sabem-no bem, sabem quem é que defende efetivamente os seus direitos e quem regulariza efetivamente as suas situações, quer em termos Autarquias Locais, quer em termos de Governo Central e isso tem vindo a suceder quer nas Câmaras quer no Governo e no Estado Central e nesse sentido, nós não deixaremos de por causa disso, de por ser um documento apresentado pelo Bloco de Esquerda não seremos sectários, Senhor Deputado, não deixaremos de votar favoravelmente aquilo que é possível de ser votado favoravelmente e, por isso assim o faremos. Senhora Presidente, muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado, vamos ter agora aqui um momento de votações. -----

----- Vamos passar agora as votações, há vários pedidos para diferenciar por pontos algumas das matérias, espero não me enganar, mas se for o caso chamem-me à atenção que faremos então as coisas corretamente. -----

----- Em primeiro lugar vou pôr à vossa consideração o Voto 1/140 apresentado pelo Partido Socialista. -----

----- **VOTO 1/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS) – VOTO DE SAUDAÇÃO “PELA INAUGURAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MARIA BARROSO”;** -----

DRAFT

----- (O Voto de Saudação 1/140 foi anexado a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos votar. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto 1/140 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- Passamos agora às Moções, temos a Moção 1/140 do Bloco de Esquerda. -----

----- **MOÇÃO N.º 1/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL BE) – “PARA ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE TARIFA SOCIAL DE ÁGUA EM LISBOA”;**-----

----- (A Moção 1/140 foi anexado a esta Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra e nem abstenções. **A Moção 1/140 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **MOÇÃO 2/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL INDEPENDENTES E CDS-PP) – “ LISBOA E AS NOVAS POLÍTICAS CULTURAIS – CRIAÇÃO DO PRÉMIO ESPINOSA”**-----

----- (A Moção 2/140 foi anexado a esta Ata como Anexo V e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra e nem abstenções. **A Moção 2/140 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **MOÇÃO 3/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “ORGANISMOS PÚBLICOS SEM INSTAÇÕES SANITÁRIAS PARA UTENTES”;**-----

----- (A Moção 3/140 foi anexado a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra e nem abstenções. **A Moção 3/140 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **MOÇÃO 4/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “VENDA DE IMÓVEIS DO CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL”;**-----

----- (A Moção 4/140 foi anexado a esta Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra. Abstenções do PS. Votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 4/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – REALIZAÇÃO DE OBRAS POR ENTIDADES PRIVADAS”;**-----

----- (A Recomendação 4/140 foi anexado a esta Ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- Agora a Recomendação 4/140, anteriormente intitulada Moção, é uma Recomendação e não uma Moção e na parte deliberativa o início é “propõe-se assim que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em Sessão Ordinária em 9 de maio 2017 delibere recomendar à Câmara”, portanto é acrescentar a expressão “recomendar à Câmara.”-----

DRAFT

----- Vamos pôr à votação esta Recomendação 4/140. Votos contra dos IND, PS e PNP. Votos de abstenção do BE. Votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT e PAN. **A Recomendação 4/140 foi rejeitada.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 5/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “REALIZAR OBRAS EM SIMULTÂNEO NO MESMO ARRUAMENTO”;**-----

----- (A Recomendação 5/140 foi anexado a esta Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- Ela tem também a mesma alteração de redação na parte introdutória da deliberação, “propõe-se assim que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária de 9 de maio delibere recomendar à Câmara” e depois vem então as Recomendações. Vou pôr à votação então a recomendação 5/140. Votos contra são 6 dos IND. Não há abstenções. Votos a favor do PSD, PCP, CDS/PP, PEV, MPT e PAN. **A Recomendação 5/140 foi aprovada por maioria.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 6/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DE DÍSTICO NAS NOVAS ZONAS DA EMEL NA CIDADE DE LISBOA”;**-----

----- (A Recomendação 6/140 foi anexado a esta Ata como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

----- Esta tem várias alterações, pedia a vossa atenção, na sequência da intervenção do Senhor Deputado Luís Newton, o título passaria a ser “nas novas zonas da EMEL na Cidade de Lisboa, e não só “na Freguesia”.-----

----- Depois nos considerandos, no penúltimo considerando, no último considerando que termina em “verão”, os mesmos expirarem em 2018 e acrescenta-se, “esta questão também é relevante noutras freguesias em situação análoga”, para estender isto a todas as freguesias.-----

----- Tem a mesma alteração na parte deliberativa, que é “delibere recomendar à Câmara” e depois no ponto propriamente da Recomendação onde está “Freguesia da Estrela” ficar “Cidade de Lisboa”, é isto que se põe à vossa consideração, penso que toda a gente compreendeu o sentido das propostas. Vamos pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **A Recomendação 6/140 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Vamos então à última deste conjunto de Recomendações do PSD.-----

----- **RECOMENDAÇÃO 7/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “MOBILIDADE SEM EXCLUSÃO – FOCO NAS PESSOAS”;**-----

----- (A Recomendação 7/140 foi anexado a esta Ata como Anexo XI e dela faz parte integrante)-----

----- Esta Recomendação tem também a mesma alteração na redação “Propõe-se que a Assembleia Municipal, reunida na sessão e tal e tal, delibere recomendar à Câmara”, portanto, Ah, não, esta já estava “Delibere solicitar à Câmara que troque a prioridade de facho” e tal e tal, portanto, é uma recomendação à Câmara e não precisa de alterações porque a redação já estava como Recomendação.-----

DRAFT

----- Vamos então pôr à votação esta, pedem-me para, não há nenhuma desagregação de pontos, é só um ponto, basicamente é a questão deliberativa “Solicitar à Câmara que troque a prioridade do fecho da Ligação Rato/Cais Sodré pela expansão da Linha para Ocidente”. Vamos pôr à votação esta Recomendação. Votos contra dos IND, PS, e PNP. Não há abstenções. Votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e PAN. **A Recomendação 7/140 foi rejeitada por maioria.**-----

----- Esta Recomendação foi rejeitada por maioria, não foi aprovada como tal, em todo o caso voltaremos a este assunto para a semana e veremos o que é que a Assembleia entenderá sobre a matéria.-----

----- Vamos passar agora para a Recomendação 8/140 do Bloco de Esquerda.-----

----- **RECOMENDAÇÃO 8/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “PELA CONCRETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LISBOA, DE UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE À PRECARIDADE LABORAL”;**-----

----- (A Recomendação 8/140 foi anexado a esta Ata como Anexo XII e dela faz parte integrante)-----

----- Pedem a votação por pontos separados, suponho que são todos ou é só algum em particular? É o 3 que tem que ser isolado? O 2 também? Ah, querem todos um a um, muito bem, penso que o 5, que é só a remessa não é relevante, mas vamos de qualquer maneira votar um a um.-----

----- O primeiro ponto é recomendar à Câmara que proceda ao levantamento de todos os elementos de contratação utilizados pelo Município de Lisboa pelas entidades compreendidas no setor empresarial local identificando as situações de precaridade laboral. Vamos pôr à votação o **Ponto 1** desta **Recomendação 8/140**. Não há votos contra e nem abstenções. **Foi aprovado por unanimidade.**-----

----- Vamos passar agora ao **Ponto 2**, recomendar à Câmara de Lisboa que adote um mecanismo participado pelos trabalhadores em sindicatos, a substituir através de regulamentos com base na Portaria 150/2017 de 3 de maio, com vista à identificação das situações de precaridade em Lisboa no respetivo setor empresarial local. Não há votos contra. Abstenção do MPT. Votos a favor do PS, PSD, PCP, PEV, BE, PAN, MPT, PNP e IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- **Ponto 3**, Recomendar à Câmara de Lisboa para que independentemente ao Regime Legal que venha a ser adotado, se proceda desde já e de acordo com a legislação vigente, à integração de todos os trabalhadores, nos caos do Município de Lisboa e do respetivo setor empresarial legal. Vamos pôr à votação. Votos contra dos IND, PS e PNP. Abstenções do CDS-PP e MPT. Votos a favor do PSD, PCP, PEV, BE e PAN. **Este ponto foi rejeitado.**-----

----- **Ponto 4**, manifestar ao Governo e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República a sua preocupação com a diferença de tratamento entre os trabalhadores de Administração do Estado e do setor empresarial do Estado e os trabalhadores das Autarquias Locais e o setor empresarial local, tendo em conta os efeitos nefastos de custo do tempo na vida dos trabalhadores precários devendo ser assegurada a integração de todos em condições de igualdade designadamente quanto ao momento que determina a sua integração. Vamos pôr à votação. Não há votos contra.

DRAFT

Abstenções do CDS-PP e MPT. Votos a favor do PS, PSD, PCP, PEV, BE, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto 5**, vamos pôr à votação este ponto. Não há votos contra. Abstenções do MPT. Votos a favor do PS, PSD, PCP, PEV, BE, CDS-PP, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO 9/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “ESPAÇO MUSEOLÓGICO DO PAVILHÃO CARLOS LOPES”;**-----

----- (A Recomendação 9/140 foi anexado a esta Ata como Anexo XIII e dela faz parte integrante) -----

----- Esta Recomendação tem aqui uma pequena alteração, ela tinha apenas um ponto deliberativo onde se dizia, falava-se da “totalidade do acervo fixo posto de forma permanente” e há aqui um aditamento de “ de forma permanente, mas dinâmica”, acrescentar esta expressão “Mas dinâmica”.-----

----- Também acrescentar um segundo ponto que passaria a ter a seguinte redação “Que a Câmara Municipal de Lisboa envide esforços para proceder à preservação, conservação e inventariação do acervo”. Vamos pôr à votação. Não há votos contra. Abstenções dos IND. Votos a favor do PS, PSD, PCP, PEV, BE, CDS-PP, PAN, MPT e PNP. **Aprovada por maioria.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 10/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “DIA DA TERRA”;** -----

----- (A Recomendação 10/140 foi anexado a esta Ata como Anexo XIV e dela faz parte integrante) -----

----- Pedem-me para separar os pontos 2 e 3, portanto eu vou pôr à votação em primeiro lugar os Pontos 1, 4 e 6, portanto, o primeiro ponto é “assuma como prioridade nas várias áreas de intervenções municipais práticas ambientais sustentada para avaliação da sua pegada ecológica; o ponto 4 “desenvolva com frequência campanhas de sensibilização no sentido da urgência de mudança políticas e comportamentos com vista a uma Cidade e um País mais equilibrados e seguros”. E ainda os 5 e 6 que são de “saudação a quem se tem mobilizado e de envio desta deliberação a quem aqui sugerem”. Portanto, eu vou pôr à votação os **Pontos 1, 4, 5 e 6** desta Recomendação. Não há votos contra e nem abstenções. **Foram aprovados por unanimidade.**-----

----- Agora vamos ao **Ponto 2**, “apele ao Governo para que cancele os contratos de prospeção e exploração de hidrocarbonetos em território nacional. Votos contra do CDS-PP e PSD. Abstenções do PS e PNP. Votos a favor dos IND, PAN, PCP, BE, PEV e MPT. **Aprovado por maioria.**-----

----- Vamos passar ao Ponto 3, “apelo ao Governo para que assumam uma posição firme quanto à construção de armazéns de resíduos nucleares pugnando pelo encerramento da Central Nuclear de Almaraz”. Não há votos contra. Abstenções do PS. Votos a favor do PSD, PCP, EV, BE, CDS-PP, PAN, MPT, PNP e IND. **Aprovado por maioria.**-----

DRAFT

----- A **Recomendação 10/140** no seu todo, embora com votações diferenciadas **foi aprovada**.-----

----- Vamos passar agora à questão da Recomendação 11/140 do Partido Ecologista “Os Verdes”, que tem a alteração do contacto telefónico da Polícia Municipal. -----

----- **RECOMENDAÇÃO 11/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “PELA ALTERAÇÃO DO CONTACTO TELEFÓNICO DA POLÍCIA MUNICIPAL”;**-----

----- (A Recomendação 11/140 foi anexado a esta Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr à votação. Não tem votos contra. Abstenções dos IND. Votos a favor do PS, PSD, PCP, PEV, BE, CDS-PP, MPT, PAN e PNP. **A Recomendação 11/140 foi aprovada por maioria.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO 12/140 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “CELEBRAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA, LESBOFOBIA E A TRANSFOBIA”;**-----

----- (A Recomendação 12/140 foi anexado a esta Ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr à votação. Não há votos contra. Abstenções do MPT e 2 PSD. Votos a favor do PS, PCP, PEV, BE, CDS-PP, PAN, PNP e IND. (Os restantes Deputados do Grupo Municipal do PSD (7) não participaram nesta votação por se encontrarem ausentes da sala). **A Recomendação 12/140 foi aprovada por maioria.** -----

----- O MPT apresentará uma Declaração de Voto sobre a Recomendação 12/140.”-----

----- **O MPT apresentou por escrito a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- “ *O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião realizada no dia 09 de Maio de 2017 a sua declaração de voto referente à seguinte Recomendação:*-----

----- *Recomendação 12/140 (BE) – “Celebração do Dia Internacional contra a Homofobia, Lesbofobia e a Transfobia” – tema 6*-----

----- *Recomendação essa, que mereceu o Voto de Abstenção, com os seguinte fundamento:*-----

----- *1. Não havendo qualquer necessidade de se hastear a bandeira multicolor símbolo do movimento LGBT, sendo apenas um símbolo de um movimento.* -----

----- *2. Devendo apenas ser hasteada na varanda dos Paços do Concelho, a Bandeira Nacional e a Bandeira do Município de Lisboa.*-----

----- *Lisboa, 09 Maio de 2017 - Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, o Deputado Municipal Vasco Miguel Santos.”*-----

-----Vamos agora prosseguir e a 13ª. Recomendação não é votada hoje porque ela entrou fora do prazo. Eu já falei isto com o autor, portanto, terá que ser agendada em posterior reunião porque já deu entrada fora do prazo e normalmente é isso que fazemos.-----

DRAFT

----- E terminámos, Senhores Deputados, o PAOD. Agradeço a colaboração de todos e estamos agora em condições de começar então a discutir o ponto da Ordem do Dia de hoje.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- O Ponto da Ordem do Dia de Hoje tem a ver com as Contas, Demonstrações Financeiras, Relatório de Gestão e Revisão Orçamental.-----

----- **PONTO 3.1 - PROPOSTA 176/CM/ 2017 – (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR JOÃO PAULO SARAIVA) – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2016 DO MUNICÍPIO DE LISBOA NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ANÍLES A) E L) DO N.º. 2 DO ARTIGO 25.º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO COMO ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DO ARTIGO 76º NA LEI N.º. 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO;**---

Parecer da 1ª. Comissão Permanente;

----- (A Proposta n.º. 176/CM/2017 foi anexado a esta Ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. Comissão Permanente foi anexada a esta Ata como Anexo XVII e dela faz parte integrante.)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “ Senhores Deputados, lembrar os Senhores Deputados... O Senhor Vereador já se está a preparar para subir ao palco, eu só queria dizer Senhores Deputados que é uma discussão conjunta, as duas matérias estão muito ligadas e, portanto, poderão fazer intervenções separadas ou intervenções ao mesmo tempo sobre as duas matérias, mas de qualquer maneira o debate conjunto sobre as Contas, o Relatório de Gestão e a Revisão Orçamental e vamos dar a palavra aos inscritos. Muito obrigado.-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção acompanhada por PowerPoint:-----

----- “ Boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

----- É com um gosto que pelo terceiro ano consecutivo venho aqui dizer-vos que estas são as melhores Contas de sempre do Município de Lisboa. São os melhores Contas de sempre, porque traduzem uma situação financeira equilibrada e sustentável, como vamos ver a seguir e porque também são as melhores Contas de sempre que do ponto de vista da qualidade a das suas Demonstrações Financeiras e de todo o trabalho e toda a documentação que as suporta, é a primeira vez na história do Município que há 0 reservas dos auditores.-----

----- Isto traduz o momento evidentemente que tem que ser sublinhado e saudado em face daquilo que traduz para todos aqueles que se relacionam connosco, mas também e queria aqui sublinhá-lo mais uma vez, para o excelente trabalho que de uma forma geral, os trabalhadores do Município fazem sobre esta matéria, com destaque especial para a direção Municipal de Finanças, que há data de hoje é dirigido pela Doutora Paula Costa e pela sua equipa e, portanto, importa aqui sublinhar que este trabalho é um trabalho evidentemente que tem direção política, mas é um trabalho que é feito

DRAFT

com a necessária a tecnicidade e independência e é avaliado, e bem avaliado, crescentemente bem avaliado, melhor do que 0 reservas não conseguiremos certamente por aqueles que nos auditam as nossas Contas. -----

----- Mas vamos lá fazer aqui uma visita guiada muito rápida para não vos maçar demasiado. Começemos pelas Contas das Empresas Municipais só para que vos possamos também passar a que o universo Municipal se encontra em idêntica situação ao Município e, portanto, com Contas saudáveis e sustentáveis, Contas certas como dizia o nosso anterior Presidente da Câmara, António Costa, e à data de hoje o nosso Presidente Fernando Medina gosta de sublinhar. -----

----- Como sabem universo Municipal é constituído, na nossa ótica deste conceito é constituída à data do encerramento de Contas pelo Município de Lisboa e pelas suas quatro Empresas Municipais: a Gebalis, a EGEAC, a EMEL e SRU e à data que estamos aqui a falar já também pela Carris que, no próximo ano também será objeto, nomeadamente no momento das Contas Consolidadas da vossa apreciação e até lá muitas outras vezes, certamente. -----

----- Este quadro mostra bem a situação atual a das nossas Empresas completamente equilibradas, todas com resultados positivos e com a uma situação que nos apraz registar e que nos tranquilizar a todos, do ponto de vista, quer das orientações que o Município tem dado às Empresas e a forma como elas têm sido seguidas pelos seus Conselhos de Administração. Aqui uma palavra também de reconhecimento para sublinhar a qualidade dos nossos Conselhos de Administração e todos os trabalhadores que se empenham a durante todo o ano, obviamente, no concretizar dos objetivos que são definidos para as Empresas Municipais, mas também nos seus instrumentos financeiros que traduzem a qualidade dos mesmos e os resultados a que aqui chegámos. -----

----- Não podia também deixar de sublinhar a evolução que temos tido sobre esta matéria, andando um pouco mais depressa, longe vão os tempos e ali digamos, com uma cor mais escura, em 2007, todas as Empresas ou pelo menos duas delas de forma muito significativa e as outras de forma positivas, mas de forma pouco significativa, e com um saldo muitíssimo importante do ponto de vista daquilo que eram a soma de todas as situações ponto de vista dos capitais próprios, capitais próprios negativos em duas delas, ou seja o Município a mandar fazer coisas para as quais as Empresas não estavam dotadas de meios financeiros e, portanto, com reflexo claro de com prejuízos acumulados termos a nomeadamente a EGEAC e a Gebalis com resultados muitíssimo negativos, e depois resultados positivos, capitais próprios positivos, desculpem, temos a falar de capitais próprios, a SRU e a EMEL. Hoje todas são positivas, todas têm capitais próprios negativos e, portanto, todas se podem apresentar aos seus fornecedores, quer seja de meios financeiros, quer seja de bens e serviços com estas situações equilibradas. -----

----- Quanto à dívida bancária também era claro, com exceção, quer dizer, não havia exceções, todas tinham uma dívida bancária que somada e ascendia a 61 milhões de euros e hoje temos dívida bancária muito mais contida, a Gebalis ainda para o nosso, para aquilo que eu não são os nossos objetivos, ainda alta e gradualmente baixaremos

DRAFT

também aquele valor para níveis mais a comportáveis e níveis mais aceitáveis, que não tem nada a ver evidentemente com os 32 milhões em 2007. -----

----- Ora passadas as Empresas Municipais, passemos então, aqui estão as reservas de que eu referi há pouco o e a os números das, os números do Município de Lisboa, importa aqui analisar e, portanto, todas se podem apresentar aos seus fornecedores, quer seja meios financeiros, quer seja de bens e serviços com estas situações equilibradas. -----

----- Quanto à dívida bancária também era claro, com exceção, quer dizer não havia exceções, todas tinham uma dívida bancária que somada ascendia a 61 milhões de euros e hoje temos dívida bancária muito mais contida, a Gebalis ainda para aquilo que são os nossos objetivos, ainda alta e gradualmente baixaremos também aquele valor para níveis mais a comportáveis e níveis mais aceitáveis que não têm nada a ver evidentemente com os 32 milhões em 2007. Ora passadas as Empresas Municipais. Passemos então, aqui estão reservas de que eu referi há pouco o e a os números os números do Município de Lisboa. Importa aqui analisar essencialmente a tendência, uma tendência claramente de estabilização dos ativos e uma tendência de diminuição clara e gradual do passivo, está ali também uma comparação 15/16 que nos permite digamos, perceber essa evolução da tendência, esta tendência depois traduz-se em índices indicadores, quer o de solvabilidade que tem vindo a ganhar sustentabilidade situa-se nos em 2016 em 181 por cento em autonomia financeira em 64 por cento. -----

----- Passemos agora a um indicador que todos gostam muito e eu também que é o indicador a que nos permite olhar para os passivos. O passivo em 2015 eram 1.181 milhões de euros, em 2016 são 1.129 milhões de euros, ou seja, nós conseguimos num só ano baixar o passivo em 52,5 milhões de euros, ou seja, 4,4 por cento. -----

----- Se olharmos para o passivo total a comparando 2009 com 2016 e porquê, 2009 com 2016, e porquê em 2009 com 2016? Porque em 2008 foi a primeira vez que o Município de acordo com aquilo que são hoje foram exigências legais da altura teve a um Revisor Oficial de Contas e ele veio dizer que, nessa altura, os processos que o Município tinha e, portanto, numa abordagem que decorria há vários anos há muitos anos, há muitos anos, deviam ter a as provisões reforçadas e, portanto, no fundo, o nosso pico, que decorre da nossa situação financeira nas últimas décadas, foi atingido o ponto de vista do passivo em 2009 em face do aumento das provisões e, por isso, a comparação é feita, previsões evidentemente que decorriam de processos judiciais com alguns com muitas décadas, alguns até já resolvidos e que vieram nesta altura a para que as nossas Contas fossem validadas pelos Revisores Oficiais de Contas a ter que sofrer um aumento e portanto, 1.952 milhões de euros era o passivo em 2009, que em 2016 apresenta o valor de 1.129 milhões de euros, ou seja, menos 823 milhões de euros, um decréscimo de 42,2 por cento em 10 anos. -----

----- Aqui temos uma visão mais linearizada, ali aquele pico em 2012, o pico, aquele abaixamento repentino teve a ver, como sabem, com o memorando de entendimento, que decorreu daquilo que foi o acordo entre a Câmara Municipal e o Governo relativamente aos terrenos do Aeroporto, terrenos reconhecidos nessa altura, nessa data, contenda que vinha em tribunal há alguns anos, reconhecidos nessa data pelo

DRAFT

Governo como do Município, portanto, ali o Município foi ressarcido desses mesmos terrenos, isso significou ter ali, do valor desses mesmos terrenos e ficou ali aquele abaixamento e depois aquele trajado também mostra uma outra coisa que são a nossa evolução já tinha baixado dos mil milhões de euros, não fossem um conjunto de situações que vieram a agravar o nosso passivo, que decorriam de uma série de situações históricas do Município, nomeadamente anteriores a última década, em que, como sejam as situações do das dívidas da EPUL, as situações dos resultados líquidos da EPUL da internalização, o acordo Braga parques, as Torres do Colombo só para citar alguns. -----

----- Quanto à dívida legal, conceito muito mais próximo daquilo que são os nossos conceitos perfeccionados sem operações contabilísticas, em 2015 tínhamos 612 milhões de euros de dívida legal, em 2016 fechámos o ano com 560 milhões de euros, ou seja diminuámos 52,6 milhões de euros, 8,6 por cento a nossa dívida legal. -----

----- Se compararmos o ciclo dos 10 anos tínhamos 1.130 milhões de euros em 2007 de dívida legal, entre nós e a EPUL que hoje internalizámos, absorvemos esse mesmo endividamento, em 2016, 560 milhões de euros, ou seja, um abaixamento de 570 milhões de euros, em 10 anos diminuámos para menos de metade a nossa dívida legal, 50,4 por cento de diminuição. -----

----- Também já conhecem este gráfico, este gráfico também nos mostra claramente a nossa situação em 2007, 459 milhões de euros de dívidas a fornecedores e a mais de 300 dias, a 324 dias de prazo médio de pagamento. Fizemos todo este percurso que conhecem e chegámos à data de hoje com a honrosa situação que podemos aqui apresentar de 2 milhões de euros de dívida a fornecedores a 31 de Dezembro, dívida técnica basicamente, e 2 dias de a PMP, prazo médio de pagamento a fornecedores, ou seja, passámos de 2007 de 322 dias, portanto, diminuámos 322 dias ao nosso prazo de pagamento, até parece assim uma coisa estranha e diminuámos 457 milhões de euros, na nossa dívida a fornecedores. -----

----- Olhando para os números relativamente aos nossos números deste ano comparados com os do ano passado, os nossos custos totais foram 689,7 milhões de euros, contrapõem com 518 milhões de euros do ano de 2015. Há um crescimento, quer um crescimento quer nos custos extraordinários, quer nos custos operacionais que que é contraposto e equilibrado com os que os proveitos operacionais e com a os proveitos com um decréscimo acentuado também nos proveitos operacionais, que tudo isto totaliza 747 milhões de euros de proveitos totais em 2016 que contrapõem com 711, isto dá a um saldo positivo, um resultado líquido positivo das nossas Contas em 2016 de 58 milhões de euros. -----

----- Se olharmos de forma a mais detalhada para os proveitos operacionais percebemos que eles significam 639,9 milhões de euros, contrapõem com 559,8 do ano 2015, portanto, há um acréscimo de 80 milhões de euros, já vamos ver porquê, essencialmente nas vendas e prestações de serviços com doze, mas de forma mais decisiva nos impostos e taxas com 54,6, um ligeiro aumento nos proveitos, pouco significativo, nas transferências e nos outros proveitos operacionais. -----

DRAFT

----- A que é que se devem estes 80 milhões de euros de acréscimo? Essencialmente a uma melhoria da situação económica do país e, portanto, como todos sabem nós não mexemos nem na moosa performance do ponto de vista da nossa política tributária, mantivermos nos mínimos conhecidos em que já vamos sublinhar a nossa política tributária e a deve-se exclusivamente ao facto de a economia estar em fase de recuperação e, portanto, ao terem aumentado a 19 milhões de euros a Derrama, terem aumentado 15 milhões de euros relativamente ao ano anterior, o IMT, 11 milhões de euros a TRIU por um retomar da reabilitação urbana na Cidade e a Taxa Turística ter acrescentado cerca de 9 milhões de euros relativamente ao ano anterior. -----

----- Quanto aos custos operacionais, as mercadorias, o custo com mercadorias não teve um valor muito significativo de acréscimo, os fornecimentos e serviços externos aumentaram 12,9 por cento, depois, se quiserem detalhar vamos detalhá-los, eles têm aqui um significado expressivo quer o crescimento dos nossos investimentos e, portanto, digamos, todo o crescimento associado a prestações de serviços para ser a possível executar o investimento que o Município está a encetar para além disto uma outra componente virtuosa, o facto de termos que pagar, nomeadamente, àqueles que nos fazem cobranças, como seja a Autoridade Tributária num valor superior e, portanto, isso entra aqui em fornecimentos e serviços externos, mas isto só algumas das situações; as amortizações que significaram que um aumento de 16,5 milhões de euros e a as provisões do exercício que cresceram 66,8 milhões de euros, em face de na nossa política prudencial termos colocado as provisões, feito crescer as provisões um pouco mais no ano de 2016, para no fundo sermos mais prudentes e acautelarmos algumas situações que vieram a ter evolução do ponto de vista dos Tribunais. -----

----- Isto, portanto, significou, como eu disse há pouco, que a os custos operacionais totais foram 560 milhões de euros, e que em 2015 foram 462. -----

----- Também mostrar-vos que não houve, apesar do maior conjunto responsabilidades assumidas nos últimos anos, a evolução dos nossos custos correntes foi uma evolução completamente sustentável, ela andou aqui e anda sempre me entre os 415 e os 445 milhões de euros nos últimos a 10 anos e, portanto, a não nos, parece-nos termos conseguido estabilizar os custos correntes do Município e, portanto, a isso contribui certamente para a nossa estabilidade e a nossa sustentabilidade do ponto de vista do Município e das suas Contas. -----

----- Não queria terminar sem vos voltar a recordar algo que tenho visto constantemente e que encontro forma sistemática no discurso político deturpado e, portanto, enquanto eu vir que conseguem, continuam a deturpar aquilo que sei é que a nossa situação do ponto de vista da política fiscal eu vou ter prazer que estes *slides* sempre, hoje fiz aqui um pequeno *upgrade*, fiz aquilo que a natureza *upgrade* porque nomeadamente vindo da direita, que hoje está praticamente deserta do ponto de vista da sua presença, mas a direita tem-nos brindado com uma sistemática deturpação destes dados e hoje para que também não restassem grandes dúvidas sobre esta matéria fiz mesma comparação com aquilo que designadamente apelidei de “Município, referência da direita na Área Metropolitana de Lisboa”, como estávamos sistematicamente a não querer falar dos dados em concreto, eu resolvi trazê-los,

DRAFT

porque certamente como um conjunto de forças políticas que estão representadas em vários Municípios, não defendem uma coisa em Lisboa e outra aqui num Município ao lado ou Carrazeda de Ansiães, nomeadamente em face de situações idênticas e, portanto, quis trazer aqui a situação de que o Município de Lisboa orgulha-se muito de devolver os seus Municípios cerca de 30 milhões de euros pela política que tem relativamente ao IRS, de devolução de metade daquilo a que teria direito de arrecadar, pois como nós temos dito, não há paralelo na Área Metropolitana de Lisboa como o gráfico bem mostra, mas como os Senhores insistem em dizer que nós somos muito dados a taxas e taxinhas, que fazemos crescer os impostos eu vim-vos dizer que de acordo com a vossa política e a vossa consistência política na Área Metropolitana de Lisboa, o vosso Município de referência não devolve metade dos Municípios, devolve cerca de um quarto, que é exatamente metade do que o Município de Lisboa devolve todos os anos, portanto, antes de falar, convém que se apetrechem daquilo que é vossa consistência política sobre esta matéria, porque ela verifica-se em todos os dados sobre este assunto. -----

----- Eu vou então mostrar-vos mais um para que não fiquem zangados, relativamente àquilo que nós temos dito que é a nossa tarifa de saneamento e resíduos urbanos, aqui ocupamos o 5º lugar também com grande orgulho muito próximo dos últimos 5 e há uns quantos que estão bastante mais longe de nós, pois resolvemos fazer uma pequena comparação também com o vosso Município referência da Área Metropolitana de Lisboa e para o mesmo consumo de 120 metros cúbicos anuais se residirem em Lisboa, o munícipe pagará 138 euros, se residir no Município referência da direita da Área Metropolitana de Lisboa, onde trabalham em coligação, pagará pela mesma água, pelos mesmos resíduos, pelo mesmo saneamento, 194 euros e 86 cêntimos, ou seja, mais 56,46 euros por ano, portanto, convinha que também fosse eu a dizer isto, em vez de só quererem baixar aqui, uma coisa que, aliás, não é possível baixar, porque, como sabem, decorre dos custos, mas peçam lá que aumentem a eficiência, a eficiência da forma como trabalham porque nós aqui temos muito orgulho na nossa estamos a melhorá-la e, portanto, cobra mais 40 por cento o vosso Município de referência, da vossa política de direita, cobra mais 40 por cento do valor comparativos com o Município de Lisboa e depois nós é que cobramos taxa e taxinhas. -----

----- Pois é verdade, nós cobramos taxas e taxinhas, mas muito menos que o Município de referência da direita na Área Metropolitana de Lisboa, quanto ao IMI também estamos conversados, mas também não vale a pena tentar mais uma vez desvirtuar isto porque se mesmo acrescentando ali a Taxa Municipal de Proteção Civil continuamos a ser os segundos melhores! E mais uma vez comparando com o vosso Município de referência, para um valor de 250 mil euros de uma fração no Município de Lisboa o munícipe o pagará de Lisboa 750 euros, se puserem umas rodinhas no edifício e o colocar no vosso Município de referência, ele vai pagar 975 euros pelo mesmo edifício, pelo mesmo valor, mais 225 euros por ano e depois, nós e cobramos muitas taxas e taxinhas! Essa é que é a dificuldade de ouvir! Mais 30 por cento, é verdade! É que para se ser em política, eu venho aqui sempre porque eu salvaguardo-me muito, eu dou muito valor a consistência das coisas, que posso também ter a

DRAFT

minha inconsistência consistência, mas estou aqui disponível para assumir e gostava de ver o mesmo do lado da direita nesta Cidade, que passa a vida a não, a utilizar um conjunto de chavões para dizer algo, que depois não consegue fazer, não consegue ser consistente, noutros Municípios, noutros Municípios aqui em redor.-----

----- Gostava, de facto, também para terminar, sobre esta parte de vos dizer e estou quase a terminar Senhora Presidente, mas de vos dizer que fui surpreendido, eu tenho uma filosofia, ensinaram-me deste pequeno, que quando as pessoas estão, de facto, numa situação que não é propriamente a melhor, que é o caso do PSD na Cidade de Lisboa, que não devemos bater, mas há coisas que passam os limites e há aqui, não devemos de facto atacar, mas eu tenho que me defender de algumas coisas, e eu gostava só de vos dizer que numa entrevista ao jornal I, o Deputado Rodrigo Gonçalves, que ainda há pouco havia aqui sentado, disse um conjunto de coisas tinham a ver com o que eu acabei de referir e, portanto, eu gostava que ele pudesse ter ouvido para não dizer um conjunto de inverdades, para não dizer falsidades sobre esta matéria, mas também já agora relativamente àquilo que foi um assunto muito, enquanto aqui se debateu de forma eventualmente muito calorosa, mas pouco realista e pouco verdadeira, a questão do nosso Plano de Investimentos Lisboa XXI, Plano Juncker e o respetivo contrato levado a Tribunal de Contas, eu estava a dizer que o Tribunal de Contas nunca negou nenhum visto ao Município de Lisboa e muito menos sobre esta, negou outros noutras alturas, mas sobre esta matéria não negou nenhum visto, e veio a consegui-lo nos termos que os Senhores aqui diabolizaram durante vários dias e que foram para os jornais dizer, pondo em causa a qualidade do trabalho feito pelos trabalhadores que e por nós já agora Executivo do Município de Lisboa e diabolizaram e o Tribunal veio dizer, com certeza, de facto reduzindo isto para aquilo que é a escala que a Lei permite que, do nosso ponto de vista, em Portugal, do nosso ponto de vista Tribunal de Contas, 51 mil milhões de euros está bem para o ano de 2017, o que nos obrigará como eu que referi abundantemente a fazer outros, muitos mais contratos do que aqueles que seria suposto, mas o Programa corre bem, contra as vossas expectativas já estão 170 milhões de euros em execução do Plano de Investimentos e até ao final do ano, nós se não chegarmos aos 200 milhões vamos estar lá muito perto e, portanto, bem à frente até daquilo que nos propusemos! -----

----- Eu gostava de sublinhar isso, porque me parece importante que assim aconteça! --
----- Gostava, para a terminar Senhora Presidente, de me situar naquele *slide* que ali está e que também de alguma forma começa a haver um certo mito Municipal sobre os terrenos do Aeroporto o seu valor de 271 milhões de euros e eu não queria perder esta última oportunidade, que que é uma oportunidade deste Mandato de mostrar que estes 271 milhões de euros e já agora perdoem-me a brincadeira, mas eu acho que fica aqui impecavelmente, de vos dizer que a redução da dívida já vai, a redução da dívida em “dois aeroportozinhos”, mais, um pouco mais, 570 milhões de euros, portanto, já vamos um em cima do outro e se falarmos do passivo já são “três aeroportozinhos” isto tem tendência a crescer e, portanto, eu gostava de vos dar estes dados, porque vão certamente, engrandecer as vossas próximas intervenções sobre esta matéria.-----

DRAFT

----- Depois não perdia a oportunidade de vos mostrar também onde é que nós indexados os respetivos 200 e qualquer coisa milhões, só com estes eventozinhos que aqui estão e que estão ali também ilustrados com aquele aviãozinho que vai aterrar no Aeroporto com aquelas bombinhas. As bombinhas são: acordo Braga Parques 102 milhões, já o e incorporámos na nossa dívida e já pagámos alguma parte; passivo EPUL 83 milhões; “Dexi” EPUL 45 milhões; Torres Colombo, 32 milhões, a nossa responsabilidade sobre estas coisinhas ali para trás como compreenderão e sabem, não é nenhuma, mas já conseguimos liquidar 262 milhões, que está muito próximo de dar um aeroportozinho e, portanto, o dinheiro que resultou de um acordo entre o Município de Lisboa e o Governo à altura e que traduziu o reconhecimento do Governo de que o Município tinha razão, porque os Governos não costumam dar dinheiro e o vosso certamente não fez de forma não sustentada, era porque reconheceram que, do outro lado, havia um legítimo credor desse dinheiro e esse dinheiro serviu, de facto, para muitas coisas, mas se somarmos estas dívidas, todas já lá chegamos ao aeroportozinho e algumas são da vossa responsabilidade. -----

----- Eu gostava também, não podia deixar de terminar e agora é que é mesmo a terminar, Senhor Presidente, de me indignar com uma situação que também vi retratada num jornal de autoria do anterior Presidente Carmona Rodrigues, atual a mandatário da candidatura do CDS-PP à Câmara de Lisboa, e como eu e acontece normalmente quando se quando se escolhe um mandatário, é porque nos reconhecemos naquilo que ele diz e naquilo que ele faz e na sua atuação, eu não vou julgar coisa nenhuma, os tribunais já o fizeram, mas do ponto de vista político, e não é isso que está em causa, mas do ponto de vista político há aqui muita coisa em causa e o ex-Presidente da Câmara Carmona Rodrigues teve, quando o entrevistado no pelo DN a 21-04-2017, diz o seguinte a propósito da Receita da Câmara de Lisboa, diz: “dá dinheiro, com certeza e é bom que à Câmara de Lisboa ter dinheiro, se bem que a Câmara nunca teve problemas de dinheiro”, há alturas, eu também estou incrédulo, não comecem já a rir, há alturas em que se fala do assunto, há alturas em que não se fala, mas tomara todas as Câmaras terem a saúde financeira de Lisboa, mesmo sem este aumento de impostos”, não foi isso que disse, e o jornalista tenta de alguma forma quebrar ímpeto e diz “não foi por isso, não foi isso que disse António Costa quando chegou à Presidência da Câmara, queixou-se bastante dos problemas financeiros”, disse o jornalista, a agora é que sentem-se “Isso é um papel que os políticos geralmente tendem a fazer. Temos de ser objetivos na análise das Contas”, isto é tudo entre aspas Carmona Rodrigues, “ ele queixou-se se calhar, estava a preparar o terreno para aumentar as taxas e taxinhas todas”. Eu recorde, ou de facto há aqui uma amnésia ou aqueles vedados que ali estavam, vamos lá a ver, a Câmara na altura caiu em 2007 porque quando fechadas as Contas a 31 de julho de 2007 os resultados líquidos altura eram negativos 242 milhões de euros, devíamos a fornecedores 459 milhões de euros, pagávamos os a 300 e tal dias, tínhamos um passivo de 1.130 milhões de euros e há o descaramento de dizer que tudo estava bem! Nunca houve uma situação e se alguém se atreveu a dizer que a situação financeira de calamidade e de pré-falência, estava apenas a fazer chicana política, desculpem lá

DRAFT

chicana política é esta conversa, chicana política é não tinha vergonha de publicamente vir dizer que a altura não havia nenhuma situação, e eu aguardo que pelo menos o CDS, pelo menos, se demarque disto, porque isto é uma vergonha, o CDS conhece bem estes números conhece os relatórios, os eles são públicos, como é que o seu mandatário consegue vir para a rua dizer que esta situação não havia problemas financeiros! A Câmara cai, a Câmara desfez-se entre o PSD e o CDS e as várias facções do PSD e do CDS, felizmente, houve algumas pessoas no PSD que resolveram bater com a mão na Mesa e dizer “chega e basta 200 e tal milhões de euros de resultados líquidos negativos” e, portanto, vão-me desculpar, mas os Senhores, ao contrário do que têm dito, têm dito muita mentira sobre esta matéria e, portanto, eu aguardo com serenidade que não tenham e não continuem este denegrir das Contas do Município, porque já todos perceberam que não é verdadeiro isto vai virar-se contra todos aqueles que têm dito desta forma.-----

----- Eu queria terminar só agradecendo a todos aqueles que contribuíram para fazer e para chegarmos onde chegámos hoje, estas Contas que são os melhores que o Município já teve e são as melhores crescentemente e de forma sustentável dos últimos 3 anos. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “ Os Senhores Deputados têm razão, antes de passarmos às intervenções, tenho que perguntar ao Relator, foi o Senhor Deputado Hugo Lobo, da primeira Proposta que são as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, e da segunda Proposta Da Revisão Orçamental é o Deputado Hugo Xambre Pereira.-----

----- Portanto, Senhor Deputado Hugo Lobo, está aí para fazer a apresentação sumária do Parecer? E Depois o Senhor Deputado Hugo Xambre, que fará a apresentação do Parecer sobre a revisão Orçamental.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS), Relator da 1ª. Comissão Permanente**, no uso da palavra fez a seguinte apresentação:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais.-----

----- Referir sucintamente que este Parecer procurou debruçar-se sobre os elementos que considera mais relevantes no que diz respeito às Demonstrações Financeiras de 2016, os aspetos focados de uma forma muito sintética foram naturalmente a redução do passivo, a redução substancial da dívida legal do Município, o resultado líquido do exercício de uma explicação no que diz respeito aos proveitos e aos custos, a redução para níveis, enfim, absolutamente residuais do prazo médio de pagamento aos fornecedores, a evolução positiva, muito positiva da margem de endividamento legal não obstante o quadro legal mais exigente com que a Câmara se teve de deparar.-----

----- No que respeita a investimentos, a onde foi sublinhado fundamentalmente, aqueles que se inserem no chamado Programa Lisboa XXI financiado pelo Banco Europeu de Investimentos, não poderíamos deixar também de fazer uma referência, como fizemos, à situação financeira positiva e satisfatória das diferentes Empresas

DRAFT

Municipais, da EPUL, da SRU, da EMEL, da EGEAC e da Gebalis e por último, salientámos como não poderia deixar de ser, a ausência de quaisquer reservas por parte do Revisor Oficial de Contas. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Tem a palavra agora o Senhor Deputado Hugo Xambre.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS) Relator da Comissão Permanente**, no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em relação ao Parecer da proposta que faz a da 1ª Revisão Orçamental de 2017, aquilo que o Parecer também explica é aquilo que que que a Proposta faz a inscrever no Orçamento 2017 o Saldo de Gerência de 2016, no montante de cerca 97 milhões de euros e o Parecer também explica em que rubricas, é que a o Saldo de Gerência é incluído mostrando também a nível de também grandes projetos o conjunto daquelas verbas que não estavam definidas no Orçamento, aqui inicialmente aprovado, como é que foi feita também a dotação deste tipo de verbas, explicando também todas elas a nível também de projetos e concluindo que a proposta está em condições de ser votado em plenário. Disse” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “ Muito obrigada Senhores Deputados, agora sim, vamos passar às intervenções.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Deputados Municipais. -----

----- A Câmara Municipal aprovou em treze de abril pela Proposta nº 176/2017 dois importantes documentos para a gestão da nossa cidade: o Relatório de Gestão as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2016, que hoje aqui discutimos de acordo com a legislação em vigor. -----

----- Analisar estes documentos implica fazer desde já a seguinte referência: a apreciação dos relatórios não pode ser desligada da apreciação mais geral das atividades do município, como sempre dissemos e que é por demais evidente. Esta apreciação das atividades do município foi apresentada nas mais diversas intervenções que tivemos (e que continuaremos a fazer!) nesta Assembleia, bem como da perceção mais geral, a que afeta o dia-a-dia dos munícipes, da política que foi desenvolvida ao longo do ano. -----

----- O Relatório tem uma boa descrição das questões financeiras, mas continua deficitário quanto à apresentação da política seguida pela Câmara, pois as atividades desenvolvidas são insuficientemente tratadas. Sob um ponto de vista meramente técnico, estamos perante um bom trabalho, com uma clara explanação das questões financeiras, fruto também e essencialmente do desempenho dos técnicos do

DRAFT

município, nomeadamente da Direção Municipal de Finanças, que aqui felicito. Atendendo à evolução positiva da situação económica e financeira, verificamos que a Certificação Legal de Contas não apresenta reservas de qualquer espécie, o que também é um dado altamente positivo.-----

----- Mas, para além dos dados financeiros e dos indicadores apresentados do sucesso económico deste executivo, seria desejável vermos nos Relatórios como é que esse sucesso se traduz em políticas levadas a cabo, e isso não se verifica. Saliente-se que os aspetos financeiros são o meio para se atingir uma determinada política e não um fim em si mesmo, como também numerosas vezes já aqui referimos, pelo que a constatação de contas equilibradas e com boa saúde financeira não implica necessariamente que tenha sido seguida uma política correta: a análise fundamental a ser feita tem a ver com a atividade desenvolvida, em que medida serviu a cidade e os municípios, ou se foi desenvolvida em benefício da especulação e grandes interesses, imobiliários ou especulativos.-----

----- Mais uma vez, na nota de abertura do Relatório, que poderíamos supor seria onde estaria vertida a estratégia política seguida pelo município e uma síntese da atividade desenvolvida, vem apenas uma série de indicadores, onde se relevam a redução do passivo, a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores e o aumento da margem de endividamento disponível. Saliente-se no Relatório a grande ênfase que é dada à redução da dívida a terceiros.-----

----- A extensa lista de atividades, elencadas a partir da página 134, não permite uma leitura agregada e eficaz, nem nos elucida, por si só, qual a estratégia e quais as prioridades que foram seguidas. Por exemplo, onde se pode aferir da política do município relativa ao desporto ou à cultura, bem como a realização concreta e execução dessa mesma política. -----

----- A Receita total continua a subir, com um incremento de 8,6% relativamente a 2015, totalizando o montante de 783,6 milhões de euros, incluindo o saldo de gerência do ano anterior, reforçando uma tendência que vem desde 2013. -----

----- O crescimento da receita centrou-se, (de acordo com o Relatório), na “dinâmica do mercado imobiliário” (em nosso entender esta dinâmica significa o afastamento da cidade das pessoas com menos recursos), com incremento do IMT, bem como do alargamento da “receita regular” do Município, com a criação de tarifas autónomas para os serviços de águas residuais e de resíduos urbanos, assim como com a Taxa Municipal Turística, cuja aplicação em matéria de dormidas teve início em 1 de Janeiro de 2016 e ainda a Taxa Municipal de Proteção Civil que teve um ciclo completo (duas prestações) neste mesmo ano. Relembro as várias intervenções que o PCP fez, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal contra algumas taxas aprovadas pela atual maioria e relembro que ainda mais uma vez hoje aqui o PCP votou também contra e reiterou a sua posição contra a taxa da Proteção Civil, isto apesar de o senhor vereador referir permanentemente a posição claramente vantajosa de Lisboa, no quadro da área metropolitana, como ainda hoje referiu, embora não fosse feita uma referência explícita ao PCP, segui com atenção a sua explicação, de qualquer forma eu considero que esta referência à posição vantajosa de Lisboa muitas

DRAFT

vezes é feita sem ter em conta outras realidades e contextos que não os de Lisboa e que são de alguns desses municípios pelo menos. -----

----- A despesa teve um crescimento significativo face a 2015, passando de 598 para 687 milhões de euros, com uma taxa de execução de 77,9% em relação ao orçamento. -

----- No que diz respeito aos recursos humanos, verificamos que após a grande descida em 2014, o número de trabalhadores estabilizou, sendo atualmente de 7.677, incluindo já as entradas neste ano de 2016, de polícias municipais e a conclusão do concurso externo de ingresso para bombeiro sapador (que, como é por demais evidente são sectores que continuam altamente deficitários).-----

----- Os custos com pessoal mantêm praticamente o mesmo valor de 2015, cerca de 205 milhões, enquanto os fornecimentos e serviços externos tiveram um crescimento de 13 milhões de euros (11,4%). Para além de este crescimento poder ser devido ao aumento da atividade, refira-se que também reflete a externalização de serviços que poderiam e deveriam ser internamente assegurados, como diversas vezes já aqui assinalámos nesta Assembleia.-----

----- As transferências para as Freguesias voltam a subir significativamente, traduzindo as delegações de competências que se verificam nesta área. -----

----- A dotação final para o Plano de Atividades foi de 541 milhões de euros, e a execução foi de 363 milhões, isto é, 67,1%. Neste âmbito, e à semelhança do ano transato, as verbas mais significativas foram a Reforma Administrativa (71,2 milhões de euros), seguindo-se o tratamento de águas residuais (36,4 milhões). -----

----- Se analisarmos os dados em função dos eixos, verificamos que os eixos A2 – Governação próxima e participada, A4 – Serviços urbanos de qualidade, E1 – Cidade da Cultura e da criatividade, D1 – Cidade reabilitada e reabitada, C1 – Direito à habitação foram os que absorveram maiores verbas, tal como em 2015, embora os referentes à Cultura e ao Direito à habitação tenham em 2016 decrescido. -----

----- Em linha de conta com este bom resultado e este sucesso económico e financeiro estão com as contas da Câmara, as empresas municipais também têm as respetivas contas equilibradas, como constatamos no Relatório, na página 108 faz-se um balanço destas empresas.-----

----- A EMEL – em 2016 a empresa estendeu a todo o território do município a sua intervenção no que se refere ao ordenamento do estacionamento na via pública. O volume de negócios passou de 29,8 milhões de euros para 30,9 milhões, e o resultado líquido foi de 2,4 milhões. Do ponto de vista económico e financeiro a EMEL apresenta uma estrutura equilibrada. -----

----- Quanto à GEBALIS – gere atualmente 22.621 frações, onde habitam 64.000 pessoas. Há um ligeiro acréscimo no número de trabalhadores. A empresa registou um resultado positivo, na sequência do verificado em anos anteriores, de 183 mil euros. ---

----- Em 2016 foram realizadas 126 desocupações. Pensamos que estas libertações, muitas de forma coerciva, correspondem a combater vandalismos e abusos injustificados e estamos em crer que isto é assim em termos gerais, mas no entanto manifestamos a nossa preocupação em relação a situações que possam ocorrer por estados de pobreza e impossibilidade de pagar dívidas, preocupação aliás que foi

DRAFT

muito recentemente aqui debatida recentemente com a aprovação de uma recomendação, com a qual penso todos estarmos de acordo. -----

----- A SRU Lisboa Ocidental – o relatório da empresa reporta uma série de intervenções urbanísticas, reabilitação do espaço público, de edifícios municipais e da SRU. No futuro importa fazer uma avaliação mais fina relativamente a estas intervenções, tanto em termos de qualidade como das prioridades que encerram. A empresa um resultado marginal de 268 euros.-----

----- Quanto à EGEAC – as sucessivas transferências para esta empresa significam um esvaziamento do pelouro da cultura, pelo menos no que toca à possibilidade da vereação no seu conjunto poder acompanhar a atividade desta área tão importante para a cidade.-----

----- A empresa aumentou o número de trabalhadores, que é de 318, isto é mais 78 do que em 2015.-----

----- Em termos globais, a EGEAC apresenta uma situação económica e financeira equilibrada.-----

----- Em conclusão, globalmente o Município apresenta uma situação económica e financeira equilibrada e sustentada, os documentos que estamos a analisar mostram claramente o bom estado das contas da Câmara. Aliás, o senhor vereador das Finanças salientou, quando da sua discussão em Câmara, que este bom resultado também traduz o contributo da oposição, que, através da crítica e exigência, torna o trabalho mais estimulante e rigoroso. É bom que assim seja! É também o nosso papel aqui na Assembleia contribuir para que as contas do município sejam cada vez melhores e sobretudo postas ao serviço de políticas para a população.-----

----- Neste sentido, é fundamental a interrogação sobre o modo como é conseguido o equilíbrio económico e financeiro, é fundamental a interrogação sobre as prioridades prosseguidas pela política municipal, ao serviço ou a favor de quem são pensadas.-----

----- O claro crescimento das verbas disponíveis permitiu e vai continuar a permitir em ano eleitoral que a Câmara apresente obra. Mas a questão é política: as prioridades definidas serviram os lisboetas ou estiveram no essencial ao serviço da transformação da cidade a favor dos grandes interesses imobiliários ou especulativos? A questão fundamental é a definição clara do que queremos e para quem se deve dirigir prioritariamente a nossa intervenção, e este é um aspeto altamente preocupante das políticas deste executivo camarário.-----

----- Por isto, o PCP irá votar contra estas duas propostas. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores e Deputados Serviços Municipais e Público presente.-----

----- Compete-nos hoje proceder à discussão das Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão de Exercício, findo em 31 de dezembro de 2016 inscritas as propostas, 176/2017 e aliás subsidiariamente na 177/2017, mas não queria deixar de começar a minha intervenção sem dizer, sem explicar algo ao Senhor Vereador das

DRAFT

Finanças que parece que não consegue compreender, mas eu farei o possível para ficar bem claro.-----

----- No Orçamento de 2012 tinha acabado de ser aprovado no memorando de entendimento relativamente aos terrenos do Aeroporto que o Senhor se cansa de falar, relativamente a essa verba de que, no total oscila perto dos 300 milhões de euros a havia, obviamente o serviço dessa dívida, por quando essa verba entrou a Câmara pode pagar dívidas e, portanto, a deixou de pagar o serviço da dívida, tendo deixado de pagar serviço da dívida o PSD impôs, não tem dúvidas é utilizar essa palavra, impôs que o IRS de 5 por cento passasse para 2 e meio por cento e que o IMI passar de 0.35 para 0.30, o que tem se mantido até agora, portanto, a utilizar tais números, como definido a devolução que aliás, é um termo extraordinário que a Câmara faz o aos lisboetas depois de lhes onerar com todas as taxas e taxinhas com também gosta de dizer, e eu também vou insistir ativamente a isso, não deixa de ser curioso, mas espero que, de facto, Senhor Vereador, que seja a última vez que eu tenha necessidade de explicar isto. De qualquer das formas de análise circunstancial desta proposta ressalta sobretudo da constatação do colossal aumento de receitas que a Câmara arrancou à Cidade suportado em cobranças adicionais de 55 milhões de euros em 2016 para um total de 640 milhões de euros, com um crescimento brutal das cobranças de IMT em 15 milhões, Derrama e 9 milhões, TRIU em 11 milhões, Taxa Turística e 9 milhões e ainda demais impostos, taxas e taxinhas, como também gosta de dizer, sofridas para Lisboa, um acréscimo de 15 milhões de euros, tudo com evidente e importante sacrifício das bolsas dos moradores e até dos visitantes de Lisboa.-----

----- Estas eram, aliás, as receitas que a Câmara alegou que iriam drasticamente reduzir-se ou mesmo desaparecer e alegou para fundamentar a revisão em alta da Taxação Municipal nos anos anteriores.-----

----- Declaram responsáveis políticos da Cidade e declaram até expressamente o novel Presidente da Câmara que a situação financeira é sólida e equilibrada, por razões de redução do passivo alegando que só não se reduziu mais devido aos acidentes determinados, até chama incidentes, determinados pela lista de extinção da EPUL e encargos com os processos judiciais em curso, como seja o caso para a Braga Parques, o caso da Quinta das Pedreiras e muitos, muitos outros, que levaram ao aumento significativo das provisões mas convenientemente omitindo ou mesmo ocultando que tais acidentes têm sido causados por expressa opção, ação e omissão da própria Câmara Municipal.-----

----- O fiasco da venda dos terrenos de Entrecampos contribuiu até e determinantemente, para essa redução da redução do passivo. Chega-se também ao ridículo, isto não posso deixar de sublinhar, de declarar que o prazo de pagamento a fornecedores e de dias, 2 ou 3 ou 4, como é que varia, como se fosse despicienda ou evitável a essencial tarefa de verificação e programação das faturas a pagar e chegassem para esses efeitos esses tais 2 ou 3 dias. É um exercício repito, meramente propagandístico, totalmente especulativo e destinado na aparência a afirmar uma pretensa competência Municipal.-----

DRAFT

----- Aliás a propaganda é o modo de vida desta Câmara, como bem o demonstra o lançamento à pressa e nas últimas horas do mandato autárquico, com previsão sublinhe-se, apenas com previsão de operações em sede habitacional, aliás, só concretizáveis a longo prazo e, obviamente muito para lá do presente mandato quando se constata tristemente, aliás, e, como já frequentemente e várias vezes o dissemos que em 10 anos de Poder Municipal, esta Câmara nada fez, mesmo nada fez em nova construção de habitação Municipal, habitação social, perdão. -----

----- Também é curiosa a autossatisfação e ligeireza...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “Senhor Deputado, desculpe interrompê-lo mas estamos com problema aqui na sala, eu estou a ver vários Deputados a entrar e sair e estamos no limite do quórum, portanto, eu pedia para estarem com alguma atenção, porque se ficarmos sem quórum evidentemente que não podemos prosseguir a Sessão. Pode continuar Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, prosseguiu com a sua intervenção:-----

----- “ Não tem problema Senhora Presidente, só ouve quem lhe interessa, quem não interessa pode não ouvir!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “Não, nós é que temos que garantir a legalidade que se está a passar e é por isso que eu tenho que estar sempre muito atenta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, prosseguiu com a sua intervenção:-----

----- “ Eu por mim não me incomodo, agora a Senhora Presidente, tudo bem!-----

----- Mas repito, também é curiosa a autossatisfação e ligeireza de quando se afirma perante este gigantesco aumento de receitas e conseqüente espoliação dos lisboetas, que a Cidade devolve milhões a Lisboa, como há bocado, no princípio, se explanou.---

----- O que, de facto, devolve, Senhora Presidente, são carências dramáticas de habitação, são condições de trânsito e circulação infernais, é a soberba e desconsideração no tratamento munícipe, é a prevalência dos interesses turísticos sobre os da população, é a gritante falta de limpeza e a imposição de soluções marcadamente ideológicas com desprezo pelas condições de vida e pela preservação da Cidade. -----

----- Diz a Câmara e repete-o obedientemente, a maioria circunstancial, que tudo vai bem, ignorando que o passivo global alcança mais de mil milhões de euros aos quais haverá que acrescentar o passivo de dezenas de milhões, 50 milhões, segundo os números que foram apresentados das Empresas Municipais, dívidas a terceiros a médio e longo prazo, 640 milhões de euros, além de acréscimos e deferimentos que não sendo imediatamente exigíveis, haverá sempre que pagar pelo menos, presume-se que, assim seja!-----

DRAFT

---- Notável que as despesas correntes aumentaram de novo em mais de 14 milhões de euros, como aumentaram as despesas com o pessoal e se apesar da transferência relevante para as Freguesias, tendo como consequência, no geral, uma redução do saldo de Execução Orçamental para o qual evidentemente contribuiu também o aumento significativo dos custos com o pessoal e o fornecimento de serviços externos, resultante das empreitadas da lindamente levadas a efeito pela Câmara, fundada em razões meramente eleitorais. -----

----- Há que referir ainda a Taxa de Proteção Civil que rendeu o ano passado mais de 20 milhões de euros e que, nesse ano representa um IMI adicional, cuja legalidade se encontra em plena discussão técnica/jurídica e que a prevalecerem as opiniões da Provedoria de Justiça sobre as opiniões da Câmara, que é interessada no próprio processo resultará na obrigação da devolução aos cidadãos de uma verba brutal. -----

----- De facto a estratégia Municipal está a endividar cada vez mais o Município, com constante recurso a empréstimos bancários de médio longo prazo, como seja empréstimo BEI tão inabilmente tratado pela Câmara, para cobertura de despesas que não que não fossem as obras de fachada e de despesas sumptuárias concretizadas em 2016 e continuadas no presente que o ano, a cobrança dos mesmos impostos teria imensos impostos, teria permitido com meios próprios da Câmara concluir obras então estas verdadeiramente essenciais para a Cidade, como seja, o Plano de Drenagem e a resolução do problema habitacional em Lisboa. -----

----- Senhora Presidente, este exercício confirma o que dissemos na altura do Orçamento, confirma o jogo de máscaras, confirma as nuvens de fumo que são a especialidade desta Câmara demonstrando a oportunidade para Lisboa, que assim foi completamente perdida. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados e restantes presentes. -----

----- Debate-se hoje a proposta 176/2017 que visa aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa referente ao ano 2016, de facto, o Relatório de Gestão sobre o ponto de vista técnico está bastante claro. O que evidencia uma gradual preocupação em melhorar a sua apresentação e contudo pelo saudamos a equipa que esteve na sua elaboração. -----

----- Contudo e à semelhança dos anos transatos atrasados, continua a persistir dificuldades em entender em que atividades são aplicados determinados valores económicos, ou seja, uma lista de atividades que não se consegue aferir quais e em que forma é que foram levadas a cabo pela pelo Executivo da Cidade. -----

----- Passando à análise propriamente dita dos documentos verifica-se que em relação à situação financeira do Município há uma retração total no passivo de 52,3 milhões de euros face a 2015, tendência que tem vindo a registar desde 2009, no entanto,

DRAFT

importa ter presente que esta diminuição resulta, sobretudo de uma variação das previsões de quase 35 milhões de euros. -----

----- Quanto à situação económica o resultado líquido do exercício queda-se em 58,1 milhões de euros, que se deve a um aumento de proveitos e ganhos de 36,4 milhões de euros e a uma variação de 171,5 milhões de euros comparativamente a 2015, de salientar que este aumento dos proveitos foi impulsionado quer por factos quer de ordem conjuntural económica, como pela dinamização, pela dinâmica do mercado do setor imobiliário, designadamente através do IMT e Derrama que, obviamente, que obtiveram um aumento de 42 e 17,7 milhões de euros respetivamente, ao qual acresce as suas taxas e as taxinhas, a saber: Taxa Municipal Turismo, Taxa Municipal de Proteção Civil, as tarifas para os serviços de água e resíduos, das águas residuais e de resíduos urbanos. -----

----- De referir que no entender do MPT esta dinâmica no mercado imobiliário poderá significar ao mesmo tempo, um verdadeiro afastamento das pessoas com menores rendimentos da Cidade de Lisboa. Não obstante o IMI ter tido esse tido uma redução de 1,8 milhões de euros é notório que este decréscimo é compensado pela Taxa Municipal de Proteção Civil, contra a qual sempre nos manifestámos por considerar que a mesma é inconstitucional, violando as normas do princípio da igualdade em que, dado que em nossa opinião até a Taxa Municipal de Proteção Civil é uma, não é uma verdadeira taxa, mas sim, um imposto de dupla tributação sobre o património imobiliário e para salientar que a que antes desta Sessão também tivemos aqui essa discussão sobre a legalidade da mesma. -----

----- Caros Colegas, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, ao nível do Plano Plurianual de Investimento continuam a verificar-se taxas de execução inferiores a 50 por cento, como é o caso do a Eixo-A, Lisboa Mais Próxima, que tem uma redução de 48,7 por cento, do qual se destaca a rubrica A-3, Lisboa Mais Escura, cuja taxa de execução fica pelos 40 por cento. -----

---- No Eixo-C, Lisboa Inclusiva, teve uma execução de 45,6 por cento com a taxa de execução de 18 por cento na rubrica C-3, direitos de saúde desporto e bem-estar. -----

---- Numa altura em que Lisboa é candidata a Capital Europeia do Desporto em 2021. Perante este facto, algo não vai bem Senhor Presidente, o que nos leva a deduzir que que parte das receitas não foi aplicada nas respetivas atividades. -----

----- Em relação às Empresas Municipais de todas elas apresentou resultados positivos, embora estes resultados também se devam às transferências e subsídios do Município, que se capitalizaram em 12,1 milhões de euros, dos quais 79,8 por cento foram absorvidos pela Gebalis e EGEAC, em termos práticos, significa que a EGEAC continua a depender das transferências do Município, o que comprova o que MPT sempre defendeu nas suas Declarações de Voto, ou seja, continuamos a caminhar a passos largos para um Pelouro de Cultura completamente desprovido de competência.-

----- Por fim não poderíamos terminar esta intervenção sem fazer referência ao Parecer do Revisor Oficial de Contas, que refere que as duas reservas apontadas na Certificação Legal de Contas, referente a 2005. -----

DRAFT

----- Já que se aplicaram no exercício de 2016, o que revela efetivamente o esforço da Direção Municipal de Finanças e da Direção Municipal do Património, em suma, embora os resultados líquidos sejam numa primeira leitura positivos, é verdade que só é conseguido à custa de resultados extraordinários, com a herança pesada nos contribuintes, em resultado essencialmente nas taxas e taxinhas, resultando essencialmente das taxas e taxinhas. -----

----- Face ao exposto o Partido da Terra não poderá acompanhar favoravelmente esta proposta. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Excelentíssima Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores. -----

----- Em relação à proposta, 176/CM/2017, Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão 2016 o CDS vai votar contra e vai votar contra porque entende que as orientações gerais definidas por este Executivo, através deste documento, não servem os interesses Lisboa nem dos lisboetas. -----

----- Em relação ao Município referência que se o Vereador falava à bocado, se quiser comparar o incomparável o nosso Município de referência é Ponte de Lima, em que a dívida é zero, portanto, em termos de contas, não se esteja a rir Senhor Presidente, a dívida é zero, portanto, se quiserem comparar é esse, está mal gerido, e devolve o IRS, o IMI para o IRS todo e etc., mas pronto, não estamos a falar de Ponte de Lima!--

----- Em relação à amortização média de empréstimos de médio longo prazo, páginas 53 e 54, o desempenho e empenho do Município na redução da dívida bancária, nomeadamente de médio-longo prazo, reduziu cerca de 2,3 milhões de euros face a 2015 desperdiçando assim as boas condições de negociação com a Banca que a Câmara Municipal de Lisboa tem neste momento, caracterizada por juros negativos indexantes e *spreads* baixos. -----

----- A abertura da Banca à concessão de créditos no momento em que todas as instituições batem à porta, à nossa porta, para emprestar dinheiro, o clima favorável não está a ser aproveitada da melhor forma. -----

----- O Partido Socialista que tantas vezes evocou o contexto internacional para justificar as suas desastrosas gerências é agora incapaz de lhe fazer referência, os números que apresenta aqui Senhor Presidente são positivos, pois são, mas o mesmo acontece em dezenas de Municípios no nosso País, não é pois grande o mérito que se verifica em apresentar contas positivas. -----

----- Do Porto a Cascais, do Minho ao Algarve, do Alentejo à Ilha do Corvo, bem como em todas as Câmaras a que o CDS preside as contas são positivas, e ainda bem, no entanto, as Contas de Lisboa, deveriam ser muito melhores, principalmente para o bolso dos lisboetas. -----

----- Em relação aos Resultados Operacionais página, 56, 57, existem várias rubricas que, no final de 2016 registaram os valores mais altos desde 2013, o atual Mandato, designadamente o brutal aumento de impostos e as respetivas taxas e taxinhas. -----

DRAFT

----- No global, a Câmara arrecadou menos 17,6 milhões de euros face a 2015, em 2015 foram 97 milhões e em 2016, foram 79, este panorama só vem reforçar a confirmar a evolução dos custos para os lisboetas, impostos e taxas e o aumento parcial de despesa nestas rubricas em concreto.-----

----- Por exemplo, nas prestações de serviços o valor da tarifa de saneamento, face ao valor cobrado em 2014, 24.3 milhões, corresponde a mais do dobro de 2016, 50,4 milhões de euros. Nos fornecimentos e serviços externos a cresce 11 por cento face ao total 2015, destacando-se rubrica trabalhos especializados, registam um custo de 12.3 milhões de euros a que corresponde um acréscimo de 40 por cento, é o dobro do registado em 2013, 6 milhões. Porque continua e em que circunstâncias o Município recorre a entidades externas para a elaboração de trabalhos de Arquitetura e ou de Engenharia? Isto na página 60. -----

----- Em relação às Previsões do Exercício, nos processos judiciais, as previsões 2016 são superiores em 67 milhões de euros face a 2015, quais são os processos judiciais que foram contabilizados nesta rubrica? Será que a previsão aumentou, esta previsão aumentou porque o Município admite existir uma percentagem grande de perda de causas em tribunal?-----

----- Há um erro na página 64, redução de previsões, porque o valor aumentou de 9,5 milhões para 34 milhões em 2016 e não reduziu como está lá escrito, página 64. -----

----- As transferências de capital para as Juntas de Freguesia aumentaram significativamente, apesar da descentralização administrativa em Lisboa. Receberam cerca de 24 milhões de euros de receita de capital, há uma coincidência fatal com o ano eleitoral!-----

----- Ponto 5, as dívidas de terceiros de curto prazo, página, 68, verifica-se que o Município de Lisboa no final de 2016 tem a receber cerca de 190 milhões de euros, o que corresponde a um aumento da dívida ao Município de 15 por cento, mais 25 milhões de euros. A que se deve este aumento da dívida ao Município e quais as medidas que foram previstas para 2017 no sentido de cobrar o que é devido?-----

----- Todos os anos, o Município inscreve uma verba para recuperação da dívida, mas em 2016, esta intenção falhou, por que razão? Mas neste role existe uma empresa Municipal, a EMEL que deve ao Município compensações por usar o espaço público, lugares de estacionamento à superfície, cerca de 31 milhões de euros, valor acumulado de 2012 a 2016, entretanto, para compensar, temos o xerife de Nottingham o que quer receita e mais receita à custa de residentes e comerciantes, tornando o estacionamento mais raro e mais caro! -----

----- Em relação ao passivo Municipal, dívida a terceiros de médio longo prazo, no global cresceu face a 2015, cerca de 52 milhões de euros, no entanto, verifica-se que é mais um elevado quando Fernando Medina chegou à Câmara com o Pelouro das Finanças, neste momento, podemos dizer que Fernando Medina deixa esta rubrica com um valor em dívida superior ao que lá encontrou. -----

----- O valor cobrado em 2016 com a receita de capital, aliás, a de património, é de 40 milhões de euros dos 187 milhões previstos no Orçamento de 2016, a que se deve este desvio?-----

DRAFT

----- Senhor Presidente, todos sabemos que estes processos são morosos, porque inscreveu a Câmara um valor pouco realista no Orçamento? O valor da receita total é positivo devido ao desempenho da receita corrente, que aumentou cerca de 7 por cento face a 2015, 7.1 de receita associada à atividade, receita proveniente tirar próprio do Município, aumentou no global 15 por cento face a 2015, página 38. -----

----- Em termos globais a receita procurar no início de 2016, 158 milhões de euros e no final, 173 milhões de euros, aumentou 15 milhões, isto mostra que o atual Executivo, em vez de primar por um controlo efetivo das receitas preocupa-se mais a sobrecarregar os mesmos, os lisboetas. -----

----- Despesa 2016, a despesa com aquisição de bens e serviços atingiu o valor mais alto desde 2013, o início do atual mandato foi em outubro de 2013 assim, como as rubricas de encargos com a dívida e outras despesas correntes. Só a despesa de pessoal reduziu, por via da reforma administrativa, por um lado e por razões reforma e outras, no entanto, o montante das transferências onde incluem as delegações de competências e os subsídios de um modo geral subiram exponencialmente. -----

----- Para finalizar, tudo indica que tenhamos entrado no Mandato Medina gastador e castigador dos lisboetas, desperdiçando a herança de Costa e reclamando para si um bocado PS, que não honra! Gastando e adoçando a boca dos lisboetas com intervenções de estética e maquilhagem da Cidade de Lisboa, que estão a ser efetuadas para agradar ao setor terciário, especificamente do turismo e do imobiliário, colocando em segundo plano, algumas necessidades básicas dos lisboetas, tais como todas aquelas que o CDS ao longo deste Mandato que está a acabar, trem alertado nesta casa e na Câmara. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “A Mesa informa que para além desta intervenção do Senhor Deputado Hugo Xambre temos uma inscrição do Bloco de Esquerda, portanto, se alguma força política ainda se quer inscrever seria o momento de o fazer.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Carlos de Colegas Deputados Municipais. -----

----- A primeira nota que o Grupo Municipal do Partido Socialista também quer deixar é o reconhecimento ao Senhor Vereador das Finanças, à sua equipa, à equipa que está na Direção Municipal de Finanças e do Património, pelo magnífico trabalho feito, pela correção dos documentos apresentados, pelo conjunto de esclarecimentos feitos em Comissão nos vários fóruns que a Proposta foi também discutida, com respostas claras e completas de todas as dúvidas envio de todo o conjunto de documentos pedidos. -----

----- A Prestação de Contas de 2016, o Relatório e Contas mantém o rumo dos últimos anos, o rumo que esta maioria PS mais só tem lutado e conseguido, ter Contas Municipais cada vez melhores para poder investir na Cidade para poder investir nas pessoas, em quem mora em Lisboa, em quem tem orgulho alfacinha, e a opinião que

DRAFT

ano após ano, temos os melhores Contas de sempre é tecnicamente unânime, sob qualquer ponto de vista, da esquerda à direita, Lisboa tem Contas excepcionais e para isso temos que olhar os números, saber daquilo que estamos a falar e não vou repetir vários de vários dados financeiros por aqui referidos, como a baixa do passivo total, aquilo que havia de ilegal, tivemos há pouco a oportunidade de ver os gráficos com todos esses números, mas aquilo que mostra é que não com base naquilo que é a opinião na base do diz que diz, mas com base em factos numéricos que Lisboa tem, neste momento, uma situação financeira exemplar. -----

----- E comparando aquilo que pode ser comparado com qualquer Câmara Municipal deste País e neste campo, o para o grupo Municipal do Partido Socialista desafia que algum grupo Municipal consiga ter um exemplo, uma Câmara Municipal com indicadores melhores do que Lisboa tem esse nível com o conjunto de tabelas, de gráficos, tal como a Câmara Municipal de Lisboa, o Executivo Municipal teve a capacidade de mostrar aqui. -----

----- E temos uma Câmara Municipal que não tem o pagamentos em atraso, que paga a pronto pagamento, logo após a confirmação de faturas, que demora 4 a 5 dias, não mais do que isso, que mostra uma atitude de respeito por aquilo que é a economia da Cidade, a economia do País, uma atitude de quem compreende a importância que estes fornecedores têm para a Cidade de Lisboa, que permite ter melhores fornecedores e muito importante e o mais importante não é propriamente ter o rácio do prazo médio de pagamentos 3 dias, não é ter o valor mais baixo de sempre de dívida, é fundamentalmente o respeito que essa Câmara Municipal tem para o conjunto dos trabalhadores que estas Empresas que são fornecedoras da Câmara Municipal de Lisboa têm que ter para poder receber todos meses aquilo que é o seu salário para estimular a economia, e também para dar um exemplo como entidade pública como a Capital nosso País e para também afastar para sempre o cenário de quando a direita governava Lisboa e a Câmara de Lisboa pagava a mais de um ano e que tinha mais de 459 milhões de euros de dívidas a fornecedores.-----

----- É algo que é importante fundamentalmente pelo respeito que as várias empresas que são fornecedoras da Câmara de merecem de todos nós. -----

----- Um ponto que tenho que falar, eu que intervenho nesse tipo de debates há alguns anos e se forem ver as datas dos conjuntos de discussões que estes debates de Relatórios e Contas tiveram em alguns anos algo que era sempre o muito falado e que muitas vezes até era o motivo por que algumas forças políticas não votassem a favor do Relatório e Contas da Câmara Municipal de Lisboa eram as reservas que o Relatório do ROC tinham e que chegou a ser mais de 10 e se era o motivo, para que antigamente algumas forças políticas tivessem mais um motivo para não votar a favor, dessa vez, esse motivo também acabou por que temos é pela primeira vez um Relatório sem qualquer reserva, fruto de um grande trabalho feito pela equipa das Direções de Finanças e também do Património, que saúdo mais uma vez, mas também que o facto de os Vereadores das Finanças mantiveram um rumo de rigor nas Contas, Lisboa e a prova disso é a esse esse também elemento muito importante. -----

DRAFT

----- Assumimos que o valor das Receitas em 2016 que foi também positivo, mas temos que também analisar quais foram as receitas que tiveram crescimento maior e foram também sobretudo duas, o IMT e Derrama, várias forças políticas foram muito incisivas a afirmar isso e temos que perceber que só é possível ter esse tipo de resultados mais do que a inflação à quantidade de transações imobiliárias, isso também deriva, fundamentalmente, aqui o que a dinâmica que a Cidade de Lisboa tem atualmente, do investimento dos últimos anos em obras de requalificação do espaço público, daquilo que foi requalificação numa Cidade de Bairros onde têm sido feitas intervenções um pouco por toda a Cidade, o que também estimula que possa haver maior número de transações com novos espaços públicos de qualidade, com estímulos à requalificação da família urbana, o que também permite que parece que antigamente estavam perfeitamente desocupados, neste momento, começam a ficar ocupados. Com o facto também de as taxas de juro estarem mais baixas o que se incentiva a aquisição, também tem um fator de diversificar o investimento e que, obviamente, o Partido Socialista tem a consciência do risco que isso tem no ponto de vista de não poder fazer com que classes de médias baixas possam vir a morar para a Cidade de Lisboa, que é um estímulo e, por isso mesmo é que o Partido Socialista já conseguiu desenhar a nível de Câmara Municipal de Lisboa, um Programa de Renda Acessível para conseguir inverter este facto.-----

----- E temos também uma subida de Derrama que, fundamentalmente, é a Derrama paga pelas Empresas com maiores volumes de negócios, o que não é estranho, o facto de Lisboa ter cada vez mais conseguir atrair empresas novas, várias também nacionais que optam por porque se instalarem em Lisboa, por ter havido uma subida dos postos de trabalho efetivamente criados na Cidade de Lisboa, recordando eu que a por força, daquilo que a política fiscal também atrativa que Lisboa tem, as pequenas Empresas as porque as empresas que criam postos de trabalho de um dado volume de negócio, o comércio local está isento Derrama e, como tal olhando para todos estes factos, aquilo que é muito claro, é que o aumento da Receita não é feita à custa de quem mora em Lisboa, não é feita em relação ao aumento do IMI, não é feito em relação ao aumento das Taxas, mas esse também é sobretudo feito devido ao aumento daquilo que é a dinâmica que a Cidade de Lisboa tem conseguido, fruto de um trabalho de uma estratégia que Lisboa a que a Câmara Municipal de Lisboa têm feito nos últimos anos.

----- Não vou falar em relação ao conjunto de Empresas Municipais, já foi tudo dito, ficou clara diferença que há em relação a um passado recente e gostava de me focar numa coisa importante para mim e para o Grupo Municipal do Partido Socialista, discutir o Relatório e Contas é falar daquilo que a performance financeira, mas nunca perdendo de vista que boas contas só servem para investir na Cidade, para investir na nas pessoas que cá moram e olhando para o Relatório de Atividades e o Relatório de Atividades é muito claro, foi dito aqui que havia alguma confusão com a quantidade de atividades que Lisboa tinha feito no ano de 2016, mas está muito claro das páginas 123 à 167 percebe-se a muita obra que está a ser feita de também Lisboa, a obra que está neste momento em plano, sabendo o conjunto de dificuldades que o Código de Contratos Públicos, que a Lei de Compromissos traz a poder ter a rapidez que também

DRAFT

qualquer autarca quer, mas ano em 2016 houve uma execução do Plano de Atividades com mais de 418 milhões de euros de verba comprometida, com vários eixos a ter taxas de execução acima de 70 por cento, e temos, só para ser sintético a requalificação da habitação Municipal, nos Bairros Municipais com valores muito significativos, ao contrário daquilo que foi dito aqui à pouco, o Programa Escola Nova que de forma contínua qualifica o parque escolar de Lisboa e que atrai novas pessoas para poder vir também viver para a Cidade de Lisboa, um programa de ação social com vários programas superiores à média também do País, com as requalificações marcantes para a Cidade como o Pavilhão Carlos Lopes, os vários eventos de renome mundial foram feitos em Lisboa no em 2016, ao nível desportivo, cultural e tecnológico e que com equipamentos e terrenos que foram adquiridos pelo Município de Lisboa num valor superior a 70 milhões de euros para aquelas bancadas que nunca recordam que o Município de Lisboa também tem de forma contínua, que foram adquiridos terrenos e prédios pelo Município de Lisboa, para poder montar aquilo que é a estratégia que tem e tudo isso é uma obra que Lisboa tem tido forma muito clara, obviamente que nós achamos que falta sempre mais queremos sempre mais e como Autarca de Freguesia hei de sempre reclamar por haver mais da obra, mas a obra feita no em 2016, não tem comparação absolutamente nenhuma que o passado e isso é algo que é muito claro e que basta ver os valores do investimento feito. -----

----- Uma nota final para pedir ao Senhor Vereador que depois de todos o esforço feito pelos vários Vereadores que têm as Finanças, o que os serviços fizeram, com o facto, de nós, neste momento, temos um Relatório do ROC sem de nenhuma reserva, eu penso que o passo seguinte tem que ser uma aposta clara em implementar um sistema de contabilidade analítica na Câmara Municipal, digo isso há vários anos, mais a nível de Comissão de Finanças e considero que uma abordagem de contabilidade de custos pode melhorar ainda mais a performance financeira da Câmara Municipal, gastar naquilo que deve ser gasto e poupar naquilo que pode ser, que não faz falta, aumentando a qualidade de decisão para se continuar a transformar a Lisboa com novos projetos, com novas obras, fazendo aquilo que Lisboa precisa e que este Executivo Municipal tem muito bem sabido aquilo que Lisboa precisa, é continuar em frente e é continuar com esta performance financeira para investir naquilo que é mais importante em todos aqueles que moram em Lisboa. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, boa-tarde a todos e a todas. -----

----- O Bloco de Esquerda fará uma intervenção sobre esta proposta, no entanto queria deixar uma nota prévia, não fazemos qualquer discurso saudosista sobre os tempos anteriores a estas maiorias absolutas do PS porque conhecemos bem a realidade e, portanto, conhecemos bem esses tempos em que a Câmara alternou entre Santana Lopes e Carmona Rodrigues e conhecemos bem esses tempos, em que o castelo de cartas se desfez exatamente pelo caos em que se encontrava a Câmara Municipal de Lisboa, em que o Vereadores do Executivo CDS e PSD, trocavam acusações sobre gestão danosa de Empresas Municipais e, portanto, não queremos voltar a esse tempo

DRAFT

e toda a crítica que faremos aqui a sobre estas Demonstrações Financeiras e sobre este Relatório de Gestão serão críticas construtivas, queremos contribuir para a sustentabilidade financeira do Município, com certeza que a discussão de como chegamos a esta sustentabilidade financeira e como e o que fazemos com essa sustentabilidade financeira, é o debate político que fazemos todos os dias e é aí que trocaremos argumentos e a disputaremos as ideias para Lisboa. -----

----- Saudamos com certeza a redução do passivo, saudamos também naturalmente a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, que como vimos, chegou a ser de cerca de um ano, chegou a ser no valor de quase meio milhão de euros e sabemos as dificuldades por que passaram muitas empresas que trabalhavam com a Câmara Municipal de Lisboa e que sabiam que receber era uma missão impossível. -----

----- Esse tempo terminou e temos que o saudar, mas tem sido muito sublinhado por várias vezes nesta Assembleia, e hoje foi-o novamente, o aumento da margem legal de endividamento do Município e era aí que nos gostaríamos de concentrar hoje. -----

----- Não existe para ser preciso sobre esta matéria, uma diminuição da dívida total na mesma proporção de que aconteceu o crescimento da receita, ou seja, sabemos que, para o cálculo da margem de endividamento resulta da relação entre estes 2 fatores e, portanto, entre a dívida total e o valor do limite legal da dívida, corresponde como sabemos uma vez e meia a média da receita corrente líquida apurada pelo Municípios, nos 3 exercícios anteriores e, portanto, entre estes 2 fatores sabemos que é que são a questão da receita corrente líquida foi a que influenciou mais a capacidade de endividamento do Município. -----

----- E esse é o primeiro facto, este aumento da receita corrente líquida, este aumento significativo da receita é um dos os fatores essenciais que queremos discutir se 2014 passámos de um valor de 490 milhões de euros para 2016 de 618 milhões de euros, portanto, um crescimento de cerca de 130 milhões de euros contribuíram as taxas que aqui já falámos, Taxa Municipal de Proteção Civil, Taxa Municipal de Turismo, Imposto Municipal de Transações, Taxa de Saneamento, Taxa de Resíduos e, por isso, queremos sublinhar o que achamos que é um carácter volátil destas taxas. -----

----- Sabemos que a Taxa Municipal de Proteção Civil em 2016 esteve um valor de perto de 22 milhões de euros, a Taxa Municipal Turismo de 12,1 milhões de euros e o Imposto sobre Transações de 178 milhões, no total apenas estas três taxas totalizaram 212 milhões de euros, isto significa um terço do total de receitas correntes, ou seja, em apenas 3 taxas, estas 3 que os citei, temos um terço do total de receitas e a volatilidade que vos falava, posso mencioná-la em cada uma delas, na Taxa Municipal de Proteção Civil tivemos a discussão nesta com 1º ponto desta Sessão da Assembleia e a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional deixa-nos apreensivos sobre a repetição desta receita. -----

----- Sobre a Taxa Municipal de Turismo, estamos todos muito otimistas relativamente ao crescimento do turismo em Lisboa, os indicadores apontam nesse sentido, mas também sabemos que a variação da procura do turismo em Lisboa depende de muitos fatores e muitos deles a são exógenos à gestão Municipal e dependem de equilíbrios no Mediterrâneo ou no resto da Europa e, portanto, a procura

DRAFT

do turismo em Lisboa, podemos ter muita atratividade, podemos fazer influenciar de alguma forma, mas existem fatores externos com os quais não podemos intervir ou de alguma forma influenciar.-----

----- Depois o Imposto Municipal de Transações que tem um peso muito significativo sobre a 180 milhões de euros e que depende, sobretudo, como sabem do mercado imobiliário e, portanto, se existe uma bolha imobiliária e que a conhecemos bem os seus efeitos na Cidade de Lisboa, aliás, há 3 anos atrás este valor quase 40 por cento abaixo, portanto, percebe-se bem, o crescimento exponencial do mercado imobiliário em Lisboa e o reflexo que teve nas receitas municipais em particular, no IMT e, portanto, em 2016, este que é o crescimento destes últimos anos foi significativo e em 2016 chegou praticamente aos 29 por cento do total da receita líquida corrente e isso a deve a pôr-nos a refletir sobre a dependência deste mercado imobiliário sobre qual também podemos influenciar com pouco e, portanto, a Câmara Municipal de Lisboa tem uma dependência grande de fatores que não controla e, em particular deste último que vos falei que é o mercado imobiliário.-----

----- Acresce a e foi uma discussão que tivemos aqui há alguns meses também, o empréstimo ao Banco Europeu de Investimento e sobre o qual o Bloco de Esquerda pronunciou-se e apresentou aqui uma Moção para que fosse excluído do limite de endividamento, do limite da dívida, este empréstimo e que não a não dependendo de nós, dependendo da Assembleia da República essa Moção era apenas indicativa, era uma forma de pressão sabemos que entra para esse limite de endividamento e, portanto, estamos também a limitados desse ponto de vista e, por isso por estas razões, estamos preocupados com a sustentabilidade ou a eventual fragilidade financeira que a Câmara pode a atravessar caso, existam variações nestas, nestes fatores que falei, sabemos também que havendo um cenário de variação a Lei 73/2013 e também muito clara e, portanto, ultrapassar os limites de endividamento, será uma fatura que é necessariamente aplicada à população que vive em Lisboa com o aumento da carga fiscal ou a venda de ativos Municipais e isso tem de ser um fator de preocupação para todos nós, em particular para a o Executivo Municipal e, portanto, esta boa saúde financeira que comecei por elogiar no início desta intervenção, atrevo-me a dizer que pode ter pés de barro, porque resulta como os disse de um aumento de carga fiscal significativo e em particular, a Taxa Municipal de Proteção Civil, no Saneamento e nos Resíduos, está também muito dependente do mercado imobiliário e do turismo e, portanto, mercados muito voláteis e com a pouca capacidade de influência por parte da Câmara Municipal de Lisboa e a Taxa Municipal de Proteção Civil que pode não vir a repetir-se no futuro, conforme disse, se houver uma declaração de inconstitucionalidade.-----

----- Portanto, esta saúde financeira com pés de barro deve ser acautelada e deve ser protegida para que possa sedimentar-se da melhor forma, por isso e também para vos falar sobre a Execução Orçamental, a como vos disse no início, a sustentabilidade financeira do Município interessa-nos e faremos a sua defesa. Temos de saber como é que chegamos a ela e o que fazemos com essa sustentabilidade e, portanto, é o reflexo das orientações políticas do que for feito de decisão política em Lisboa e das

DRAFT

prioridades que são estabelecidas resulta a Execução Orçamental e os resultados que atingimos no final de cada exercício e do que lemos deste Relatório, temos de registar por um lado a insistência, a permanência da insistência no erro que é a alienação de património, a delapidação desse património, como já dissemos, tantas vezes que é essencial como instrumento de política na Cidade, seja de habitação seja de utilização para equipamentos diversos e, portanto, foi um erro nos últimos anos não pode continuar a ser um erro e vamos opormo-nos a ela, porque achamos que é adicar de um instrumento fundamental a e que a Câmara precisa dele de uma forma muito importante. -----

----- Depois uma palavra apenas sobre o Orçamento Participativo. Tivemos aqui também algumas discussões e achamos que a execução do que tem sido o Orçamento Participativo é a baixíssima e envergonha-nos enquanto Município, se queremos fomentar a participação dos cidadãos e cidadãs de Lisboa, temos que consultá-los, ouvi-los mas depois temos que executar e não é admissível que continuem projetos com 7 anos por executar. -----

----- Se queremos que haja participação, se queremos dizer às pessoas participem porque a sua opinião é importante e porque queremos a transformar a Cidade com a sua opinião, então temos que concretizar aquilo que elas decidem e por isso, é preciso um reforço maior ainda sobre o Orçamento participativo mas, sobretudo concretização é preciso um reforço maior ainda sobre o Orçamento Participativo, mas sobretudo concretização, é preciso fazer aquilo que as pessoas decidem e só assim conseguimos credibilizar a democracia participativa. -----

----- Por último uma palavra final sobre a Revisão Orçamental, dizer apenas que esta esta integração no saldo de gerência do valor apurado de 2016 mantém no essencial aquilo que era o Orçamento e o Plano previstos, destacam-se alguns pontos que queremos mencionar apenas o reforço de apoios à ATL, a Associação Turismo de Lisboa, de 3,8 milhões de euros, um valor de 4,5 milhões de euros também orientado para a melhoria da oferta turística a instituições sem fins lucrativos e, portanto, achamos que é uma prioridade do Executivo a descurando outras prioridades na Cidade, sobretudo na área do Apoio Social. Uma duplicação do apoio à iniciativa Moda Lisboa no valor de mais de 300 mil euros, 317 mil euros, que contrasta sobretudo, com reforço parco, dizemos nós, de 500 mil euros, no fundo de emergência social ou de 350 mil euros para o fundo de apoio aos refugiados e, portanto, também aqui parece-nos que as prioridades estão invertidas e, por isso não podemos apoiar este documento e, no fundo, esta revisão orçamental não se desvia do que tem sido a linha fundamental do Orçamento e, por isso, votaremos contra.” -----

----- **O senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito boa-tarde Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas, Funcionárias. -----

----- O executivo municipal apresenta-nos, através da proposta nº 176/2017, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão de 2016 e seus anexos. Sobre os

DRAFT

documentos, reconhecemos a qualidade na sua apresentação, mas, na sequência da análise do seu conteúdo, desejamos deixar alguns alertas e solicitar um conjunto de esclarecimentos suplementares para um conjunto de aspetos que nos suscitam preocupações e reservas, as quais passamos a elencar.-----

----- Constatámos que em 2016, o orçamento inicial aprovado foi de cerca de 724 milhões €, tendo ocorrido 27 alterações e uma revisão orçamental, corrigindo o valor de fecho do ano para 881 milhões €. A execução da receita saldou-se em 783,6 milhões €, com um incremento de 8,6% relativamente a 2015, e do lado da despesa totalizou 686,6 milhões €. Os Resultados Líquidos do Município atingiram os 58 milhões €.-----

----- É certo que, além da melhoria das receitas, a autarquia conseguiu diminuir a dívida em 52,6 milhões €, entre 2015 e 2016, bem como o passivo em 52,5 milhões €. Segundo as palavras do Senhor Presidente, a Câmara Municipal de Lisboa estará “mais sólida do ponto de vista financeiro e com menos riscos.”-----

----- Mas vamos ao cerne da questão: e os munícipes, em que percentagens contribuíram financeiramente para este encontro de contas e o que terão dele diretamente beneficiado?-----

----- Em primeiro lugar, este crescimento da receita centrou-se, de acordo com a página 83 do Relatório de Gestão, no mercado imobiliário especulativo, nos impostos, nas tarifas e na criação de 2 taxas: a Turística e a de Proteção Civil.-----

-----Assim, tal como no ano passado “Os Verdes” já previam, registou-se um aumento da carga fiscal, havendo um agravamento dos valores a pagar pelos lisboetas, algo que contestávamos, por considerarmos que o caminho não podia ser este. Constatou-se um aumento de 54,6 milhões € na cobrança de impostos e taxas, fator que mais contribuiu para o crescimento de uns indesmentíveis 14,3% das receitas da Câmara em 2016. Ao todo, a autarquia conseguiu arrecadar quase 640 milhões € no ano passado, ou seja, mais de 80 milhões do que em 2015.-----

----- Em segundo lugar, grande parte deste acréscimo em impostos e taxas, cuja receita fiscal disparou para mais de 120%, deve-se, sobretudo, ao crescimento da Derrama em mais 19 milhões €, do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) que aumentou 15 milhões €, com a habitação e a hotelaria a destacarem-se como as áreas de maior crescimento - nem era preciso ser vidente para o prever - e da TRIU (Taxa Municipal para Infra-Estruturas Urbanísticas) que cresceu 11 milhões €. Por seu lado, a Taxa Turística rendeu mais 9 milhões € do que no ano anterior, para além de outros impostos e taxas, cujas cobranças aumentaram 15 milhões €. Ainda do lado dos impostos, a Taxa Municipal de Proteção Civil arrecadou mais 21,6 milhões €.-----

----- Ufa! Salve-nos Nossa Senhora de Fátima, dirão os munícipes mais católicos e, quiçá, até mesmo os não praticantes.-----

----- Em terceiro lugar, enquanto algumas empresas municipais, como a Gebalis e a EGEAC, obtiveram um resultado operacional de cerca de 1 milhão € e a SRU terá estabilizado, a EMEL (Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa) foi a que teve melhor desempenho, com um EBITDA (ganhos antes de

DRAFT

impostos e amortizações) de 5 milhões €, valor que em breve deverá disparar com a total taxaço do espaço público da cidade, de novo à custa dos munícipes, claro. De tal modo que, em 2017, a EMEL irá proceder a um aumento de capital no valor de 18 milhões €, no quadro da expansão da área de intervenção da empresa, a qual foi alargada a todo o território do concelho de Lisboa.-----

----- Em quarto lugar, e de acordo com o Senhor Vereador das Finanças, a “redução muitíssimo significativa” do passivo do Município só não terá diminuído mais devido a um “conjunto de incidentes”, como os encargos relacionados com a extinta EPUL e as já esperadas obrigações com o processo Braga Parques. -----

----- Assim, se a Câmara terminou 2016 com um passivo menor do que em 2009, tal diminuição deveu-se à redução “do número de contingências que caíam sobre a Câmara”, como os processos da extinção da ex-EPUL, a alienação de terrenos no Vale de Santo António ou as ações judiciais que o Município manteve com o Colombo, persistindo ainda o litígio relativamente ao processo Braga Parques, tendo a Câmara sido notificada em Outubro de 2016 de que teria - por enquanto - de pagar uma indemnização de 138 milhões €, no âmbito do processo de permuta e venda dos terrenos do Parque Mayer e Entrecampos, processo viabilizado por todas as forças políticas em 2005, à exceção da CDU que foi a única que se lhe opôs. -----

----- Em quinto lugar, da análise dos documentos agora em discussão, podemos também constatar que a verba para a aquisição de serviços ultrapassou os 117 milhões € (p. 176 do Relatório). Ou seja, se continuam a faltar trabalhadores em algumas áreas da CML, haverá mais serviços contratados a entidades externas. Estamos, mais uma vez, perante a insistência em processos de externalização que “Os Verdes” contestam.-----

----- Do exposto, facilmente se conclui que Lisboa bateu recordes na cobrança de impostos, em grande parte, por muito ter beneficiado do dinamismo do mercado financeiro, mas é indesmentível que o benefício dos cidadãos foi assaz reduzido. Senão vejamos.-----

----- Em sexto lugar, um outro fator preocupante da política seguida pelo PS sobressai de uma abordagem objetiva às taxas de execução do PPI por objetivo ou programa (p. 183 do relatório), havendo um conjunto de 11 áreas, extremamente importantes, dum total de 18, cujo desempenho permaneceu abaixo dos 50%, com 5 eixos a situarem-se entre 39% e 48%, 2 entre 26% e 28%, 2 com 18% e 1 com 8,8%. -----

----- São disso exemplo os eixos ‘Cidade Segura’, ‘Serviços Urbanos de Qualidade’, ‘Direito à Educação’, ‘Espaço Público Amigável’, ‘Cidade Acessível para Todos’, ‘Cidade Solidária, Intergeracional e Coesa’ ou a ‘Cidade Ecológica’, com os piores resultados a registarem-se nos eixos dos ‘Direitos Sociais’, ‘Direitos à Saúde, Desporto e Bem-estar’ e ‘Cidade da Inovação’, que estagnaram entre uns baixíssimos 8,8% e 18%. Que ilações políticas retira o Senhor Presidente, se estivesse presente, que não está, dos fraquíssimos desempenhos dos seus vereadores com os pelouros da educação, da saúde, dos direitos sociais e do desporto? É que os munícipes quase nem deram pela sua existência durante este mandato.-----

----- Em anos anteriores já “Os Verdes” haviam sentido e alertado que os documentos apresentados pela Câmara expressavam opções do executivo que não resolviam os

DRAFT

problemas da cidade e das pessoas. Mas o mais grave nem é o facto de tal se encontrar refletido nos documentos, mas sim da persistência no erro e de ele ser sentido pelas pessoas no seu dia-a-dia.-----

----- É caso então para perguntar: o que tem vindo a falhar? Porque ficaram para trás as promessas eleitorais? Porque deixou o executivo de ter como seu objetivo fazer de Lisboa uma cidade para os cidadãos que cá vivem e trabalham, apenas se preocupando em torná-la mais atrativa para empreendedorismos e turistas?-----

----- É ou não verdade que a aposta deste executivo se dirigiu, de acordo com a p. 87 do Relatório, a “investidores internacionais, a par com os incentivos fiscais concedidos a estrangeiros, programas de autorização de residência para atividades de investimento (Vistos Gold) e o regime fiscal para residentes não habituais”? Reconhece ou não a Câmara que estas não passam de soluções transitórias e não sustentáveis para o futuro da cidade e, acima de todos os interesses financeiros, dos lisboetas? Para que serve Senhor Vereador ter as contas equilibradas se elas depois não têm reflexo na cidade e nas pessoas?-----

----- Com estas distorcidas prioridades, é fácil perceber quem fica a perder. Como afirmou o Senhor Presidente, o prioritário foi o “ponto de vista financeiro”, logo, não a qualidade de vida dos lisboetas. O executivo bem poderá agora iluminar a árvore das Contas com as suas ‘estrelas’ das Demonstrações Financeiras. Para os munícipes essa representa apenas a ‘árvore das patacas’, da obtenção de dinheiro fácil pelo Município à custa da bolsa do cidadão pagador. Obrigada Senhora Presidente”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Imprensa e Público.-----

----- Tem sido muito referido e nós acompanhamos esse reconhecimento que as Contas e a apresentação das Contas da Cidade de Lisboa tem tido uma excelente qualidade. Tem uma nota positiva.-----

----- O problema é que a apresentação de Contas não pode ser apenas dependente da qualidade técnica e financeira das opções tomadas, mas também da concretização daquilo que são as expectativas da Cidade e, nesse sentido este Orçamento não terá a nossa aprovação, neste sentido e por aquilo que irei seguidamente referir a iremos abster-nos na aprovação da proposta.-----

----- Damos o nosso apoio ao reforço das receitas seja por via da aprovação da alienação de património, seja pela aprovação de taxas que acreditamos que podemos que pudessem melhorar as Contas do Município e efetivamente melhoraram!-----

----- O efeito que, infelizmente chegamos ao fim do mandato sem que tenha sido dedicado uma efetividade de tratamento a questões que para nós são essenciais e que esperamos que venham a ser refletidas em próximos Orçamentos.-----

----- Existe a questão da velocidade de execução do plano de drenagem que devia ter sido acelerada a mais do que, neste momento lhe está previsto e, portanto, na nossa opinião em próximo Orçamento deverá ser ainda mais acelerada e concretizada.-----

DRAFT

----- Existe uma questão que já é uma questão antiga relativamente ao centro histórico e edifícios antigos que tem a ver com a questão da requalificação sísmica e da identificação de fragilidades do edificado de Lisboa, que, infelizmente nós sabemos que existiram algumas propostas de programas para que essa situação fosse melhorada e, infelizmente, durante o mandato inteiro. Nada foi feito. Existem situações de grande de correção da emergência dos planos de emergência da Cidade com a construção de novos quartéis de bombeiros, para que os tempos de resposta possam ser melhorados não só os tempos de resposta, mas também a forma de utilização e de prontidão das várias viaturas e sabemos que isso não foi melhorado, apesar de ter sido uma entre introduzida uma taxa que o poderia ter permitido. -----

----- Numa parte que nos é cara, como seja a causa animal os passos que foram dados inicialmente a foram bastante positivos. Foi posta no Município de Lisboa a que foi um marco de referência para todo o país, o fim dos canis de abate no Município, no entanto, conseguida essa grande vitória a partir daí acreditamos que houve um desleixo ou uma forma, menos de um menos séria de olhar para esta questão. -----

----- Existe a neste momento, a sobrelotação que devia ter já tido um tratamento relativamente à expansão do canil ou a construção do novo canil que é possível que assistamos a algum anúncio de breve, mas que já devia ter sido feito e não foi feito e os animais que chegam à Casa do Animal de Lisboa, muitas vezes não conseguem ser recebidos por que, por incapacidade de dar alojamento. -----

----- O plano, o plano de dotar a Cidade de um Regulamento Municipal, que não teria, se calhar muitas consequências do ponto de vista financeiro também não foi prosseguido e devia ter sido prosseguido e, portanto, existem uma série de questões que são estruturais, não só no domínio do edificado no domínio da infraestrutura da Cidade, no domínio da causa animal, que podiam ter sido a perseguidas de forma mais eficaz e não foram e não o foram, e não o foram por opção política, o que nos parece extremamente negativo. Por esta razão esperemos que daqui a um ano, quando se fizer a nova aprovação de Contas, possamos não só haver um bom resultado técnico com belos gráficos de concretização, mas que esses gráficos correspondam a coisas positivas infraestruturais que todos desejamos para bem da Cidade. Muito obrigado.”--

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhores Deputados terminaram as intervenções sobre esta matéria. Agora tem a palavra a Câmara para responder, pergunto quem responde? É o Senhor Vereador ou o Senhor Presidente?”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. Sou eu agora e depois o Senhor Presidente encerra. -----

----- Então muito obrigado judicialmente a arte a esconder-se obrigada. -----

----- Então a tentando ser breve, mas, de facto, as perguntas foram muitas e eu vou ser mais rápido que conseguir, vou fazer um esforço, deixem-me dizer-vos que em nome do Município, àqueles que, de facto, agradeceram aquilo que foi o esforço do

DRAFT

Município por apresentar a aqui as suas melhores contas dos últimos anos. Eu queria a no fundo fazer esse conhecimento e já agora o que eu disse em Câmara sobre esta matéria e sobre a oposição e a forma como se olha para as Contas, gostava de vos é mais claro sobre ela porque foi um bocadinho tirada do contexto e foi exatamente qualquer coisa como eu estava à espera que o a oposição olhasse para as Contas e não tentasse negar a evidência de que as Contas são excelentes do ponto de vista financeiro, já lá vamos a outra parte e, portanto, que, de alguma forma reivindicasse aquilo que foi o seu papel de oposição para que no combate político tivéssemos melhorado as Contas a este nível histórico!-----

----- Isso foi o que eu disse e, portanto, àqueles que o foram fazendo, eu queria também aqui reconhecer esse papel importante que tem oposição de no debate político poderemos melhorar aquilo que é a o trabalho do Executivo.-----

----- Já aqueles que tentam negar a evidência, obviamente, não posso agradecer grande coisa mas, pronto, cada um fica com a forma como atua em política.-----

----- Relativamente às pessoas, o nosso investimento nas pessoas e nos trabalhadores do Município é enorme, não há, eu diria que em volume temos evidentemente, temos que ser os maiores, porque somos os que temos maior capacidade financeira, mas acabamos ontem mesmo, nesta sala, fizemos a receção a 250 novos cantoneiros e, portanto, eu diria que com essa receção, com a receção dos novos bombeiros, com os concursos que vamos abrir, com aqueles que vamos acolhendo no Município de Lisboa, estamos a renovar e rejuvenescer a nossa força de trabalho e estamos a claramente a fazer um caminho que, de acordo com as nossas possibilidades e não indo além daquilo que são as necessidades permanentes do Município, e, portanto, com uma abordagem prudencial já agora respondem na outros e outros Senhores Deputados, temos tido uma abordagem completamente prudencial, quer sobre a estimativa da receita e, portanto, não temos entrado como se tem visto pelos custos operacionais e pelos custos correntes, que não têm crescido, obviamente, estamos a aproveitar o momento para investir e isso tem evidentemente algum reflexo em despesas correntes, de forma, digamos, um pouco osmótica que é o crescimento de algumas áreas que, depois dificilmente são imputados a este ou aquele projeto, nomeadamente em estudos e outro tipo de projetos mais estruturantes, nomeadamente do ponto de vista urbanístico.-----

----- Eu queria também clarificar aqui uma coisa que que, de facto tem sido recorrente em múltiplas discussões e que tem vindo da direita essencialmente, mas hoje de alguma maneira ou eu entendi mal o Bloco de Esquerda também de alguma forma se referiu a esta questão, não da mesmo nos mesmos termos evidentemente, mas não há não houve, eu vou reafirmar, não houve nenhum aumento da carga fiscal em Lisboa. Agora não estamos a comparar, não houve! Só a analisarmos a nós próprios, não houve um aumento da carga fiscal, o que houve um aumento da dinâmica económica é evidente que se há uma dinâmica económica que resulta em, e desculpem a repetição, em melhor resultados das empresas, evidentemente isso há muito a nossa Derrama, mas o que é que queriam? Já temos a Derrama cá em baixo, queriam o quê? Ah, não nos entreguem mais dinheiro, apesar da dinâmica económica, isso não faz

DRAFT

nenhum sentido, nós não estamos aumentar a carga, digamos, individualmente, o que aconteceu foi que as empresas tiveram o melhor dinâmica e, portanto, repartiram melhor aquilo que foram os seus resultados com o Município de Lisboa e quem fala na Derrama, fala no IMT e o IMT nós não mexemos e a taxação em igual em todo o País. Se e se a dinâmica do mercado aumenta nós evidentemente que recebemos mais dinheiro dessa dinâmica de mercado, mas não vamos dizer, desculpem lá já chega aí e portanto, fiquem lá com o resto do dinheiro ou distribuam por outros Municípios porque o IMT já não queremos mais, não faz no sentido, não há nenhum aumento. -----

----- O IMI, temos a taxa mais baixa, o que é que pretendiam? Que nós cometêssemos alguma ilegalidade e que propuséssemos aqui à Assembleia que fixássemos em vez de 0,3, puséssemos 0,29, não parece razoável e portanto, não faz nenhum sentido que uma parte das críticas que se apresentam, nomeadamente à direita de que nós fizemos um aumento brutal, não, quer dizer as nossas receitas resultam da dinâmica económica que, felizmente este novo Governo e esta nova maioria na Assembleia da República conseguiram ir induzindo no nosso País e que estamos a beneficiar, evidentemente dessa situação. -----

----- Quanto às tarifas é impossível, as tarifas resultam e estão indexados ao consumo de água. Se, por exemplo, há mais turismo e há mais pessoas a utilizar a Cidade esse esse consumo de água aumenta, não mexemos nas tarifas, as tarifas não mexem desde a sua criação e, portanto, arrecadámos mais receita com essa mesma, com esse mesmo o maior consumo de água que está indexado à Taxa Municipal de Proteção Civil, e eu ou apesar de ser uma discussão quer da Assembleia Municipal, eu não queria deixar de dizer e de aproveitar esta esta oportunidade para, a democracia portuguesa está a funcionar e bem, nós mantemos a convicção política de que a Taxa Municipal de Proteção Civil é uma taxa justa e que deve ser implementada, e que deve evidentemente contribuir para resolver esse e nós também consideramos que ela é constitucional, senão não estávamos aqui a defendê-la e continuando a defendê-la ao longo de todo o tempo, o que está a acontecer, é uma coisa normal em democracia e na democracia portuguesa. Havia várias entidades que podiam ter requerido a verificação da sua constitucionalidade, desde o Presidente da República, até a uma série de outras entre os quais o Provedor, a Assembleia da República, um conjunto de Deputados da Assembleia da República, o Senhor Primeiro-Ministro na altura, o Senhor Presidente da Assembleia da República, várias vários cargos políticos podiam ter feito, ninguém o fez e o Senhor Provedor a dado momento, resolveu fazê-lo e a nosso ver sem nenhum problema, verifica-se. Muitas taxas, algumas que os Senhores votam aqui sistematicamente estão a ser analisadas pelo Tribunal Constitucional e foram lançados do Tribunal Constitucional. A Taxa de Publicidade, a TRIU, a Taxa de Conservação de Esgotos, todas essas taxas foram analisadas pelo Tribunal Constitucional, nós mantemos a convicção e ela é a justa e que é constitucional e, portanto, não estamos muito preocupados sobre esta matéria está a decorrer aquilo que é o normal, o caminho sobre esta matéria. -----

----- Quanto a algumas críticas que foram feitos sobre Empresas Municipais, a grande diferença sobre as Empresas Municipais, eu penso que foi a o Deputado, do MPT,

DRAFT

Vasco Santos, que se referiu, as Empresas Municipais é que hoje, ao contrário de outros tempos, nós o que pedimos às Empresas Municipais, as orientações que damos às Empresas Municipais são sustentáveis financeiramente pelo Município, isso é evidente, agora longe vão os tempos, e felizmente, espero que afastados de uma vez por todas, de pedir às Empresas Municipais e dar-lhes um conjunto de orientações e depois não lhes colocar os meios financeiros necessários para que elas se mantenham equilibradas. -----

----- Também saliento aqui 2 questões sobre o CDS, o CDS sistematicamente tem feito um momento o que é que é o seguinte: que é, não vai às Comissões ou se vai às Comissões onde esta matéria é discutida em pormenor, não apresenta nenhuma questão e depois vem aqui e de tentar detalhar um conjunto de questões que, obviamente, neste espaço e neste fórum são impossíveis de detalhar, mas também registei eu diria que não sei se uma quebra de solidariedade, eu pensava que na Área Metropolitana de Lisboa havia uma Autarquia modelo coligação PSD/CDS, afinal, foi preciso recorrer a Ponte de Lima, ainda por cima com um exemplo de dívida zero! -----

----- Dívida zero no Município? Mas, quer dizer, alguém aqui defende dívida zero no Município? Qual é a lógica de dívida zero no Município? Os Municípios têm uma margem de endividamento que faz sentido utilizar, até na lógica de solidariedade intergeracional, porque é que um investimento que vai ter uma vida útil de 50 anos tem que ser pago integralmente pela geração, neste momento, está a construir para que dure 50 anos e durante 50 anos possa ser usufruído pelos munícipes? Isso não faz nenhum sentido, isso não é gestão eficaz, não nos revemos nesta abordagem desta questão, achamos isso algo de inacreditável inacreditável, portanto não faz sentido! ----

----- Quanto aos nossos custos, à subida dos custos com fornecimentos e serviços externos, ela baseia-se na lógica prudencial, não faz sentido nós estarmos, já temos os serviços do Município utilizado no seu limite, haverá certamente muito, ainda alguma margem para melhorar a eficiência e eficácia do Município, mas quando estamos no momento em que temos alguma capacidade de investir então vamos fazê-lo, obviamente, não recorrendo a trabalho permanente que depois mais tarde iria sim criar um problema ao Município de sustentabilidade, mas recorrendo àquilo que são os serviços externos. -----

----- Bem deixem-me dizer que no xerife de Nottingham não me revejo, apresentei os números que provam que se houver algum xerife de Nottingham aqui à volta tem um destino, tem uma sede que não é aqui em Lisboa, há xerife de Nottingham espalhados por aí, mas não em Lisboa! Se calhar temos que nos encostar mais para Oeste e, portanto, a designação xerife de Nottingham não me revejo, até porque eu fiquei marcado na juventude pelo Robin Hood e portanto, eu estava mais com o Frei João e com aquela malta toda e com o próprio Robin Hood, e muito muito menos que o xerife de Nottingham! -----

----- Bem, soma e segue, depois ou há aqui um conjunto de questões que foram levantadas pelo CDS que são, teremos todo o gosto em explicar em pormenor mas de facto deviam ter ido à Comissão, não foram, mas continuamos a manter essa

DRAFT

disponibilidade para podermos falar sobre esta matéria esclarecer tudo o que houver a esclarecer. -----

----- Provisões, olha, fazem parte dessa abordagem prudencial, nós aumentámos as provisões, porque considerámos que faço de alguma incerteza, valia a pena aumentá-las e, portanto, estamos a fazer essa tal abordagem prudencial. -----

----- Ora, a Revisão não vou mais aqui. Deputado Sobreda Antunes, do PEV, para esclarecer só que demais a questão do aumento da carga fiscal, não faz sentido essa conversa, acho que já expliquei suficientemente. -----

----- A EMEL e as dívidas da EMEL foram transformadas em aumento de capital. Nós considerámos que ao aumentarmos, só que não foi possível concretizar ainda em 2016 e, portanto, daí essa dívida da EMEL que vai ser transformada em aumento de capital, mas também obviamente, reconheçam-nos que temos feito um esforço e a EMEL faz parte desse mesmo esforço para absorvendo e integrando nós a Carris no universo Municipal de Lisboa, que digamos, este equilíbrio entre o transporte privado e o transporte público possa ser feito através da EMEL e da sua dinâmica de taxaço daquilo que é o estacionamento privado. -----

----- Direitos Sociais, é injusto, o João Afonso está aqui ao meu lado, é injusto dizer e falar da não execução dos direitos sociais quando sabemos que num olhar mais atento sobre aquilo que é a execução dos direitos sociais conseguimos perceber que uma parte da não execução, trata-se do fundo de refúgio de apoio a refugiados, dado que a dinâmica de chegada de refugiados não foi assim tão grande, ficou lá por executar e outra parte, como eu disse também o aumento da dinâmica económica, que fez com que algumas pessoas pudessem sair da situação de precaridade em que se encontravam e, portanto, digamos, que o fundo de emergência social também foi menos utilizado. -----

----- Mas eu diria, já agora para terminar e para rematar esta questão, que a nossa prioridade, Senhor Deputado é o emprego, a nossa prioridade não é este ou aquele setor esta ou aquela área, é o emprego, são as pessoas, não é o turismo e os grandes empresários do turismo, não é, é a dinâmica económica associada que gera emprego. Eu estou convencido que se falarmos um bocadinho mais vão ser muito sensíveis a esta nossa política e esta nossa forma de encarar a economia, o emprego é fundamental. -----

----- E para terminar o PAN, de facto, para terminar o PAN só para dizer que o que foi feito um enorme esforço, também é injusto, ao longo destes últimos anos, com especial ênfase, mas, de facto, a dinâmica criada muito pelo próprio plano e pela nossa política em Lisboa associada a estas matérias da vida animal de alguma forma foi mais rápida do que nós a resolvemos alguns problemas, mas rapidamente também os havemos de suprir e de conseguir continuar este trajeto fundamental e, aliás, muito que está a ser muito adotado por outras Cidades da nossa área de proteção da vida animal e com isto conluo. -----

----- Senhor Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

DRAFT

----- “Muito obrigado. O Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- É um gosto poder estar aqui hoje e apresentar-vos estas Contas do Exercício de 2016, que são pelo terceiro ano consecutivo, as melhores Contas de que há registo da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Com estas Contas demonstra-se que temos uma câmara Municipal com uma situação mais sólida, mais robusta e com mais capacidade de investimento no futuro e, ao mesmo tempo, temos uma Câmara de Lisboa mais protegida dos riscos das contingências que sobre ela impendiam, essas Contas mostram uma evolução notável da Câmara, mas mostram também que temos uma Câmara com menos riscos sobre a sua atividade futura face ao início deste Mandato, a redução dos processos judiciais é algo que é da maior importância, porque protege a cidade de riscos sobre o seu futuro e é verdadeiramente de assinalar a lista dos contenciosos que foram ou eliminados ou totalmente resolvidos ou diminuídos ao longo deste mandato, destaco aqui o primeiro acordo com a Braga Parques, destaco aqui a resolução do litígio do Vale de Santo António, destaco com aqui resolução, a edição do litígio com as Torres do Colombo e tantos e tantos outros que, ao longo deste mandato, foi possível resolver para proteger melhor o futuro da Câmara e da Cidade de Lisboa. -----

----- E gostava de ser claro ao responder a uma questão colocada, a uma questão importante colocada pelo Deputado Ricardo Robles, que é saber se está ou não a Câmara melhor? E é ou não esta melhoria sustentável do ponto de vista da sua situação? No fundo se nos abstrairmos das pequenas críticas de detalhe e de pormenor em que situação é que está verdadeiramente a Câmara? E o que é que nós podemos contar para o futuro? Nós temos hoje uma Câmara que está numa situação sólida, mas nós temos a consciência de que uma parte da melhoria da nossa situação deve-se ao momento particular da economia da nossa cidade. É por isso que quando o Deputado Ricardo Robles assinala de que a redução de a dívida não coincide inteiramente com o diferencial entre as receitas e dívida total, tem razão. Tem razão, isso resulta de uma escolha deliberada. Nós, perante este aumento das receitas que tivemos, fruto da atividade económica, o que nós fizemos fomos manter e estabilizar a despesa corrente do Município, adaptada naturalmente, ao facto, de temos reforçado os serviços públicos com mais admissão de pessoal, naturalmente adaptado com as novas competências que adquirimos em matéria de polícia, que começamos a sentir ainda no ano 2016. Naturalmente, adaptada, ao facto, e bem, de ter havido incrementos dos salários por devolução de salários impostos pelo anterior Governo e que nós somos entidade Administração Pública e temos que cumprir, mas a verdade é que nós mantivemos uma prudência na gestão da despesa corrente do Município!-----

----- Ora o que nós fizemos foi encarar o acréscimo da receita, fruto do particular momento do nosso ciclo económico, e fizemos 2 coisas, em primeiro lugar reduzimos a dívida e em segundo lugar investimos no futuro da Cidade, e a diferencial que se

DRAFT

verdadeiramente regista nestas Contas é o investimento que nós estamos a fazer na Cidade e estamos a fazer investimento grande parte dele, aliás, pago a pronto e financiado a pronto. -----

---- Isto é uma boa prática que nós devemos de fazer e esta gestão de não confundir receitas que são de uma dimensão maior do que a receita estrutural que nós podemos em séries longas do Município e não correremos atrás, a ir gastá-la e aumentarmos a despesa corrente, é uma atitude prudente na gestão das Contas do Município, despesa estabilizada, receita acima do que são os valores médios normais, essa receita serve para diminuir o nosso passivo, diminuir os nossos encargos com dívida, mas também a investir na Cidade sem onerar o nosso futuro.-----

----- É por isso que não acompanho, nem poderia acompanhar, todos aqueles que e nessa circunstância e neste momento, perante estes resultados, a primeira proposta que fazem é diminuirmos as nossas receitas correntes, não acompanho, porque a questão da Taxa da Proteção Civil é uma taxa que é importante para o nosso equilíbrio estrutural, e além do mais, porque tem uma característica, é que protege dada a sua a relação sinalagmática protege o serviço de proteção civil de momentos menos favoráveis do ponto de vista económico na Câmara de Lisboa, é uma proteção adicional, proteção que não aconteceria, aliás, se o sistema fosse financiado através de receitas correntes de impostos dentro do bolo global da Câmara Municipal de Lisboa. -

----- É por isso uma estratégia de execução orçamental que é prudente, que é realista e que nos prepara para o futuro e, por isso, tenho um gosto não só de apresentar estas Contas, mas como anunciar, como afirmar que nós neste ano final, não embarcamos na retórica daqueles de que acham que nós devíamos ir a correr a atribuir a benesses ou a fazer anúncios de belo efeito em ano de eleições! Não o fazemos, não o fazemos, porque estamos a cuidar da solidez financeira da Câmara de Lisboa, que tanto custou a conquistar. -----

----- Quero Senhores Deputados aproveitar para desfazer os três grandes mitos que são os mitos que a oposição de direita tem utilizado na crítica à situação financeira da Câmara, é porque verdadeiramente PSD e CDS ainda não perceberam aquilo que aconteceu nas Contas da Câmara, não perceberam, não perceberam, não entenderam e têm uma crítica que não tem fundamento, três, a primeira das quais é que nós aumentamos a carga fiscal sobre os municípios. O que é notável é que ainda agora PSD e CDS não intendam a diferença entre carga fiscal e receita fiscal. É que nós temos a carga fiscal mais baixa da Área Metropolitana, nós não tocámos nos impostos, se nós mantivermos as taxas que são mais baixas do que municípios, temos a 5ª taxa mais baixa das taxas obrigatórias. Temos por opção a Taxa de Proteção Civil que ainda assim nos colocaria na parte de encargos sobre património abaixo de qualquer outro município da nossa Área Metropolitana e temos, de facto, algo que é diferente dos outros municípios, que se chama Taxa Turística, agora eu gostaria, aliás, de saber se os Senhores Deputados do CDS e do PSD, de que lado é que já estão, é porque eu já ouvi o CDS todo arreganhado contra a Taxa Turística, já ouvi o PSD a fazer grandes gravatas de aqui estar a matar a galinha dos ovos de ouro e que era destruir o setor do turismo, mas também já ouvi dirigentes do PSD a propor: “Não, no

DRAFT

nosso programa eleitoral para a cidade de Lisboa, para o próximo ano, nós vamos é aumentar a Taxa Turística”. Por favor Senhores Deputados, definam-se sobre o que é que vocês entendem sobre um aspeto nuclear para as Finanças da Cidade de Lisboa, o que é que querem? São contra a Taxa Turística? Querem acabar com ela? Ou querem aumentá-la, como veio a proposta de programa que foi apresentado? Decidam-se, falem com clareza e da mesma forma para o CDS. São contra que os turistas contribuam por esse benefício? Mantêm a ideia de que nós a crescermos 10 por cento ao ano, estamos a afugentar turistas e a matar a galinha dos ovos de ouro? Ou reconhecem finalmente que se enganaram e que é importante para o Município deter esta receita? -----

----- O que aconteceu é muito simples, nós temos a mais baixa carga fiscal da Área Metropolitana, uma das mais baixas do País, temos as quintas mais baixas taxas obrigatórias por Lei, Senhores Deputados, obrigatórias por Lei, só revela ignorância vir falar aqui da Taxa de Resíduos e da Taxa de Saneamento tantos anos depois de nós termos feito aqui este debate! Leiam por favor a legislação! Leiam, somos obrigados a tê-las! A Lei define a forma como é que elas se calculam, é da automática a aferição do seu valor e por Senhores Deputados, o que nós temos aqui é simplesmente uma situação no Município de Lisboa que decorre, naturalmente de um grande esforço na angariação de receita, mas decorre fundamentalmente de uma evolução positiva do ciclo económico que nos aumenta a receita fiscal. -----

----- A carga fiscal não aumentou, a carga fiscal diminuiu em 2012, mantivermos uma política taxas baixas e digam o que disserem, só prova ignorância da vossa parte continuarem a insistir, ainda mais quando a parte das receitas que significam a parte maior do aumento da receita que temos, são receitas sobre os quais o Município não tem qualquer intervenção, não temos qualquer intervenção na sua fixação e na sua determinação, mas também se o tivéssemos a nossa posição seria mantê-las. -----

----- O segundo grande mito que nós ouvimos aqui tantas vezes ao longo destes anos aqui na Assembleia Municipal é que a melhoria das Contas deveu-se à venda dos terrenos do Aeroporto, como se tivesse sido assim uma coisa que nós não temos grande mérito no que aconteceu, mas aconteceu e aconteceu, aliás, por favor, insinuam alguns, do Governo anterior. Bom, só esta última parte da afirmação deveria fazer corar de vergonha quem a apresenta na medida em que o Governo era o Governo do PSD e do CDS. Mas o *slide* que o Senhor vereador João Paulo Saraiva apresentou é bem ilustrativo e sintetiza bem a evolução das contas, é que só na dívida já foram dois Aeroportos e só no passivo, isto é a dívida mais as contingências já foram três Aeroportos a voar e, por isso, quando os Senhores Deputados negam a realidade, negam o que aconteceu nas finanças da Câmara Municipal de Lisboa, que é além da receita extraordinária do Aeroporto que decorre da luta que vários Presidentes de Câmara, desde o Presidente Abecasis, tiveram na manutenção daquele património na esfera municipal e decorrem da necessidade de o Estado tive em 2012, de proceder à privatização da ANA e ter aquele problema resolvido. Além disso, dessa receita extraordinária, outro tanto de receita foi abatido a nossa dívida corrente, e duas vezes,

DRAFT

três vezes o Aeroporto foi abatido ao passivo, isto é, à dívida e às nossas contingências futuras. -----

----- O terceiro grande mito é o mito de que nós conseguimos estes resultados à custa de uma alienação de património, sem critério! Ora, os números são claros, a Câmara Municipal de Lisboa entre 2013 e 2016, isto é, este Mandato, a Câmara Municipal adquiriu mais património do que aquele que vendeu. A Câmara Municipal de Lisboa adquiriu mais do que aquilo que vendeu! Isto demonstra, adquiriu 249 milhões de euros e alienou 204 milhões de euros, isto é, aumentamos o saldo do ativo do património municipal e fizemos uma gestão ativa desse património, o que nós fizemos foi utilizar as margens que tínhamos para adquirirmos aqueles prédios e aqueles equipamentos que são mais importantes ao desenvolvimento da nossa atividade e colocar no mercado aqueles que fazem sentido serem colocados para urbanização, para desenvolvimento, para a construção de equipamentos, para reabilitação ou para qualquer outro fim. -----

----- Agora, estes resultados financeiros que nós temos são resultado de boa gestão, são resultado do ciclo económico, não são resultados e nenhuma política de alienação de património sem sentido. Era isto que eu queria dizer de forma muito sintética e quero terminar com uma palavra de agradecimento particular a toda a equipa da Direção Municipal de Finanças que ao longo deste Mandato colaborou e acompanhou a execução e o controlo das Finanças da Câmara, em particular os responsáveis por todos esses Relatórios que nos são apresentados. -----

----- Mais agora em destaque nos deixar uma palavra de saudação a toda a Equipa, que tive também o gosto de tutelar e dizer-lhes que lhe devemos muito neste acompanhamento e na melhoria da nossa situação financeira. E agradecer também ao esforço coletivo de todos os Vereadores e toda a Equipa da Câmara de Lisboa, porque estes resultados devem-se muito à consciência de todos de só que as boas Contas da Câmara de Lisboa são um grande ativo, que nós não podemos alienar, porque são as boas Contas que nos permitem ter a credibilidade para poder de cara levantada falar na Banca, falar com os fornecedores, são as boas Contas que nos podia ter hoje os recursos para projetarmos um investimento futuro na cidade de Lisboa, esteja ele na qualificação do espaço público, esteja ele na melhoria do transporte público e no financiamento da Carris, esteja ele na assunção das responsabilidades ao nível da Polícia Municipal, esteja ele na melhoria do programa de investimentos nos equipamentos de saúde, esteja ele em qualquer área da nossa intervenção, nós hoje estamos mais fortes e mais capazes de intervir, porque temos boas contas ao longo destes últimos anos! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim deste Debate. -----

----- Temos agora duas Propostas para pôr à vossa consideração, trata-se em primeiro lugar a proposta 176/CM/2017, são as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão de 2016, do Município de Lisboa. -----

DRAFT

----- Eu vou pôr essa Proposta **176/CM/2017** à votação. Votos contra do CDS-PP, MPT, PSD, PCP, PEV e BE. Abstenção do PAN. Votos a favor do PS, 5 IND e PNP. A Proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 3.2 - PROPOSTA N.º.177/CM/2017- (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR JOÃO PAULO SARAIVA)- 1.ª. REVISÃO ORÇAMENTAL 2017, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A)DO N.º. 1DO ARTIGO 25.º. DO ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- **Parecer da 1.ª. Comissão Permanente.**-----

----- (A Proposta n.º. 177/CM/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1.ª. Comissão Permanente fica anexada a esta Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante)-----

----- Eu vou pôr essa Proposta **177/CM/2017** à votação. Votos contra do CDS-PP, MPT, PSD, PCP, PEV e BE. Abstenção do PAN. Votos a favor do PS, 5 IND e PNP. A Proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- Senhores Deputados, este foi hoje um Debate um pouco intenso, eu ia-vos propor que nós apreciássemos do resto da Ordem de Trabalhos apenas as Delegações de Competências e Repartição de Encargos e pudéssemos remeter a proposta 160 para a próxima Sessão, até porque não está cá o Deputado Vítor Gonçalves, que foi o Relator da Proposta é Presidente da 3.ª. Comissão e, portanto, proporia isso, sendo que o Aditamento, as últimas 4 Propostas que foram postas em Aditamento, a Câmara pediu para as modificar e, portanto, não estão em consideração.-----

----- (A Proposta n.º. 160/CM/2017 foi adiada)-----

----- Se estivessem de acordo com este processo eu iria para a vossa consideração a Proposta 143, é contrato de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide, a 144 também é Freguesia de Carnide, na Proposta 143 chamou-me a atenção à atenção os Serviços da Assembleia que há um erro material que já promovi a sua correção e o erro material e que há uma indicação, a orgânica na parte deliberativa, a orgânica está corretamente identificada, mas na clausula 5.ª da minuta de contrato a orgânica está mal identificada, a orgânica certa e orgânica N 2102 e não é no N1802, portanto, esta retificação é feita pelos Serviços, o que não tem qualquer problema.-----

----- Temos uma outra questão a Recomendação, e já lá iremos, de 1.ª. e da 5.ª. Comissões propõem, além de proporem uma Recomendação à Câmara propõem a alteração de uma cláusula do contrato e essa tem que ser deliberada pela Assembleia e, portanto, a esta parte a Recomendação, é uma proposta de deliberação.-----

----- **PONTO 5.1- PROPOSTA 143/CM/2017 – (SUBSCRITA PELOS SENHORES VEREADORES MANUEL SALGADO E JORGE MÁXIMO)- CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA PARA RECONVERSÃO DO POLIDESPORTIVO MUNICIPAL DO BAIRRO DA HORTA NOVA EM PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO**

DRAFT

DO DISPOSTO NO ARTIGO 23º., NA ALÍNEA K) DO Nº. 1, DO ARTIGO 33º. E DOS ARTIGOS 116 E SEQUINTE DA LEI Nº. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;-----

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO EXTRAÍDA DO PONTO II DA RECOMENDAÇÃO Nº. 1/140, RESULTANTE DO PARECER DA 1ª. E 5ª. COMISSÕES PERMANENTES SOBRE A PROPOSTA 143/CNM/2017;-----

Deliberado todo o corpo da Proposta com exceção da Clausula Nona da Minuta do Contrato de Delegação de Competências, Nº. 1/CML/DAFD/2017, anexa à Proposta que faz parte integrante da mesma;

Parecer da 1ª e 5ª. Comissões Permanentes;-----

Recomendação 01/140 (1ª. e 5ª. Comissões Permanentes)-----

----- (A Proposta nº. 143/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XX e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer conjunto da 1ª. e 5ª Comissões Permanentes foi anexado a esta Ata como Anexo XXI e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 01/140 da 1ª. e 5ª Comissões Permanentes foi anexada a esta Ata como Anexo XXII e dela faz parte integrante)-----

PONTO 5.2 – PROPOSTA 144/CM/2017 – CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CARNIDE PARA A CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 23ª. , NA ALÍNEA K) DO Nº. 1 DO ARTIGO 25º. E DOS ARTIGOS 116º. E SEQUINTE, DO ANEXO I À LEI 75, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;-----

Parecer da 1ª e 5ª. Comissões Permanentes;-----

Recomendação 02/140 (1ª. e 5ª. Comissões Permanentes)-----

----- A Proposta nº. 144/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XXIII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer conjunto da 1ª. e 5ª Comissões Permanentes foi anexado a esta Ata como Anexo XXIV e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 02/140 da 1ª. e 5ª Comissões Permanentes foi anexada a esta Ata como Anexo XXV e dela faz parte integrante)-----

----- Portanto, eu agora vou perguntar em primeiro lugar à Câmara se quer apresentar as propostas. Se a Câmara prescinde da apresentação aos senhores fatores se querem apresentar os seus Relatórios.-----

----- O Senhor Deputado João Magalhães Pereira quer apresentar. Senhor Deputado, eu não sei se a ouviu bem, portanto, em relação à Recomendação a parte, o terceiro ponto da Recomendação tem que ser votado como Deliberação. Muito bem.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira (PSD), Relator,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, é só para fazer notar um Ponto que pode não pode não ser completamente claro, mas que é importante relativamente à circunstância de a eventual aprovação e que espera-se que sim destes destas 2

DRAFT

propostas, porque diz em futuros protocolos de âmbito desportivo e, por forma a evitar erros de interpretação na alínea c) dos considerandos, diz na 143 porque na 144 diz as alíneas são diferentes, cujo texto se repete na alínea c) dos considerando, os contratos de delegações de competências seja claramente referido que as freguesias que tiveram área desportiva inferior a 4 metros quadrados por habitante são deficitárias, isto é proveniente dessa tal alínea c) que depois na proposta final, aparece como a alínea 3 e que diz “a Carta Desportiva de Lisboa apresenta uma área desportiva útil media da Cidade de Lisboa de 1,61 metros quadrados por habitante”, sendo que a Freguesia de Carnide apresenta uma área desportiva útil claramente deficitária de 2,36 metros quadrados, o que é estranhíssimo na medida em que é mais do que a média de Lisboa, mas o problema é que a malha média de Lisboa está muito aquém dos 4 metros quadrados mínimos, que se significa que deve ser o valor padronizado para equipamentos desportivos, e é isso que de origem a esta Recomendação.-----

----- Quanto ao que diz, de facto, sendo uma proposta própria, tem toda a razão até porque é a vigência do contrato e, portanto, tem que ser uma apreciação específica e dispenso-me de ler o remanescente. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “ Mas sendo assim, nós vamos fazer a coisa da seguinte maneira, eu vou pôr à consideração a Proposta, tudo menos a cláusula 9 da Minuta de Contrato, sendo aprovada porei à vossa consideração, a redação para a cláusula 9 mil da Minuta do Contrato, tal como ela veio proposta pela 1ª 5ª Comissões que, no fundo, pretendem que com esta nova redação que aqui apresentam e que é inspirada na proposta 144, resolver problemas de término de prazos e de transição de Mandatos que pode levantar dificuldades às Freguesias e, portanto, penso que faz todo o sentido fazemos esta alteração.-----

----- Portanto eu iria pôr à vossa consideração, não sei se há mais alguém escrito, se não há eu vou pôr à vossa consideração a Proposta 143/2017. A proposta completa, a Minuta de Contrato também, exceto a cláusula 9 da Minuta de Contrato. Quem vota contra? Não há votos contra. Não há abstenções. Está **aprovado por unanimidade**. ---

----- Eu agora em relação à cláusula 9 da Minuta do Contrato anexa à proposta 143 vou ler a redação proposta pela 1ª. e pela 5ª. Comissão que está na **Recomendação nº. 1/140** e que diz o seguinte: “O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas partes e vigorará até à data da receção definitiva das obras sem prejuízo de obrigações acessórias, que devam perdurar para além deste prazo”, é isso que aqui está e vou pôr isto à vossa consideração. Não há votos contra e nem abstenções. Está **aprovado por unanimidade**.-----

----- Foi aprovado por unanimidade sendo portanto prejudicada a redação que a Câmara tinha enviado desta cláusula 9ª., esta Proposta estando aprovada resta pôr à vossa consideração a **Recomendação nº. 1/140**, da 1ª e da 5ª. Comissão, sem esta parte 3ª, esta parte relativa à cláusula do contrato que já provámos, portanto, é o **Ponto 1º. da Recomendação**, que tem 2 alíneas.-----

DRAFT

----- Vamos pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- A outra **Proposta 144/CM/2017** que é também a Freguesia de Carnide. Vou pôr à votação e não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade**. --

----- Vou pôr à vossa consideração a **Recomendação 2/140**. Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Agora sim a última Proposta que vamos apreciar hoje, é a Proposta 205/CM/2017.-----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 205/CM/2017 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA OS ANOS DE 2018 E 2019, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ATIVOS PASSIVOS) E RESPETIVOS SERVIÇOS ACESSÓRIOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, FORMAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE” NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS. 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º. 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA C) DO N.º. 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;** grelha base 34 minutos.-----

----- (A Proposta n.º. 205/CM/2017 fica anexada e Esta Ata como Anexo XXVI e dela faz parte integrante)-----

----- Não vejo ninguém a pedir a palavra. Vamos pôr à consideração a Proposta **205/CM/2017**. Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Muito obrigado Senhores Deputados, lembro que para a semana temos a discussão, o Debate Específico sobre a Expansão da Rede do Metropolitano, no início dos Trabalhos, já tenho a indicação do nome de um especialista transportes a convidar, eu espero que o para o partido proponente apresente também e serão estes 2 primeiros nomes que aqui chegarem, são os que vão ser convidados, porque ficou combinado que seriam duas pessoas.-----

----- Senhores Deputados, muito obrigada pela vossa presença e pela presença de todas as pessoas que assistiram. Até para a semana.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e vinte minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----